



CIBEC/INEP



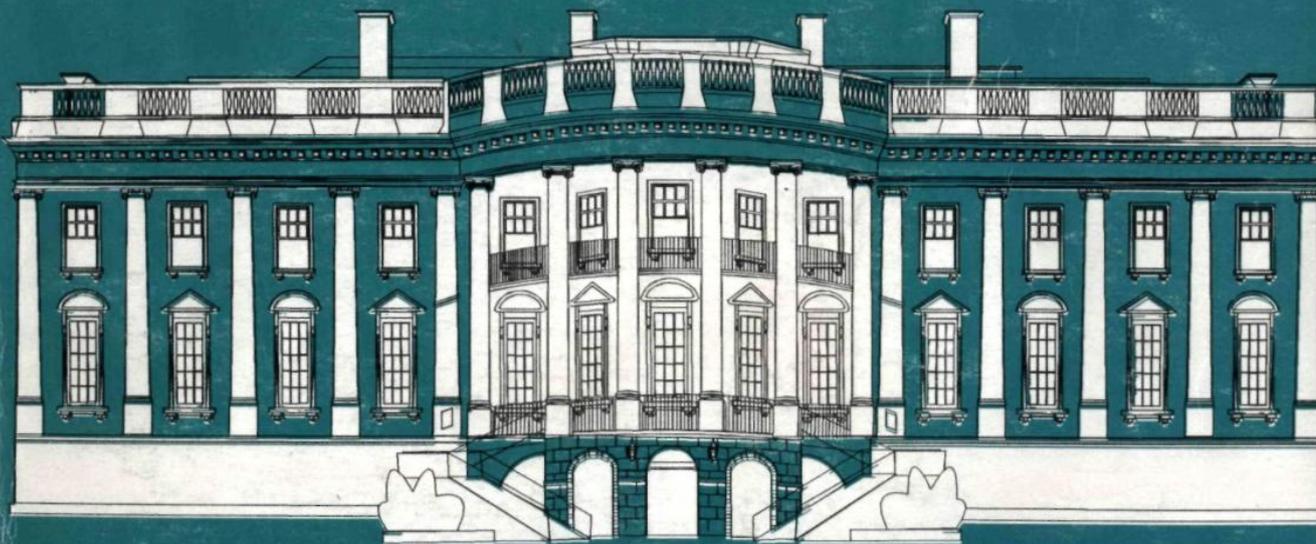
B0012024

MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Secretaria de Educação Superior

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS



PAIUB

4
3p

1994

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República

Itamar Augusto Cautiero Franco

Ministro da Educação e do Desporto

Murílio de Avellar Hingel

Secretário Executivo

Antônio José Barbosa

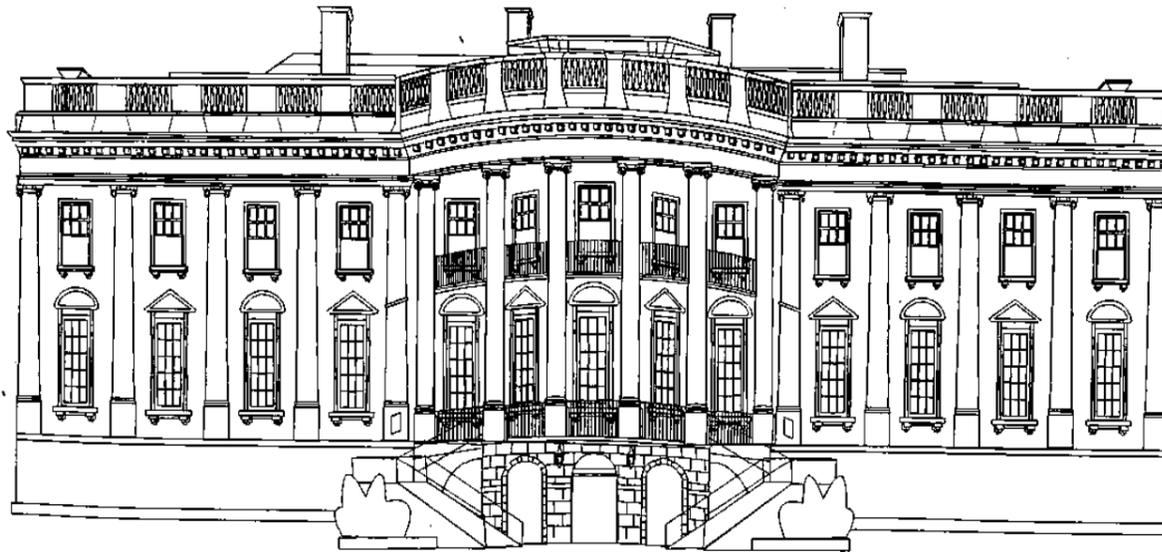
Secretário de Educação Superior

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz



Ministério da Educação e do Desporto
Secretaria de Educação Superior

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS



PAIUB

1994

Secretário de Educação Superior

Rodolfo Joaquim Pinto da Luz

Diretora do Dept- de Política do Ensino Superior

Maria José V. Feres

Diretor do Dept- de Desenvolvimento do Ensino Superior

Luiz C. dos Santos

Coordenador Geral de Análise e Avaliação Institucional

Paulo Roberto da Silva

COMISSÃO NACIONAL PE AVALIAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESu

- Maria José V. Feres (Coordenadora)
- Paulo Roberto da Silva
- Eda C. B. Machado de Sousa

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES

- Hégio Casses Trindade - UFRGS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABRUEM

- Hésio de Albuquerque Cordeiro - UERJ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES - ANUP

- Antônio Veronezi - UnG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS CATÓLICAS - ABESC

- Ir. Norberto Francisco Rauch - PUC-RS

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO

- Mozart Neves Ramos - UFPe

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

- César Zucco-UFSC

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

- Ricardo Vieiralves de Castro - UERJ

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- José Eduardo de Almeida Moura - UFRN

COMITÊ ASSESSOR

- Dilvo Ilvo Ristoff - UFSC
- Eda Coutinho B.M. de Sousa - UnB
- Fernando Menezes Campello de Souza - UFPe
- Heloísa Helena Nunes SanfAnna - UEL
- Isaura Belloni - UnB
- Jacques Velloso - UnB
- Jesus Renato Galo Brunet - UFSM
- José Dias Sobrinho - UN1CAMP
- José Vicente Tavares dos Santos - UFRGS
- Lina Cardoso Nunes - UNESA
- Marlene Correrro Grillo - PUCRS



Brasil. Secretaria de Ensino Superior.
B823p Programa de Avaliação Institucional das
Universidades Brasileiras/MEC/SESu.- Brasília: SESu,
1994.

lllp.

1. Avaliação Institucional - Programa. 2.
Universidade - Brasil. I. Título.

CDU : 378.4

Sumário

- Apresentação	05
- Introdução	07
Documento Básico - Avaliação das Universidades Brasileiras/Proposta Nacional	
Avaliação Institucional	12
Avaliação do Ensino de Graduação	16
Uma Palavra Final	20
Anexo I - Variáveis	21
Anexo II - Indicadores Institucionais de Avaliação	24
Anexo III - Indicadores Relativos ao Ensino de Graduação	27
Anexo IV - Fluxograma do Desenvolvimento do Projeto de Avaliação da Graduação nas IES	29
Comissão Nacional/Comitê Assessor de Avaliação	32
Edital - 01/93 - PAIUB	34
Relação das Instituições Participantes no PAIUB - Projetos Aprovados -1994	38
Projetos Apresentados pelas IES - Resumos	41
Instituições Federais	42
Instituições Estaduais e Municipais	72
Instituições Comunitárias	87
Implementação do PAIUB-94	102

Apresentação

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS **O SONHO QUE SE TRANSFORMA EM REALIDADE**

A avaliação institucional das Universidades é um tema em discussão no Brasil, há alguns anos. Reconhecida como uma necessidade por todos os setores envolvidos com a vida universitária (dirigentes, docentes, discentes, sindicatos e governo), encontrava, entretanto, uma grande resistência por parte das Instituições de Ensino Superior. No plano do discurso, a avaliação era uma questão consensual. Não obstante, a sua operacionalização esbarrava nos temores da comunidade universitária de que este processo pudesse ser utilizado pelo Governo para desencadear mecanismos de premiação ou punição, com implicações na alocação dos recursos financeiros. Isto se aplica, principalmente, às Universidades Federais. Cabe destacar que este não é o único fator de resistência à avaliação. Mas sem nenhuma dúvida, tanto na esfera do discurso como da prática, este era o argumento substantivo e capaz de mobilizar vários setores, evitando que o processo fosse implementado. Embora iniciativas isoladas já estivessem em curso, era fundamental tornar a avaliação um processo nacional e irreversível.

Em julho de 1993, após várias discussões, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, resolveu criar a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, com a função de conduzir politicamente o processo de avaliação institucional. Esta Comissão, coordenada pelo Departamento de Política do Ensino Superior da SESu, reúne os variados setores da Universidade Brasileira, através de suas Entidades representativas: ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), ABRUEM (Associação Brasileira das Universidades Estaduais e Municipais), ANUP (Associação Nacional das Universidades Particulares), ABESC (Associação Brasileira das Escolas Católicas), Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento e Administração e Extensão. Instalada a Comissão Nacional, foi constituído o Comitê Técnico Assessor, composto por especialistas, que têm a função de assessorar a Comissão Nacional de Avaliação, bem como de avaliar os projetos oriundos das Universidades. Com este encaminhamento, ficou clara a posição do MEC neste processo: coordenador, articulador e agente financiador da avaliação institucional, assumindo a postura política de trabalhar em parceria com as Universidades. No segundo semestre de 1993, foram desenvolvidos estudos e seminários, ficando definido na Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras que, até o mês de outubro, cada Entidade membro da Comissão deveria apresentar propostas para a implementação do processo. A ANDIFES, no prazo previsto, apresentou à Comissão uma minuta de Documento Básico para a Avaliação Institucional nas Universidades.

Debatido pela Comissão Nacional e pelo Comitê Assessor, o documento foi enviado às Instituições com prazo de 30 dias para sugestões. Após este período, contando com contribuições resultantes de um processo de discussão, a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras lançou o Documento Básico sobre a avaliação e em dezembro de 1993, a SESu/MEC lançou o Edital convidando as Universidades interessadas a apresentarem projetos Para o período de 1994/1995.

Com a aprovação do Comitê Assessor, cinquenta e cinco Universidades estão com projetos de Avaliação Institucional em andamento.

Um tema, objeto de tantas controvérsias, é assimilado pela comunidade universitária, pelo consenso que se estabeleceu entre Universidades e MEC. Este é, sem dúvida, um grande salto de qualidade na vida universitária nacional.

Fundamentada no objetivo de aprimorar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e do Governo das Instituições de Ensino Superior e sedimentada no compromisso social da Universidade, a avaliação se apresenta despida dos seus velhos "fantasmas". Participativa, voluntária, levando em conta as diferenças regionais e a história de cada Instituição, a avaliação se coloca como um processo contínuo, sistemático e de construção de uma **CULTURA DE AVALIAÇÃO**.

Trata-se de um projeto de avaliação interna e externa que pretende apontar para a Universidade Brasileira melhores rumos a serem perseguidos.

A compreensão e, mais do que isto, a certeza de que os resultados da avaliação não serão computados de forma linear para punir ou premiar, mas sim para promover as necessárias correções, as resistências antes tão fortes, foram se arrefecendo, numa manifestação inequívoca de que a busca da competência acadêmica se estrutura também em valores maiores como liberdade e respeito.

Trabalhando juntos, SESu e Universidades, caminhamos ao encontro da qualidade e do melhor desempenho de nossas Instituições junto a sociedade brasileira.

Murilo Mendes diz "Ninguém moverá para mim a máquina do sonho; eu a moverei". Parafraseando o poeta, ousou dizer que não só conseguimos mover a máquina do sonho, mas o estamos transformando em realidade.

RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ

Introdução

PRINCÍPIOS DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL *

Dilvo I. Ristoff **

Senhores Reitores e Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, Senhoras e Senhores.

Gostaria de relembrar que o Movimento Docente discute a questão da avaliação institucional nas universidades brasileiras pelo menos desde 1982, quando a bandeira da avaliação foi desfraldada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Saí para o meu dou torado em 1983; voltei ao país em 1987 e, devo confessar, a impressão foi de que nada havia acontecido no país com relação a esta bandeira. Parecia ter ficado dobrada e guardada em algum baú de sótão. Soube, depois, que o MEC gastou muito dinheiro em reuniões internacionais, que trouxe muitos especialistas estrangeiros ao país, que enviou muita gente em visita a universidades americanas e européias, mas a verdade é que, para nós comuns mortais, pouco resultado se viu.

Depois, veio a "lista dos improdutivos da USP", e a confusão foi completa, a avaliação passou a ser associada à execração pública e tomou-se por algum tempo um tabu, um assunto politicamente proibido. Talvez os tempos não estivessem maduros para o projeto; talvez uma sensibilidade mais aguçada de nossas autoridades pudesse ter apressado as coisas. Bem, mas isto é passado.

A verdade é que hoje, no presente, vivemos um momento realmente histórico no tocante à avaliação. As iniciativas da ANDIFES, da ABRUEM, dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação encontraram eco na atual equipe, ideologicamente plural, do MEC. Este passou a exercer o papel não de condutor do processo, mas de articulador, de viabilizador e, agora, de financiador do processo. E isto talvez esteja fazendo toda a diferença. As informações que temos hoje é de que setenta e cinco universidades submeteram projetos de avaliação à SESU para participarem do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

O número é certamente significativo e mostra que o PAIUB já tem os seus adeptos, menos de um ano após a criação da Comissão Nacional de Avaliação (julho de 1993). As universidades, embora se reservem o direito da dúvida e de ficar com um pé atrás, parecem ter perdido o temor na sua relação com o MEC pois viram que este entendeu que, como diz a Professora Maria José Feres, Diretora do Departamento de Políticas Educacionais do MEC, "só é possível mudar com a parceria das universidades", mesmo porque qualquer análise revelará que a continuidade de projetos de educação para o país exige organização e articulação das bases. E neste contexto é impossível não lembrar que os Reitores e Pró-Reitores têm, via de regra, vida mais longa em seus cargos do que os Ministros e seus assessores. Como disse recentemente um colega nosso: "ou aborda-se a partir das bases ou aborta-se a partir do topo", insinuando que os ministros, pela sua enfermidade, dificilmente conseguem projetar algo para além da próxima sexta-feira.

Acredito que esta abordagem preliminar, um tanto caricaturizada, faz-se aqui necessária, para mais uma vez ressaltar que as universidades públicas brasileiras só conseguem sobreviver se tiverem a consciência de que a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão precisa ser garantida em três frentes de luta e que esta luta nas três frentes tem que se dar concomitantemente. Refiro-me ao que poderíamos denominar de frente política, frente acadêmica e frente administrativa. Qualquer concepção que encare uma ou duas destas frentes como suficientes está fadada ao fracasso. A universidade pode ser extraordinária na qualificação de seu corpo docente, na qualidade de suas aulas,

* Palestra apresentada no Iº Seminário Nacional do PAIUB - UNB - 24 a 26/08/94 **
Pró-Reitor de Graduação da UFSC; membro do Comitê Assessor do PAIUB.

no desenvolvimento de suas pesquisas, mas ela fracassará se a frente política não lhe garantir o mínimo de recursos para equipar salas de aula, garantir a segurança dos registros, ou a dignidade do trabalho. E o contrário também é verdadeiro: uma grande quantidade de recursos, por si só, não garante uma boa formação pedagógica, uma pesquisa de alto nível e uma administração eficiente. Ajuda? É claro que ajuda. Acreditar, entretanto, que é possível vencer uma luta tão dura em apenas uma das frentes é como acreditar que é possível ganhar uma guerra com apoio político e sem um exército treinado, ou com um exército treinado sem o apoio político que lhe assegure os recursos necessários à obtenção do instrumental bélico. Ou a luta se dá em todas as frentes, concomitantemente, ou perderemos a guerra. Esta compreensão, tão simples, por alguma razão misteriosa, freqüentemente, escapa a nós administradores.

Isto, embora não pareça, tem tudo a ver com o projeto de avaliação institucional proposto pela Comissão Nacional de Avaliação, que, gostaria de relembrar, é constituída por representantes de toda a comunidade universitária nacional. Tem tudo a ver porque a avaliação é concebida justamente como instrumento fundamental para a construção do projeto acadêmico-pedagógico e administrativo capaz de sustentar a resistência a favor da universidade pública.

Quais foram, então, os princípios que nortearam a Comissão Nacional e o Comitê Assessor na elaboração do Programa Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB)? O texto do PAIUB foi construído com base em princípios que julgo oportuno apresentar para reflexão. De uma forma expressa ou implícita, os princípios abaixo estão presentes no texto:

1. - Globalidade
2. - Comparabilidade
3. - Respeito à identidade institucional
4. - Não premiação ou punição
5. - Adesão voluntária
6. - Legitimidade
7. - Continuidade

Nestes princípios, creio, está o cerne da concepção do PAIUB, e é o que deveria, em nosso entender, nortear cada um dos projetos das universidades brasileiras. Vou tentar explicar por quê.

O princípio da **globalidade** expressa a noção de que é necessário avaliarmos a Instituição não só a partir de uma das suas atividades. O ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a qualidade das aulas, dos laboratórios, a titulação do corpo docente, a biblioteca, os registros escolares, as livrarias universitárias, os serviços, a organização do poder, o ambiente físico, o espírito e as tendências da vida acadêmica, enfim, todos os elementos que compõem a vida universitária devem fazer parte da avaliação para que a mesma seja a mais completa possível. É claro que é preciso começar em algum lugar e, na minha percepção, não importa muito onde se começa desde que se comece. Não podemos é adiar as coisas eternamente.

A Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, iniciou com formação pedagógica para os docentes, na visão de que sensibilização não precisa preceder à avaliação, mas pode constituir-se desde logo em uma de suas ações concretas; a Universidade Federal do Paraná, pelo que me consta, iniciou com avaliação do docente pelo discente; e a Universidade de Brasília iniciou por uma longa etapa de sensibilização. Cada instituição precisa seriamente considerar as forças em ação no seu contexto específico e decidir, preocupando-se sempre com o princípio globalidade, ou seja, com o caráter institucional da avaliação. O desafio, parece-me, está em articular e fazer convergir os esforços avaliativos em andamento nos diferentes setores e nas diferentes funções da instituição.

O segundo princípio do PAIUB é o da **comparabilidade**. A palavra significa no contexto, na verdade, nada mais do que a busca de um linguajar comum dentro da universidade e entre as universidades. A verdade é que quando hoje falamos em "aluno" não estamos falando do mesmo conceito nem de unidade à unidade dentro da instituição e, muito menos, de norte a sul do país. Parece inacreditável, mas como recentemente lembrava um colega nosso, há pelo menos oito diferentes significados para a palavra "aluno" em uso no país. A questão complica-se ainda mais quando tratamos de questões como "evasão", "trancamento", "cancelamento", "egressos", "taxa de sucesso" e outros termos do gênero - termos que precisam ser urgentemente definidos. Através da criação de uma tabela mínima de indicadores institucionais e do ensino de graduação, estamos em busca de uma linguagem comum para todas as Instituições de

Ensino Superior do país. É uma tentativa de evitar babel, permitindo a comparabilidade e, é claro, a própria compreensão do que acontece em nossas universidades, pois a compreensão é sempre, queiramos ou não, de natureza relacional.

O princípio do **respeito à identidade institucional** busca contemplar as características próprias das instituições e visualizá-las no contexto das inúmeras diferenças existentes no país. As IES, como sabemos, são muito diferentes na sua natureza, nas suas pretensões, na sua qualificação, no seu estágio de desenvolvimento, e não há que se exigir delas desempenhos incompatíveis com as suas características. Assim, os dados referentes a uma universidade de ensino, pesquisa e extensão, como as nossas, devem ser necessariamente diferentes dos de uma instituição onde, como no caso de 75% das IES do país, a função única, de fato, é o ensino.

Este princípio, associado à metodologia proposta de auto-avaliação, como estágio inicial da avaliação, possibilita que as instituições reflitam honestamente no que são e no que pretendem ser, ou seja, que reflitam sobre a sua identidade, antes de serem submetidas à avaliação propriamente dita - a avaliação externa. Entendem os elaboradores do PAIUB que *"a avaliação supõe exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros de julgamentos derivados dos objetivos que orientam [a instituição]"*.

O princípio da **não-punição ou premiação**, embora sempre presente nas discussões da Comissão Nacional e do Comitê Assessor, acabou não ficando registrado no texto final, exceto por uma única frase: *"o processo de avaliação] não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas"*. Uma discussão mais aprofundada tornou-se, de certa forma, desnecessária, quando ficou contemplada a questão da adesão voluntária e da legitimidade, sobre os quais pretendo dizer alguma coisa mais adiante.

Gostaria, no entanto, de expressar as minhas preocupações pessoais com relação a esta questão. Considero-a, na verdade, a questão mais delicada e controversa e, por isso mesmo, merecedora da nossa atenção.

Já mencionei o caso da lista dos improdutivos da USP e as suas conseqüências, entre as quais a mais nefasta foi a de retardar a aceitação da avaliação institucional nas universidades brasileiras, embora a USP, é preciso que se diga, já tenha superado a questão há algum tempo. Tenho, também, plena convicção de que vivemos em um país que premia pouco a excelência, tem pouco respeito à privacidade do indivíduo e, por isso mesmo, comete pequenos atos de execração pública todos os dias. Bastaria registrarmos os verdadeiros atentados públicos à dignidade dos alunos, atentados dos quais tomamos conhecimento diariamente. Não cabe discuti-los aqui, mas é inegável que contam um pouco desta história da nossa cultura. Isto serve apenas para registrar a opinião de que punimos mais do que premiamos e premiamos muito menos do que deveríamos.

Um exemplo: mais de dezoito mil questionários foram respondidos em trinta e cinco cursos que recentemente tiveram participação no processo de avaliação do docente pelo discente conduzido na Universidade Federal de Santa Catarina! As avaliações do desempenho docente são, na sua grande maioria, muito boas, com índices surpreendentes de aceitação. O interesse, no entanto, é que não ouvi ninguém ainda propor premiação, mas, ah, como ouvi manifestações dos que querem usar os dados para punir individualidades. Mesmo sendo favorável à premiação em um sistema que tantas vezes trata como iguais os diferentes, triturando a todos e transformando-os em massa uniforme, mesmo assim sou contrário a que punição ou premiação estejam, de alguma forma, associadas à avaliação. A punição que alguns de nossos colegas querem, ademais, observadas as limitações da estabilidade incondicional no serviço público, pode ocorrer hoje com os instrumentos disponíveis. Professores não pontuais, não assíduos, incompetentes, descumpridores de suas obrigações podem, por exemplo, ser punidos com os mecanismos existentes, se punir for julgado fundamental. Basta levamos a sério a função que exercemos!! Para isso não é necessário um atrelamento a um processo de avaliação institucional, sabidamente complexo e cujos objetivos precisam extrapolar esta questão.

Já podemos de imediato ouvir a contestação: "se ninguém for punido ou premiado, tudo vai continuar como está; os dedicados e competentes não terão chance, a malandragem e a ineficiência tomarão conta das universidades e a avaliação terá sido inútil". A pergunta desta perspectiva é só uma: "Então para que avaliar se não podemos punir ou premiar? Ora, não vou discutir aqui os objetivos expressos em, virtualmente, todos os projetos e propostas de avaliação que conheço.

Estes invariavelmente dizem algo desse teor:

- "Avaliar é importante para impulsionar um processo criativo de auto-crítica";
- "Avaliar é importante para conhecer como se realizam e se interrelacionam as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração";
- "Avaliar é uma forma de reestabelecer compromissos com a sociedade";
- Avaliar é importante para "repensar objetivos, modos de atuação e resultados";
- Avaliar é "estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas";
- "Avaliar para poder planejar";
- "Avaliar para evoluir"; -
etc.

Estas colocações todas me satisfazem. Concordo com elas, entendo o seu significado e vejo a sua importância. Quero, entretanto, acrescentar mais uma definição a esta lista de objetivos, pois creio que ela está fortemente presente em todos os projetos da avaliação: "*avaliar para (a) firmar valores*".

A palavra avaliação contém a palavra "valor" e, por isso mesmo, não podemos fugir desta concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem a função de (a) firmar valores estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento e do processo de avaliação para admitir que eles são sempre resultados de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro. Assim que, quando, por exemplo, organizamos um instrumento de avaliação do desempenho docente, e este instrumento põe perguntas, há sempre um valor desejado e indesejado subjacente a cada uma delas. Quando perguntamos, por exemplo, se o professor **apresentou** plano de ensino, estamos na verdade afirmando que apresentar plano de ensino é desejável. Quando perguntamos se o professor **cumpriu o plano** de ensino, estamos de fato afirmando que cumprir o plano é desejável. Quando perguntamos se o professor foi **assíduo ou pontual**, estamos, sem dúvida, afirmando que assiduidade e pontualidade são os valores que prezamos.

Estas são as formas mais escancaradas de apresentar o que muitas vezes se disfarça, se insinua e se espalha como neutro, mas a avaliação não é neutra como não é neutra ou desinteressada a linguagem. O que temos que assumir com toda a honestidade e franqueza é que há valores que prezamos e que queremos que se instalem, em um dado momento histórico, com a consciência de que eles não são necessariamente eternos, pelo menos não na forma em que hoje os concebemos. Enquanto acreditamos que apresentar planos de ensino e cumprir planos, ser pontual, ser assíduo, ser claro, etc; são valores importantes, por que não fazer a sua defesa? Pode que amanhã surja alguém que nos convença de que nossos valores são prejudiciais ao ensino e à aprendizagem. Talvez. Se formos, de fato, levados a crer que este é o caso é porque o argumento deve ser muito convincente. Se convencidos, temos mais é que, com humildade, aceitar a mudança.

Para terminar a discussão deste princípio da não-punição e não-premiação, gostaria de dizer que minha intenção ao tratar da afirmação de valores é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja no mérito a dualidade do crime e do castigo. É esta da avaliação - um processo que é penoso e lento porque ele se inscreve não no vazio, ou numa página em branco, mas em uma história existente, em uma realidade, em um texto cultural que o antecede e o qual pretendemos reescrever.

Os usos da avaliação para o professor, para o curso, para os departamentos e centros, para a administração das universidades, como um todo, para o sistema educacional do país, como um todo, são inúmeros, razão pela qual considero desnecessário, inconveniente, para não dizer perigoso, atrelá-lo de alguma forma à premiação ou punição - incluído aí a alocação ou não de recursos.

A Comissão de Avaliação entende ainda que a adesão deve ser voluntária, pois o que se busca vai muito além de constatação específicas e momentâneas geradas por instrumentos de medição ou ponderação, por mais adequados que estes possam parecer. O que se busca, antes de tudo, é a compreensão da necessidade de instalarmos na universidade a **cultura da avaliação** - um conjunto de valores acadêmicos, atitudes e formas coletivas de conduta que tornem o ato avaliativo parte integrante do exercício diuturno de nossas funções. E este processo só logrará êxito

se for coletivamente construído e se puder contar *com intensa participação de seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados*. É a esta percepção que chamo de princípio da **adesão voluntária** - e esta deve estar presente tanto na relação PAIUB-IES quanto na participação dos diferentes segmentos e unidades e sub-unidades dentro da instituição. A idéia é de vencer convencendo e não impondo. Se o número de projetos submetidos ao programa nacional de avaliação, hoje, indica alguma coisa, cremos que, pelo menos, na relação IES-PAIUB, está correto afirmar que o princípio da adesão voluntária está correto.

A questão da **Legitimidade** é outro princípio importante. Se a adesão voluntária garante legitimidade técnica, e esta se expressa principalmente de duas maneiras: (1) numa metodologia capaz de garantir a construção de indicadores adequados, acompanhados de uma abordagem analítico-interpretativa capaz de dar significado às informações; e (2) na construção de informações fidedignas, em espaço de tempo capaz de ser absorvido pela comunidade universitária.

Por último, o princípio da **continuidade**. Um processo de avaliação, com as características do aqui em discussão, além dos princípios já apontados, deve ser contínuo. A continuidade permitirá a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos. Esta característica longitudinal da avaliação permite também testar a própria confiabilidade tanto dos instrumentos quanto dos resultados. Em função deste princípio, o PAIUB prevê a reavaliação como etapa posterior à avaliação externa.

Estes são, no meu entender, os princípios que construíram a proposta do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. A proposta, evidentemente, não se esgota nos princípios. Uma discussão cuidadosa da metodologia e das ações previstas é fundamental para uma melhor compreensão do significado destes princípios no contexto do PAIUB. Temos a certeza de que esta discussão acontecerá com mais intensidade agora que uma proposta de projeto de avaliação institucional está à disposição de todos para ser criticada, aperfeiçoada, reconcebida e reescrita.

Para concluir, gostaria de enfatizar que o assunto "avaliação" é sabidamente complexo e que não há, pronto para consumo, um modelo ideal e único para o país. Creio que é inútil procurá-lo. Ele precisa ser por nós construído. Nosso desafio primeiro, hoje, é seguirmos em busca de uma linguagem comum para as universidades brasileiras - uma linguagem que nos permita repensar, e, se necessário, reconstruir as propostas hoje existentes no país. O PAIUB, busca esta flexibilidade e esta linguagem comum, e isto, embora possa parecer pouco, é o grande primeiro passo de uma longa caminhada; é o início do fim de babel. E mais: é a instalação da capacidade de as universidades se contraporem a avaliações simplistas e propagandísticas e a matérias jornalísticas que, com dados falsos e incompletos, denigrem a universidade pública brasileira.

Avaliação Institucional

DOCUMENTO BÁSICO UMA **PROPOSTA NACIONAL**

Comissão Nacional da Avaliação
Brasília, 26 de novembro de 1994.

1. FUNDAMENTAÇÃO

Reconhecida historicamente como instituição que produz e dissemina o saber voltado tanto para a busca das verdades científicas quanto para atender às necessidades básicas da sociedade, espera-se da Universidade desempenhos conseqüentes em suas atividades-fim, capazes de garantir bom padrão de qualidade de seus serviços à sociedade. Se este pressuposto é abrangente, a natureza e a destinação prioritária desses serviços podem e devem ser discutidas, em função da organização e do estágio de desenvolvimento que se encontra a sociedade a que serve. O processo de avaliação deve, portanto, ser o contraponto da proposta institucional desenvolvida pela IES, buscando atender a uma tripla exigência da universidade contemporânea:

- a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- b) uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária;
- c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isto significa acompanhar metódicamente as ações a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação.

A educação é um bem público porque seus benefícios atingem toda a sociedade, deve por isso ser avaliada em termos da eficácia social de suas atividades, bem como em termos da eficiência de seu funcionamento. A avaliação institucional sistemática é uma maneira de se estimular o aprimoramento da realização de uma atividade, e de evitar que a rotina descaracterize objetivos e finalidades desta mesma atividade. Voltada ao aperfeiçoamento e à transformação da universidade, a avaliação significa um balanço e um processo de identificação de rumos e de valores diferentes. Seu traço distintivo é a preocupação com a qualidade, tomando-se um processo contínuo e aberto mediante o qual todos os setores da Universidade e as pessoas que os compõem participem do repensar objetivos, modos de atuação e resultados de sua atividade, em busca da melhoria da instituição com um todo. Ao lado de indicadores clássicos, de ordem quantitativa a avaliação institucional implica dimensões qualitativas, inclusive aquelas vinculadas ao projeto acadêmico.

A avaliação não implica, evidentemente, que todas as discordâncias, dúvidas e contradições, características do cotidiano acadêmico, venham a desaparecer: ela, ao contrário, deve contribuir para revelar, preservar e estimular a pluralidade constitutiva da instituição acadêmica. Enquanto processo de atribuição de valor, a avaliação supõe exame apurado de uma dada realidade, a partir de parâmetros de julgamento derivados dos objetivos, que orientam a constituição, desenvolvimento ou produto das ações dessa mesma realidade. Supõe, igualmente, racionalidade dos meios e utilização de aferições quantitativas.

2. PRINCÍPIOS

Uma sistemática de avaliação institucional da atividade acadêmica, considerando a descentralização dos procedimentos para a tomada de decisão, deve ser desenvolvida tendo em vista alguns princípios básicos:

- aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados;
- envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua execução e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.

3. OBJETIVOS

A avaliação de desempenho da Universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.

A partir deste objetivo geral da avaliação institucional é possível destacar os seguintes objetivos específicos:

1. Impulsionar um processo criativo de auto-crítica da instituição, como evidência da vontade política de auto-avaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e para prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade;
2. Conhecer, numa atitude diagnóstica, como se realizam e se interrelacionam na Universidade as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;
3. (RE) estabelecer compromissos com a sociedade, explicitando as diretrizes de um projeto pedagógico e os fundamentos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita o constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações da Universidade, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes;
4. Repensar objetivos, modos de atuação e resultados na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere, capaz de responder às modificações estruturais da sociedade brasileira;
5. Estudar, propor e implementar mudanças das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa e da extensão e da gestão contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos e institucionais socialmente legitimados e relevantes.

4. CARACTERÍSTICAS

De modo global e específico a avaliação de uma universidade é institucional, enquanto procura levar em consideração os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, isto é, cada uma das dimensões-ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade. Consequentemente, busca-se proceder a uma análise simultânea do conjunto de dimensões relevantes ou hierarquizar cronologicamente o tratamento de cada uma delas, a partir de prioridades definidas no âmbito da instituição e dos recursos disponíveis.

Outra característica fundamental do processo de avaliação de uma instituição acadêmica é a intensa participação dos seus membros, tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados, traduzidos em medidas ao aperfeiçoamento da instituição.

Se, por um lado, a avaliação desenvolvida pelos próprios agentes do processo apresenta aspectos positivos, como, por exemplo, maior nível de aprofundamento de determinadas questões, por outro lado, ela é insuficiente, pois não garante a incorporação da visão daqueles cientistas e cidadãos atingidos pelas atividades acadêmicas, podendo vir a refletir uma visão corporativa. Para superar tal dificuldade a sistemática de avaliação proposta deve aliar a estratégia de avaliação interna à avaliação externa. Esta proposta possui a vantagem de combinar importantes subsídios originários da percepção e dos juízos daqueles indivíduos comprometidos com a instituição e seus resultados com o aporte de outros segmentos científicos e sociais. Tanto a auto-avaliação quanto a avaliação externa abarcam dimensões qualitativas e quantitativas de todas as atividades institucionais.

Uma outra característica a ressaltar é a integração de esforços e experiências já existentes na instituição, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio e aproveitar e incentivar experiências em andamento, no intuito de integrá-los num processo global. Salienta-se que um processo de discussão desenvolvido pelos vários segmentos da instituição universitária proporciona maior clareza acerca de aspectos institucionais e também determina maior conhecimento e compreensão da estrutura global da universidade.

Finalmente, o processo de avaliação deve ser contínuo e sistemático, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais da instituição acadêmica. Assim, não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

Estas características do processo de avaliação contribuem para a construção da legitimidade política, indispensável à implementação de um projeto nacional de avaliação universitária.

A legitimidade técnica do processo depende de outros fatores:

1. metodologia: além de construir indicadores adequados, pode utilizar-se de procedimentos quantitativos e qualitativos e oferecer modelos interpretativos apropriados aos objetivos do processo avaliativo.

2. fidedignidade da informação: a existência de uma base de dados confiáveis é também condição necessária para qualquer esforço de avaliação que se proponha. Não obstante o esforço do MEC, através da SESu e da Coordenação de informações para o Planejamento e do CRUB, através do SIUB (Sistema de Informações para as Universidades Brasileiras), as estatísticas existentes são em muitos casos ainda precárias. A ausência de um conjunto de informações institucionais e estatísticas confiáveis tem prejudicado a construção de indicadores para análise do sistema universitário. Exemplos disto são aqueles relativos a "área construída", "produção acadêmica", "custo por aluno" e a própria definição de aluno.

A primeira providência a ser tomada para a construção de uma base de dados é a de obter informações sobre as principais variáveis relativas ao ensino superior, constituindo um núcleo de dados relevantes produzidos pelas universidades a partir de critérios comuns pré-definidos (vide Anexo I). São estimuladas a ampliação, o detalhamento e os modos de tratamento e análise de tais informações, de forma a permitir interpretações qualitativamente mais consistentes.

5. DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

A complexidade de se empreender a avaliação global de instituição acadêmica, aliada às peculiaridades de cada uma delas, orienta a proposta no sentido de que a elaboração e a implementação de uma metodologia de avaliação para as universidades ocorram por etapas, com desenvolvimento simultâneo, interdependentes e complementares. A harmonia do processo de avaliação contempla uma dinâmica diferenciada de evolução e implantação no interior de cada instituição assim como no sistema universitário como um todo. Considera, também, as características e finalidades do projeto institucional de cada IES.

Considerando que essa avaliação institucional envolve campos distintos como o da produção acadêmica, administração, ensino e extensão, o desenvolvimento de uma metodologia global pode iniciar-se como ênfase na área de ensino de graduação ainda que incluindo, nos instrumentos e indicadores aspectos relativos ao conjunto da instituição. O processo pode desenvolver-se conquistando graus de profundidade crescente nas demais dimensões das atividades-fim da instituição, bem como em relação à gestão universitária.

A ênfase na avaliação do ensino de graduação justifica-se em função de vários fatores destacando-se: a abrangência do universo dentro da instituição e seus grandes efeitos multiplicadores e desdobramentos na sociedade; a necessidade de se construir uma cultura institucional participativa da avaliação como instrumento permanente de aperfeiçoamento das universidades. Neste sentido, qualquer identificação e resolução de problema nesta área, acredita-se, terá impacto imediato nas instituições e, por conseqüência, na sociedade, principalmente através de formação de pessoas que passarão a melhor desempenhar os seus papéis profissionais, técnicos ou sociais.

Além disto, outras atividades das universidades já têm alguns procedimentos avaliativos reconhecidos, como, por exemplo a avaliação da pós-graduação e pesquisa realizada pelas instituições financiadoras, em particular, pela CAPES. Entretanto, estas atividades ainda não conseguiram introduzir uma sistemática global de avaliação nas instituições. Logo, não obstante a necessária ênfase na graduação, numa perspectiva de avaliação institucional, são partes integrantes do processo as demais dimensões da atividade acadêmica: ensino de pós-graduação, produção acadêmica, atividades de extensão e da gestão universitária.

Cada uma dessas dimensões ensino, produção acadêmica, extensão e gestão, assim como suas interrelações, pode ser avaliada do ponto de vista interno e externo; pode ser apreciada, também, através dos indicadores institucionais (dados dos cadastros acadêmicos) e ser contemplada em maior ou menor grau de profundidade quando da ênfase na avaliação da graduação através, inclusive, dos efeitos das demais atividades-fim sobre este nível de ensino.

6. INDICADORES INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO

Os indicadores globais aqui propostos buscam refletir algumas das principais características derivadas da condição de instituição acadêmica. Referem-se, portanto, às dimensões ensino, produção acadêmica, extensão e gestão universitária. Alguns expressam apenas ordens de grandeza, como tamanho do alunado ou da área construída, outros expressam aspectos qualitativos, como a qualificação docente, e outros ainda apontam opções institucionais, como critérios de matrícula e de transferência.

Este conjunto de indicadores, considerados básicos para a construção de uma metodologia comum de avaliação global deve ser completado, no âmbito de cada IES e no sistema como um todo, por outras informações substanciais, que não serão objeto de exame neste documento, tais como:

- 1) outras informações e indicadores que permitam análises mais aprofundadas de cada uma das dimensões e aspectos da atividade institucional;
- 2) informações contextuais que expressem aspectos como qualidade de vida no campus, interação com a comunidade social em seu entorno e com a comunidade científica;
- 3) informações acerca das atividades de extensão, produção acadêmica, gestão universitária.

Indicadores institucionais estão formulados no Anexo II.

Avaliação do Ensino de Graduação

1. ASPECTOS GERAIS

A avaliação do ensino de graduação visa conhecer e dimensionar as principais características e fatores envolvidos no processo ensino-aprendizagem de formação de cidadãos profissionais, com a finalidade de identificar subsídios para seu aprimoramento. Situa-se, portanto, no contexto do processo global de avaliação institucional cujos objetivos referem-se à ampliação do auto-conhecimento da instituição sobre si mesma em busca de melhor adequação ao cumprimento de suas funções científicas e sociais. A avaliação do ensino de graduação compreende a avaliação do curso enquanto globalidade e das disciplinas enquanto unidade desta globalidade. Esta avaliação envolve necessariamente a articulação de aspectos qualitativos das atividades acadêmicas.

As dimensões do ensino de graduação a serem avaliadas podem ser agrupadas em 4 grandes categorias:

a) fatores relativos às condições para o desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

- * condições técnicas:
 - recursos humanos = docentes e técnico-administrativos
 - infra-estrutura = biblioteca, laboratórios, oficinas, etc.
- * condições administrativo-pedagógicas:
 - currículos = disciplinas obrigatórias x optativas

b) fatores relativos aos processos pedagógicos e organizacionais utilizados no desenvolvimento das atividades curriculares, tais como:

- * interdisciplinaridade
- * enfoques curriculares
- * procedimentos didáticos
- * interação teoria-prática: integração das atividades de pesquisa e extensão às práticas curriculares

c) fatores relativos aos resultados alcançados do ponto de vista do perfil do formando, tais como:

- * importância e competência para o desempenho de funções (papéis) básicas da profissão.
- * capacidade de análise e crítica.

d) fatores relativos à formação de profissional crítico habilitado a atender às exigências de contexto social, tais como:

- * envolvimento do aluno em projetos de pesquisa, extensão e cultura durante sua formação curricular e as condições criadas para tal.
- * condições e perspectivas do mercado de trabalho.
- * demandas gerais da sociedade.

2. METODOLOGIA

A implantação e o desenvolvimento do projeto envolvem: uma estratégia compreendendo as dimensões interna e externa da avaliação que se inspira em um dossiê técnico compreendendo os aspectos quantitativos e qualitativos da realidade a ser examinada.

A avaliação interna é concebida como retrospectiva crítica socialmente contextualizada do trabalho realizado pela instituição, com participação de professores, alunos e funcionários, cotejando o diagnóstico técnico com os resultados da auto-avaliação, gerando um projeto de desenvolvimento acadêmico com o qual a comunidade universitária se sinta identificada e comprometida.

A avaliação externa é concebida como oportunidade crítica em que pares acadêmico-científicos sociedades científicas, conselhos profissionais, autoridades patronais, entidades de trabalhadores, egressos e outras organizações não governamentais participam do exame da prática universitária com vistas à formulação e acompanhamento de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras.

Em vista disso, será necessário instalar ou acionar um sistema de coleta de informações qualitativas e quantitativas, descentralizado, ágil e preciso, com dados relevantes para efeitos de diagnóstico, controle e auto-conhecimento. E ainda estes dados necessitam de um "olhar" crítico e qualitativo que permita questionar os dados quantitativos, reconhecer diferenças, valorizar aspectos específicos, analisar e explicar fenômenos, enfim, atribuir sentido acadêmico e pedagógico aos dados coletados.

Para organização e desenvolvimento do processo avaliativo propõe-se a constituição de uma Comissão de Avaliação para coordenar os trabalhos, a critério de cada IES. Tal comissão deve ter composição diversificada de forma a garantir a indissociabilidade de ação da Universidade, contemplando, preservada a deliberação de suas instâncias superiores, a participação dos segmentos acadêmicos, de especialistas e de setores profissionais e sociais já mencionados.

Neste contexto, uma proposta metodológica para a avaliação do ensino de graduação envolve, essencialmente, três etapas: diagnóstico, avaliação interna e avaliação externa. A implementação de tais etapas deverá ser feita segundo as características de cada instituição universitária, não podendo, no entanto, restringir-se ao diagnóstico. Da mesma forma, ações e decisões preliminares, derivadas de resultados de avaliação, poderão ser desenvolvidas ao longo do processo.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Fluxograma do desenvolvimento do Projeto de Avaliação da IES, (vide Anexo III)

3.2. Diagnóstico

Para o desenvolvimento do projeto de avaliação da graduação, em qualquer uma das suas dimensões, é necessária, como ponto de partida, a existência de um conjunto comparável de informações que permitam o diagnóstico da situação em estudo, seja ela global ou parcial. Os dados serão correlacionados de forma a gerar indicadores e , inferências para as avaliações interna e externa.

É importante reafirmar que os dados devem contemplar, além dos aspectos diretamente associados à graduação, outras dimensões que possibilitem a análise da graduação dentro de uma perspectiva institucional. Neste sentido, dados como programas acadêmicos (Iniciação Científica, Monitoria, etc), atividades de extensão envolvendo alunos de graduação, entre outros, devem estar disponíveis.

3.3. Indicadores relativos ao ensino de Graduação

Alguns indicadores específicos do ensino de Graduação devem ser acrescentados aos indicadores institucionais já apresentados, para permitir contemplar as especificidades deste nível de ensino e subsidiar sua avaliação interna e externa, (vide Anexo IV)

3.4. Avaliação interna

A avaliação interna consiste em um momento de reflexão de cada instituição sobre suas diversas dimensões, em um processo de auto-avaliação. A perspectiva é que, considerando um conjunto de indicadores e inferências, a universidade possa analisar os vários dados de forma a qualificá-los, gerando relatórios que reflitam a percepção de si mesma. Nesta etapa a participação de professores e alunos é fundamental.

a) Avaliação de cursos

Para desenvolver esta perspectiva é necessário considerar três conjuntos de elementos:

* Condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infra-estrutura; perspectivas utilizadas na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de iniciação científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral.

* Processos: interdisciplinaridade, formação interdisciplinar, institucionalização, qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de graduação (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, (orientação/supervisão); avaliação de aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação universidade/sociedade.

* Resultados: capacitação global dos Concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades/tarefas típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado de trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em pós-graduação/concursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições outros cursos da mesma instituição).

b) Avaliação de disciplina

A organização do trabalho pedagógico abrange:

Objetivos da disciplina, plano de ensino, fontes de consulta/bibliografia, procedimentos didáticos, instrumentos de avaliação, conteúdo das avaliações, atividades práticas, condições técnicas (recursos humanos e infra-estrutura disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas).

c) Avaliação do desempenho docente

O desempenho docente implica:

Desempenho científico-técnico (clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, interrelação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese, soluções alternativas) e artístico-cultural nas áreas pertinentes; desempenho didático-pedagógico (cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, procedimentos e materiais didáticos/bibliográficos); aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão, orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos.

d) Avaliação do estudante

O desempenho estudantil expressado em base acadêmica, participação, formação ética, realização de tarefas interesse e presença integral.

e) Avaliação do desempenho técnico-administrativo

f) Avaliação da gestão universitária

3.5. Avaliação Externa

No âmbito institucional, a avaliação externa introduz um componente novo e desafiador que se articula com os demais aspectos da avaliação. Requer, tanto dos avaliadores externos quanto da comunidade acadêmica, capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo e sentido de participação. Tem o papel complementar à avaliação interna e alicerça-se em dois pilares:

auto-avaliação da Instituição análise da Comissão Externa São avaliadores externos profissionais com alta titulação e/ou experiência relevante representando os pares acadêmico-científicos, entidades profissionais de trabalhadores e de empregadores, egressos, associações científicas, etc.

A avaliação externa envolve os seguintes aspectos:

- a) corpo docente:** titulação, regime de trabalho, carga didática; produção acadêmica e seu impacto no ensino de graduação, rotatividade, endogenia, existência de pós-graduação e seu benefício à graduação, política de capacitação docente;
- b) corpo técnico-administrativo:** número, capacitação, adequação aos cursos;
- c) corpo discente:** oportunidades de pesquisa, bolsas, etc;
- d) infra-estrutura:** bibliotecas, laboratórios, oficinas, ateliers, escritórios, consultórios, outros espaços relacionados aos cursos de graduação;
- e) análise dos currículos dos cursos de graduação;**
- f) mercado de trabalho:** situação atual e tendências; frentes alternativas; áreas de trabalho potencial na região de influência da IES;
- g) outros aspectos:** relativos a especificidades institucionais, regionais, inclusive aspectos conjunturais, tais como padrões salariais, greves, que possam afetar motivação e desempenho de estudantes e professores.
- h) estudos de acompanhamento de egressos.**

UMA PALAVRA FINAL

Em conclusão, a Comissão nacional de Avaliação manifesta sua abertura às contribuições para aperfeiçoamento da proposta. Além disto está convicta que, através do conhecimento de sua própria realidade, as universidades podem melhorar a qualidade de seu funcionamento e prestar o serviço público que a sociedade dela espera. A Comissão reconhece, ainda, a necessidade de aperfeiçoar o tratamento e análise de todos os tipos de informações, em particular aquelas relativas a custos, explicitando peculiaridades dos setores públicos e privado. Também no setor privado a gestão financeira deve ser examinada com vistas à qualidade institucional.

Finalmente, diante da diversificação e complexidade crescente das atividades acadêmicas nos campos de ensino, da pesquisa e da extensão, a Comissão considera que a avaliação institucional deverá permitir um desenvolvimento das universidades capaz de problematizar a instituição internamente, publicizando-a para a sociedade

ANEXO I

ORIENTAÇÃO QUANTO ÀS VARIÁVEIS

Para constituir a base de dados necessários ao estabelecimento dos indicadores, é fundamental esclarecer o significado das principais variáveis relativas às atividades universitárias, as quais deverão ser especificadas segundo a natureza da instituição (pública, privada, confessional, comunitária). Na presente proposta de avaliação das IES, tais variáveis anuais são preliminarmente assim definidas:

1) ALUNO

1.1. Aluno da Instituição (AI) - Alunos ativos, matriculados, nos diferentes níveis de ensino: 1º e 2º graus, graduação, especialização ou aperfeiçoamento, mestrado e doutorado. Especificar início e final de semestre.

11.2. Aluno de Graduação (AG) - aluno ativo, matriculado em ao menos uma disciplina no semestre e aluno com matrícula trancada, de acordo com o Regimento.

Aluno de Tempo Integral (ATI) - aluno ativo, cursando no mínimo, 24 créditos por semestre, (12 créditos por semestre)

* obter a informação sobre os cursos de extensão no que se refere ao número de alunos e

Observações:

a) Na classificação dos dados referentes ao alunado, é importante discriminar e quantificar as diferentes categorias ou níveis de ensino. No caso de se julgar oportuno incluir os alunos de cursos de extensão, dever-se-á procurar uma medida de aluno equivalente que possa compará-los com os demais alunos. A sugestão que se faz é seguinte:

carga-horária do
curso;

Exemplo: Curso de Arranjo Floral -10 alunos - 60h. aula de curso.

* fazer a equivalência com o aluno ATI correspondendo a 720h. aula por ano.

Continuação do Exemplo: $0,83 = (10 \times 60) / 720$

desta forma os 10 alunos do curso de extensão equivaleriam a 0,83 alunos de graduação.

b) número de alunos de pós-graduação deve ser discriminado por tipos de curso: especialização, mestrado, doutorado.

c) Igualmente deve ser observado que, para alguns indicadores, a variável Aluno da Instituição deve ser ponderada em função do nível de ensino. Sugere-se a seguinte ponderação: 1º e 2º graus (peso 0,5), graduação (peso 1,0), especialização (peso 1,5), mestrado (peso 2,0) e doutorado (peso 3,0).

2) INGRESSANTE

- significa o aluno que ingressa na Universidade a cada ano através de todas as formas de acesso previstas na legislação e nos Regimentos:

- a) ingresso por Concurso Vestibular
- b) transferências de outras IES - compulsória e voluntária
- c) readmissão (alunos afastados)
- d) reingresso (já diplomados em outro curso)

3) DIPLOMADO ou CONCLUINTE

- aluno que conclui, a cada ano, seu ciclo de estudos, nos diferentes níveis de ensino.

4) DOCENTE

- professor em efetivo exercício docente. Os dados devem permitir identificar os professores do quadro permanente, os professores substitutos e os visitantes, assim como os docentes por titulação, categoria funcional e regime de trabalho (20h, 40h e 40h com DE).

4.1 Docente Equivalente em Tempo integral (DTI) - expressa o número equivalente de docentes em tempo integral.

DTI = número de docentes em DE + número de docentes em 40h + 1/2x (número de docentes em 20h)

Nota:

- 1) Dois docentes em 20h equivalem a um docente de 40h;
- 2) Especificar o número de professores em regime de hora-aula, nas IES que ainda adotem este sistema.

5) FUNCIONÁRIO

- número total de funcionários técnico-administrativos, discriminados por nível - NA (apoio), NM (médio) e NS (superior) envolvidos diretamente nas atividades-fim e nas atividades-meio da Universidade;

Observação: Deve ser indicado separadamente, no conjunto de dados, o número de funcionários de Hospitais, Museus, Gráficas, Editoras, Rádio e TV, Fazendas e obras (temporárias ou não). É desejável que se passe a distinguir os funcionários entre administrativos e técnicos.

6) ÁREA CONSTRUÍDA

- total de m² de superfície construída, de um ou vários campi, especificando salas de aula e auditórios, laboratórios, oficinas, ateliers, bibliotecas, C.PDs, fazendas, hospitais, ambulatórios, creches, complexo desportivo, restaurantes universitários, áreas comunitárias, complexo cultural (teatros, cinemas, rádio, TV, museu), serviços (correios, farmácia, livraria, lanchonetes), áreas urbanizadas, áreas alugadas de terceiros pelas universidades, parque gráfico, infra-estrutura (garagens, oficinas de manutenção, marcenarias), etc.

6.1. Área construída por tipo de atividade desenvolvida.

J) ACERVO BIBLIOGRÁFICO

- número de títulos e de periódicos de todas as bibliotecas existentes na instituição.

5) PRODUÇÃO ACADÊMICA

produção técnica, científica, artística e cultural discriminada segundo caracterização de produção acadêmica utilizada pela CAPES.

9) TEMPO DE CONCLUSÃO DO CURSO

- avaliado em função do tempo médio de duração dos cursos de graduação oferecidos pelas universidades. Na falta de uma metodologia mais apurada, considera-se o valor de 5 (cinco) anos como tempo médio de duração, para todas as IES.

10) VOLUME DE RECURSOS ALOCADOS:

(a apresentação destas variáveis deverá considerar as peculiaridades dos diferentes tipos de instituições).

I) Recursos de Tesouro (valores constantes em padrão monetário comum)

* Pessoal - Para este item destacar do total:

- a) pessoal dos Hospitais
- b) inativos e pensionistas

* OCC - Para este item destacar do total:

- a) benefícios (vale-transporte, vale-refeição)
- b) novos investimentos (construções e equipamentos)
- c) gastos em manutenção

II) Recursos próprios - Para este item destacar do total, as fontes e as destinações:

- a) convênios e projetos (institucionais e individuais)
- b) subsídios
- c) gastos com investimento
- d) manutenção
- e) pessoal

Nota:

- 1) As IES organizadas em estrutura multi-campi devem apresentar seus dados de modo a permitir a identificação de cada um dos campi.
- 2) As IES que possuem Laboratórios, Farmácias, Fazendas, Hospitais e outros centros de custos/atividades devem apresentar seus dados de forma a considerar estas peculiaridades.
- 3) As atividades de extensão devem ser destacadas.

ANEXO II

INDICADORES INSTITUCIONAIS PE AVALIAÇÃO

1) ALUNO/DOCENTE

- indica a taxa de utilização de recursos docentes da instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e o número total de professores. (Usar os 3 tipos de aluno: AI, AG e ATI, já descritos.)

2) ALUNO/FUNCIONÁRIO

- indica a taxa de utilização do pessoal de apoio da instituição e representa a relação entre o número total de alunos ativos e número total de funcionários. (Usar os 3 tipos de alunos: AI, AG e ATI, já descritos)

3) FUNCIONÁRIO/DOCENTE

- indica a distribuição do pessoal de apoio em relação aos recursos docentes e representa a relação entre o número total de funcionários técnico-administrativos e o número total de professores da instituição.

4) DIPLOMADO NA GRADUAÇÃO/INGRESSANTE

- indica a taxa de sucesso na graduação e representa a relação entre o número de diplomados e o número de ingressantes nos cursos de graduação, a cada ano, considerando todas as formas de acesso à instituição.

5) TESE (OU DISSERTAÇÃO)/INGRESSANTE

- indica a taxa de sucesso na pós-graduação "strictu sensu" e representa o número total de teses e dissertações aprovadas e o número total de ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado.

6) CONCEITO DO MESTRADO (CM)

- representado pela média ponderada dos conceitos atribuídos pela CAPES aos cursos de mestrado da instituição como indicado:

$$CM = 3A + 2B + 1C - 1D$$

onde: A representa o número de cursos de mestrado com conceito A, B o número de cursos de mestrado com conceito B e assim por diante.

I) CONCEITO DE DOUTORADO (CD) - construído e interpretado de maneira idêntica ao Conceito de Mestrado.

8) ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE (ITCD)

- representado pela média ponderada das titulações acadêmicas dos docentes como indicado:

$$\text{ITCD} = \frac{5D + 3M + 2AE + G}{D + M + AE + G}$$

onde: D representa o número de docentes com o grau de doutor, M o número de docentes não doutores, mas portadores do grau de mestre, AE, o número de docentes que não são nem doutores nem mestres mas concluíram curso de especialização ou aperfeiçoamento e G o número dos docentes que, além do diploma de graduação, não apresentam nenhuma das titulações mencionadas.

9) PRODUÇÃO ACADÊMICA/DOCENTE

- indica a taxa da produção acadêmica docente. Para o cálculo da produção acadêmica será respeitada a caracterização estabelecida pela CAPES.

10) DOCENTE DE/DOCENTE

- indica o potencial docente envolvido em pesquisa e representa a relação entre o número de docentes em dedicação exclusiva e o número total de docentes.

11) DOCENTE EM 40H/DOCENTE

- indica opção institucional para o perfil docente e representa a relação entre o número de docentes em 40h sem DE e o número total de docentes.

) (SUBSTITUTO + VISITANTE)/DOCENTE ¹²

indica a participação do docente temporário nas atividades acadêmicas da instituição e representa a relação entre o número de professores substitutos e visitantes e o número total de docentes.

13) DOUTOR/(TITULAR + ADJUNTO)

- indica o rigor da progressão funcional docente e representa a relação entre o número de docentes doutores e o número total de professores titulares e adjuntos da instituição.

14) (DOCENTE + FUNCIONÁRIO)/(FG + CD)

- indica o nível de dispêndio e o peso da estrutura gerencial da instituição e representa a relação entre o número de docentes e funcionários e o número total de funções gratificadas, cargos de direção e outras gratificações por funções técnicas ou administrativas.

15) ÁREA CONSTRUÍDA/(ALUNO + FUNCIONÁRIO + DOCENTE)

- indica a racionalização do espaço físico e representa a relação entre a área construída em m² e o número de alunos, funcionários e docentes da instituição.

16) ACERVO BIBLIOGRÁFICO/ALUNO

- indica a possibilidade de acesso do aluno a livros e periódicos das bibliotecas e representa a relação entre número de títulos e periódicos e o número total de alunos.

17) CUSTO POR ALUNO

- expresso pela relação entre volume de recursos alocados (subtraindo os recursos destacados na definição da variável) e o número de alunos. O número de alunos deve ser ponderado conforme explicitado no Anexo I, par; graduação e pós-graduação, em nível de desagregação possível.

Observação: Definições precisas e já bastante discutidas, a nível nacional, encontram-se no Manual do Sistema de Apuração de Custos das Instituições Federais de Ensino Superior - MEC, junho/89. O software deste modelo j; está disponível nas IES.

ANEXO III

INDICADORES RELATIVOS AO ENSINO PE GRADUAÇÃO

- indica a capacidade da instituição de levar seus alunos a concluir com sucesso seus cursos e considera os formandos em relação a todos os tipos de ingressantes, a cada ano.

$$\text{TSG} = \frac{\text{Número de diplomados}}{\text{Número total de ingressantes}}$$

2) TAXA DE OCIOSIDADE (TO)

- expressa o nível de preenchimento de vagas ofertadas no vestibular e o conseqüente grau de ociosidade existente no ensino de graduação.

$$\text{TO} = \frac{\text{Número de vagas preenchidas}}{\text{Número total de vagas oferecidas}}$$

3) ALUNO TEMPO INTEGRAL (ATI)

- representa o número de alunos da instituição caso todos estivessem cumprindo 24 créditos por semestre.

$$\text{ATI} = \frac{\text{Somatório do produto do número de alunos de cada disciplina pelo número de créditos da disciplina}}{24 \text{ créditos}}$$

4) GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE)

expressa o grau de utilização da capacidade instalada e a velocidade de integralização curricular. Compara o número de alunos em tempo integral (ATI) com o número total de alunos ativos.

$$\text{GPE} = \frac{\text{ATI}}{\text{Número total de alunos}}$$

5) TAXA DE RETENÇÃO DISCENTE (TRD)

- Expressa a permanência dos estudantes na IES. Refere-se ao número de formandos, ponderado pelo tempo médio de conclusão (integração curricular) em relação ao total de alunos.

$$\text{TRD} = \frac{\text{Produto do número de formandos por ano pelo tempo médio}}{\text{Número total de alunos}}$$

6) TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS ACADÊMICOS (TPPA)

- expressa o esforço institucional em oferecer aos alunos de Graduação oportunidades de iniciação à pesquisa e outras atividades adicionais à sua formação. Considera o número de bolsas de monitoria, iniciação científica extensão, etc, em relação ao número total de alunos ativos.

$$\text{TPPA} = \frac{\text{Número total de bolsas}}{\text{Total de alunos}}$$

7) CUSTO POR ALUNO DE GRADUAÇÃO (CG)

- Os modelos concebidos para estimativas dos custos apresentam limitações que impedem a opção definitiva por um deles. Para superar a dificuldade parece razoável explicitar hipóteses e supostos presentes e explorar a utilização de mais de uma possibilidade, conforme o tipo de análise que se busque fazer. Além do custo-aluno global, apontado anteriormente, deve-se estimar um custo-aluno-graduação.

Custo-aluno-graduação - aquele em que se busca aproximar o custo direto do aluno de graduação.

$\text{CG} = \text{Custo pessoal docente} + \text{custo de pessoal} + 1/40\text{CC}$ Número total de alunos onde:

Custo Pessoal Docente: é o custo da carga horária de Graduação (onde o custo de carga horária equivale ao valor da hora-média do salário docente multiplicado por 2, visando contemplar as atividades presenciais e as preparatórias e avaliativas.

Custo Pessoal Técnico e Administrativo: poder-se-ia inicialmente, considerar este valor como sendo equivalente a 30% do Custo de Pessoal Docente. É possível aperfeiçoar este critério levando-se em conta a relação real aluno, funcionário envolvido em atividades de graduação.

Observação: Vide observação no item 17 dos Indicadores Institucionais

ANEXO IV

FLUXOGRAMA DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PE AVALIAÇÃO DA GRADUAÇÃO NAS IES

Etapa/sub etapa	Responsável/Objetivo	Destinatários/Fontes de Informação
Preparação ->	<u>Com. Avaliação</u> Sensibilizar para a avaliação institucional	= > Seminários, encontros de estudo, formação de GTs por curso, etc. => Comunidade Universitária, Colegiados, Departamentos, Professores, Estudantes.
1ª etapa Diagnóstico ->	<u>Com. Avaliação</u> Descrevem a situação atual de cada curso, a partir do cadastro e das opiniões da comunidade	= > Coleta e organização de informação: a) levantamento de dados => Cadastro geral da Universidade b) levantamento de opiniões, através de questionários => Professores e estudantes diferenciados dos cursos
2ª etapa Auto-avaliação	<u>Com. Avaliação</u> Possibilitar a cada curso auto-avaliar-se	=> Encaminha dados para análise auto-avaliativa => Colegiados de Curso Departamentos
	- <u>Colegiados de Curso</u> - <u>Departamentos</u> Auto-avaliar-se	> Analisam desempenho avaliando pontos positivos e negativos; elaboram relatórios de avaliação => Com. Avaliação do curso,
I -> Consolidação dos dados	<u>Com. Avaliação</u> organizar resultados da auto-avaliação sem emitir julgamentos de valor, com vistas à avaliação externa	Consolidação dos resultados dos relatórios de auto-avaliação e dos dados do diagnóstico, de cada um dos cursos

3ª etapa	Com. Avaliação	= > Indica comissão de	=> Comissões avaliação
A -> Preparação	implementar avaliação	externa; organiza processo e roteiros; encaminha relatório,	incluindo, diagnóstico e auto-avaliação
V	externa		
A	V	; externas	
L I	Comissões Externas	= > Analisam dados,	Com. Avaliação
A Ç	Avaliar cursos IES	Complementam informações junto aos cursos, emitem	
Ã	V	juízos através de relatórios	
0 -> Realização	Com. Avaliação	= > Organiza conjunto de dados: diagnóstico, avaliação	
E X	organizar e divulgar	interna e externa de cada curso; prepara relatório geral da	
T E R N A	avaliação dos cursos	IES, por curso, descrevendo processo avaliativo e	
4ª etapa	V	destacando os pontos para análise e discussão pelos	
R -> Organização de dados	Com. Avaliação divulgar	resultados	
E	internamente conjunto de	da avaliação	
A	resultados	V	
V	da avaliação	Colegiados e	
A	V	Departamentos	
L	Colegiados e		
I	Departamentos		
A			
Ç -> Divulgação interna			
Ã			
0			
I			
N			
T -> Discussão e reflexão			
E internas			
R			
N A			

5ª etapa

R-> Reconsolidação

E

A

L

I

M

E -> Tomada de decisões:
ações a implementar

Com. Avaliação

Avaliar medidas de correção
ou aperfeiçoamento: propor
alternativas

Col. de Cursos

Departamentos

Administração Central

decidir e implementar
medidas para melhoria
do desempenho dos cursos

=>

analisa pronunciamentos,
cursos e Departamentos;
organiza sugestões, elabora
relatório geral (*)

_____ |

= > propõem ações e = >

medidas no sentido de = >

corrigir distorções e melhorar
a qualidade

Administração Central

= > Com. Avaliação

U -> Publicização

Com. Avaliação

. > Publicação do Relatório final,
encaminhado a SESU/MEC e
Comunidade externa

Obs: No relatório geral da Universidade, a Comissão de Avaliação emitirá comentário analítico sobre cada curso, apontando convergências e divergências entre auto-avaliação e avaliação externa e sugerindo pontos que merecem a atenção dos responsáveis pelos cursos. A estratégia de reecaminhar aos responsáveis pelos cursos o relatório geral permite que cada curso se perceba no conjunto da Universidade, e, ao mesmo tempo, verifique como é percebida na comunidade externa.

Nota: Este Documento Básico (26 de novembro de 1993) foi redigido e aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação e pelo Comitê Assessor, à época assim constituídos:

COMISSÃO NACIONAL PE AVALIAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESu

- Maria José Vieira Feres (Coordenadora)
- Eda C. B. Machado de Sousa (Coordenadora de Análise e Avaliação Institucional)
- Paulo Roberto da Silva (Coordenador das Comissões de Especialistas de Ensino)

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR -
ANDIFES

- Helgio Casses Trindade

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS - ABRUEM

- João Carlos Thomson

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES - ANUP

- Antônio Veronezi

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLAS CATÓLICAS - ABESC

- Ir. Norberto Francisco Rauch

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO

- Maria Amélia S. Zainko

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

- Luiz Carlos Pavlú

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO

- Júlio Wiggers

FÓRUM DOS PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- Wrana M. Panizzi

COMITÊ ASSESSOR

- Dilvo I. Ristoff - UFSC
- Eda C. B. Machado de Sousa - SESu/MEC
- Fernando Menezes Campello de Souza - UFPe
- Heloísa Helena Sanfanna - UEL
- Isaura Belloni-UnB
- Jacques Velloso - UnB
- Jesus Renato Galo Brunet - UFSP
- José Dias Sobrinho - UNICAMP
- José Vicente Tavares dos Santos - UFRGS
- Lina Cardoso Nunes - UNESA
- Marlene Coreno Grillo - PUCRS
- Victor Meyer - UFSC

Ofício-Circular nº 251/93-GAB/SESu/MEC

Em 21 de dezembro de 1993.

Magnífico Reitor,

É com satisfação que encaminhamos a Vossa Magnificência o Edital para "Chamada de Projetos" a serem financiados pela SESu, através do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB.

Como é do seu conhecimento, a SESu investiu muito dos seus esforços no ano de 1993 com o objetivo de viabilizar e implementar o processo de avaliação institucional nas Universidades Brasileiras.

No mês de março, a SESu/MEC criou a Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional - CODAI.

Em julho, o Senhor Ministro da Educação e do Desporto, Prof. Murílio de Avellar Hingel, presidiu a solenidade de instalação da Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras (Portaria 130 de 14 de julho de 1993 SESu/MEC). Composta por representantes da SESu/MEC, da ANDIFES, da ABRUEM, da ANUR da ABESC e dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão, Planejamento e Administração. A comissão assumiu a condução do processo de avaliação institucional.

Em setembro, foi criado o Comitê Assessor com representantes das entidades acima, tendo a função de subsidiar as decisões da Comissão Nacional e julgar os projetos apresentados ao PAIUB.

Em 1993, foram apresentados 40 projetos para serem julgados pelo Programa. Destes, 17 projetos foram financiados pela SESu para serem executados no período de setembro a dezembro.

Acompanhado o Edital para Chamada de Projetos, estamos enviando o Documento Básico do PAIUB com o título "Avaliação das Universidades Brasileiras - Uma Proposta Nacional". Esta Proposta foi inicialmente elaborada pela ANDIFES e apresentada à Comissão Nacional de Avaliação, que, após análise e aprovação, determinou o seu envio a todas as Universidades Brasileiras, para discussão e remessa de sugestões à SESu/MEC. As sugestões enviadas foram incorporadas pelo Comitê Assessor e aprovadas pela Comissão Nacional.

É importante destacar que o documento do PAIUB contém as linhas básicas necessárias para a elaboração dos projetos.

Não obstante, considerando o caráter dinâmico e processual da avaliação, o documento permanece aberto à discussão e sugestões das IES. Ao elaborarem os seus projetos de avaliação institucional, as Universidades podem e devem aperfeiçoar a proposta contida no documento básico.

Em anexo, seguem também os Anais do "Encontro Internacional de Avaliação do Ensino Superior -1988" e dois instrumentos utilizados pela UNICAMP no processo de sua avaliação.

Esperamos que este processo que estamos implementando, sem imposições e em total parceria com a comunidade universitária, se consolide nos próximos anos como uma contribuição efetiva para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Atenciosamente,

RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ

Secretário de Educação Superior

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENADORIA GERAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

EDITAL 01/93

O **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**, pela Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional da Secretaria da Educação Superior - SESu/MEC e a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, tomam público e convidam as Universidades interessadas a apresentarem propostas para a obtenção de financiamento de projetos no âmbito do PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, de acordo com o que vai estabelecido a seguir:

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) foi criado neste ano de 1993 pela SESu com o objetivo de colaborar com as Universidades Brasileiras no sentido de iniciarem um processo de avaliação institucional que as conduza a uma melhoria significativa do cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa, extensão.

Com a finalidade de institucionalizar este processo de avaliação, a SESu criou, no mês de março deste ano, a Coordenadoria Geral de Análise e Avaliação Institucional.

No mês de julho, foi criada a Comissão Nacional de Avaliação Institucional coordenada pelo Departamento de Política do Ensino Superior da SESu. Esta Comissão é composta de representantes da própria SESu, da ANDIFES, da ABRUEM, da ANUR da ABESC e dos Fóruns dos Pró-Reitores de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, de Planejamento e Administração.

Em setembro, foi criado o Comitê Assessor que tem as funções de avaliar os projetos apresentados em cada Edital do Programa e assessorar a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras.

Foi solicitada a colaboração das diferentes associações no sentido de oferecerem sugestões para a elaboração de uma Proposta do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras. No final do mês de outubro, a ANDIFE apresentou uma Proposta de Avaliação que foi analisada e aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação e pelo Comitê Assessor. Esta proposta foi enviada para todas as Universidades Brasileiras com a finalidade de ser discutido e receber sugestões para seu aperfeiçoamento.

Na reunião dos dias 25 e 26 de novembro, as sugestões das Universidades foram incorporadas à Proposta. A longo dos próximos dois anos pretende-se fazer seu aperfeiçoamento, na medida em que surja consenso nas mudanças a serem introduzidas.

4. DAS PROPOSTAS

O projeto deve ser institucional, elaborado a partir de uma visão global, integrada da instituição. Neste sentido, não deve constituir-se apenas em uma justa posição de subprojetos de unidades (departamentos, centros, faculdades).

As propostas devem apresentar uma configuração que combine de forma interdependente e complementar (a) o diagnóstico global da instituição com vistas à melhoria da qualidade da gestão universitária; (b) a avaliação acadêmica no ensino de graduação, articulando-a com áreas de pós-graduação, pesquisa e extensão.

A condição necessária para análise da proposta é a de que todas as variáveis e indicadores especificados no Documento Básico em anexo, "AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS" sejam contidos na proposta.

O Documento Básico "AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS" contém as condições mínimas que precisam ser atendidas.

ENTRETANTO AS UNIVERSIDADES ESTÃO CONVIDADAS A AMPLIÁ-LAS E APERFEIÇOÁ-LAS PROPONDO NOVAS CONCEPÇÕES E ALTERNATIVAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.

As propostas deverão ainda:

- ser apresentadas em quatro vias, inclusive os anexos, tudo encadernado para facilitar o manuseio.
- adequar-se, o mais possível, à sistemática de apresentação de Projetos.
- vir acompanhada de Relatório se por acaso, a Universidade proponente já executou Projeto em 1993 com financiamento da SESu.
- apresentar orçamento detalhado, com memória de cálculo, e cronograma adequado à realização do projeto (maio de 94 e dezembro de 95).

5. ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

ETAPA 1 - ENDOSSO INSTITUCIONAL

A política do Programa requer que a proposta a ser submetida à SESu seja adequadamente discutida e apreciada no âmbito da instituição proponente. Isto decorre do seu caráter institucional e da necessidade de contrapartida a ser especificada na proposta.

ETAPA 2 - JULGAMENTO E PRIORIZAÇÃO PELA COMUNIDADE DE PARES

Cada proposta será avaliada em detalhes e independentemente:

- a) por dois consultores "ad hoc" da comunidade acadêmica;
- b) por dois membros do Comitê Assessor do Programa.

Os pareceres dos consultores "ad hoc" serão incorporados à documentação da respectiva proposta, a fim de subsidiar a avaliação a ser feita na etapa seguinte.

ETAPA 3 - AVALIAÇÃO PELO PLENÁRIO DO COMITÊ ASSESSOR

Esta etapa caracteriza-se pela avaliação comparativa das propostas recebidas e analisadas na etapa 2, e é feita pelo plenário do Comitê Assessor. O produto final dessa etapa é uma listagem, por ordem decrescente de mérito e qualidade, das propostas que o Comitê Assessor recomendará para serem submetidas à fase final da avaliação.

ETAPA 4 - JULGAMENTO FINAL

Esta etapa é conduzida pelos técnicos da SESu e compreende a aferição e consolidação dos mecanismos e procedimentos das análises anteriores e o exame das questões relacionadas à documentação do proponente e aos custos das propostas. Nesta etapa são definidas e divulgadas as propostas que efetivamente serão contratadas.

NOTA: Os responsáveis por Projetos que não concordarem com o resultado final do julgamento terão 15 dias para entrar com o pedido de reconsideração à Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras.

6. PROPONENTES HABILITADOS

Estão habilitados a concorrer aos recursos do PAIUB as Instituições Federais de Ensino Superior, supervisionadas pelo MEC e as Universidades Estaduais, Municipais e Comunitárias. Para estas Universidades não Federais a SESu somente dispõe de recursos no item "Outras Despesas Correntes".

As outras Universidades Particulares também são convidadas a apresentar propostas com a finalidade de integrar o processo de avaliação. Entretanto, deverão custear seus projetos.

7. DATAS LIMITE

Apresentação das propostas à SESu/DEPES/CODAI:

- 31 de março de 1994 - data do carimbo de postagem do correio.

Divulgação dos resultados:

- 30 de abril de 1994

Liberação dos recursos:

- 20 de maio de 1994

ITENS NÃO FINANCIÁVEIS

Não são financiáveis:

- complementação salarial, a qualquer título...
- remuneração de serviços pessoais prestados por pessoa física com vínculo empregatício com a Universidade proponente
- aluguéis de imóveis
- material permanente: mesas, armários, arquivos.

* ITENS FINANCIÁVEIS

- dependendo dos objetivos do projeto, e salvo disposição contrária na legislação vigente, poderão ser solicitados recursos para:

I- diárias para afastamento de pessoal docente e técnico-administrativo - material de consumo (todo o material diretamente empregado no projeto...) - serviços de terceiros/pessoa física: (remuneração de serviços de natureza eventual prestados por pessoa física, sem vínculo empregatício com a oponente. Inclui a prestação de serviços por estudantes, na condição de estagiários ou monitores..., remuneração de palestrantes, conferencistas, etc, pagamento de consultores externos, este, somente no caso de a Universidade não dispor nos seus quadros de recursos humanos necessários para conduzir o projeto...)

- serviços de terceiros/pessoa jurídica

(serviços de computação, reprodução e impressão, revelação de filmes, manutenção de equipamentos e instalações, laboratórios e oficinas especializadas...; passagens, fretes, carretos; despesas de alimentação e pousada de terceiros; aluguéis de equipamentos; assinatura de jornais e periódicos, etc.)

- passagens e locomoção.
- equipamentos (de informática e material bibliográfico)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Este item não pode ultrapassar 30% do valor global da verba a ser concedida pelo MEC.

10. RELATÓRIOS

Os projetos que forem financiados deverão apresentar um "Relatório Sintético" após 120 dias do início de execução, que analise as dificuldades e facilidades detectadas na sua implementação.

Em dezembro de 1994, a coordenação do projeto deverá apresentar Relatório Financeiro, acompanhado de Relatório Crítico. Após dois anos, um Relatório Final deve ser apresentado.

Relação das Instituições Participantes no PAIUB - Projetos Aprovados -1994

I - Instituições Federais

- 1 - Universidade de Brasília
- 2 - Fundação Universidade do Rio Grande
- 3 - Universidade Federal de Viçosa
- 4 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
- 5 - Universidade Federal do Maranhão
- 6 - Universidade Federal de Santa Catarina
- 7 - Universidade Federal do Acre
- 8 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- 9 - Universidade Federal da Paraíba
- 10 - Universidade Federal do Piauí
- 11 - Universidade Federal de Pernambuco
- 12 - Universidade Federal de Sergipe
- 13 - Universidade Federal de Alagoas
- 14 - Universidade Federal do Ceará
- 15 - Universidade Federal de Goiás
- 16 - Universidade Federal do Mato Grosso
- 17 - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

- 18 - Universidade Federal de Minas Gerais
- 19 - Universidade Federal Fluminense
- 20 - Universidade Federal do Espírito Santo
- 21 - Universidade Federal de São Carlos
- 22 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 23 - Universidade Federal de Santa Maria
- 24 - Universidade Federal do Paraná
- 25 - Universidade Federal de Pelotas
- 26 - Universidade do Rio de Janeiro
- 27 - Escola Paulista de Medicina

II - Instituições Estaduais e Municipais

- 1 - Universidade Estadual de Londrina
- 2 - Fundação Educacional do Estado do Pará
- 3 - Universidade Estadual de Santa Cruz
- 4 - Universidade Estadual de Ponta Grossa
- 5 - Universidade Estadual de Maringá
- 6 - Universidade do Vale do Itajaí
- 7 - Universidade Estadual de Feira de Santana
- 8 - Universidade Estadual do Ceará
- 9 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- 10 - Universidade do Estado de Santa Catarina
- 11 - Universidade de São Paulo
- 12 - Universidade do Estado de Minas Gerais

III - Instituições Comunitárias

- 1 - Universidade de Santa Cruz do Sul
- 2 - Universidade de Passo Fundo
- 3 - Universidade da Região da Campanha
- 4 - Universidade de Cruz Alta
- 5 - Universidade de Caxias do Sul
- 6 - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
- 7 - Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões

- 8 - Universidade Católica Dom Bosco
- 9 - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- 10 - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- 11 - Universidade Católica de Goiás

IV - Instituições Particulares

- 1 - Universidade Cruzeiro do Sul - UNISUL
- 2 - Universidade Vale do Rio Doce
- 3 - Universidade de Mogi das Cruzes
- 4 - Universidade do Vale do Paraíba
- 5 - Universidade Estácio de Sá
- 6 - Universidade de Guarnhos

Projetos Apresentados **pelas IES**

RESUMOS

Instituições Federais

Universidade de Brasília

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PLANEJAMENTO DA UNIVERSIDADE

Antecedentes do projeto - O início do processo de avaliação na Universidade de Brasília (UnB) data de 1987, com a criação de uma Comissão de Avaliação Institucional, encarregada de elaborar e testar uma proposta de metodologia para avaliação institucional da UnB. No sentido de institucionalizar o processo de avaliação, a comissão transformou-se em Centro de Avaliação. Atualmente, o órgão responsável pela avaliação institucional é a Assessoria de Planejamento e Avaliação Institucional (APA) que, por meio da Coordenadoria de Avaliação Institucional (CAD), implementa a política de avaliação da Universidade.

Dentro de um modelo multifacetado de avaliação, priorizou-se trabalhar com as atividades fim: ensino, pesquisa e extensão, em suas diferentes dimensões, condições, processos e resultados. Até o presente momento, já foram realizadas as seguintes etapas:

- 1) avaliação do ensino de graduação, envolvendo os departamentos e 60 disciplinas, em caráter voluntário;
- 2) avaliação de disciplinas e desempenho docente, em 1988, ainda em caráter voluntário, envolvendo 27 departamentos e 450 disciplinas (UnB, mimeo, 1989);
- 3) avaliação de 35 cursos de graduação, em 89/90, envolvendo 340 professores e 474 alunos, como respondentes;
- 4) avaliação de 726 disciplinas de graduação, no segundo semestre de 92. Participaram, como respondentes, 847 professores e 15.461 alunos;
- 5) ainda em 1992, o CAI realizou a avaliação de 38 cursos de graduação, envolvendo 513 professores e 627 alunos, como respondentes;
- 6) avaliação externa de sete cursos de graduação, em 1993.

Fase atual do processo - Com a utilização do modelo CIPP (Contexto, Insumos, Processos, Produtos), pretende-se articular, metodologicamente, a avaliação ao planejamento estratégico e tático da Instituição, tratando das especificidades de cada campo do conhecimento e de cada setor da Instituição, seja ele acadêmico ou administrativo. Desta maneira, inserindo a avaliação no processo de tomada de decisões da Instituição.

Na presente fase da avaliação institucional, os seguintes aspectos: **auto-avaliação, avaliação externa e pesquisa sobre o mercado de trabalho.**

Auto-avaliação - Serão considerados os níveis decanatos, departamentos, centros, órgãos complementares cursos, programas, projetos e disciplinas, em suas funções de planejamento, avaliação e acompanhamento, utilizando-se as variáveis de contexto, insumos, processos e produtos.

Avaliação externa - Serão considerados, inicialmente, os níveis de cursos e departamentos, dependendo do situação. Diferentemente da auto-avaliação, aqui será dada continuidade ao processo de avaliação externa, andamento e os resultados serão, posteriormente, compatibilizados e adaptados ao modelo CIPR

De acordo com o cronograma para o desenvolvimento desta fase, serão avaliados, ainda em 1994, 12 cursos de graduação; os demais cursos deverão ser avaliados em 1995.

Pesquisa sobre o mercado de trabalho - Em um primeiro momento, buscar-se-á a construção de um banco de dados dos egressos da graduação dos diferentes cursos da UnB. Este aspecto da avaliação está estreitamente ligado à avaliação externa do curso, que também obterá informações sobre o mercado profissional, segundo os especialistas e representantes do mercado de trabalho que comporão as Comissões de Avaliações Externas de curso. Da mesma maneira que a avaliação externa, esta etapa do trabalho deverá ser compatibilizada ao modelo CPP

Fundação Universidade do Rio Grande

AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

As instituições educacionais, hoje, mais do que nunca, estão sendo desafiadas a (re) pensar sua prática. A Fundação Universidade do Rio Grande (URG), considerando o trabalho de avaliação institucional que já vem realizando a necessidade de ampliá-lo, bem como a importância de inserir-se na Proposta nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, por identificar-se com os seus pressupostos, predispõe-se a desencadear, prioritariamente, um processo de discussão de seu ensino de graduação. Esta escolha não excluirá o exame de indicadores relativos ao conjunto da Instituição, uma vez que estes interferem, diretamente, na qualidade acadêmica.

Avaliar a qualidade do ensino de graduação da URG, a partir de parâmetros definidos pela comunidade universitária e pela comunidade externa, com vistas ao aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sócio-político da Instituição, irá favorecer uma constante auto-crítica da Instituição, o diagnóstico das possibilidades e entraves Institucionais na obtenção da qualidade acadêmica e a (re) definição de um projeto pedagógico institucional, comprometido com a sociedade brasileira. O projeto, em sua metodologia, prevê as seguintes fases: 1) Sensibilização, onde serão realizados encontros com as chefias de departamentos, comissão de curso, docentes e discentes, para divulgação de trabalho anterior. Serão organizados painéis e palestras sobre os temas qualidade de ensino/avaliação institucional.

2) Diagnóstico da Instituição, segundo as variáveis definidas pela SESu/MEC, em relação a variáveis relativas às atividades universitárias e indicadores institucionais de avaliação.

3) Avaliação interna, onde serão consultados os discentes, os egressos da Instituição e os docentes. As comissões de curso farão, também, a sua auto-avaliação, emitindo os correspondentes relatórios.

4) Avaliação externa dos cursos, por meio de comissões externas à Instituição.

5) Após a realização das coletas de dados, o projeto irá (re) pensar a avaliação interna, organizando os dados, elaborando relatórios por curso, historiando o processo avaliativo e destacando pontos para discussão e análise, pelos cursos. Os colegiados dos cursos e departamentos examinarão o relatório geral e determinarão ações.

6) O projeto estará revitalizando e divulgando os resultados.

A avaliação se dará ao longo do processo, pela Comissão Coordenadora e pela comunidade acadêmica, por meio de depoimentos orais e escritos e de produtos como: cadastro geral da Universidade, quadro de parâmetros de qualidade, instrumentos de avaliação, relatórios das comissões e relatório geral da IES.

Universidade Federal de Viçosa

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 08 de março de 1993, o Reitor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) instituiu a Comissão Coordenadora do Programa de Avaliação, com o objetivo de apresentar um anteprojeto do Programa de Avaliação Institucional da UFV, que seria apreciado pelo Conselho universitário (CONSU) e pela Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). A Comissão ouviu, sistematicamente, os ocupantes de cargos acadêmicos e administrativos da Universidade, representantes de entidades docentes, discentes e de servidores, coletou e procedeu à leitura de farto material bibliográfico e entrou em contato com experiências concretas da avaliação de IES. Com base neste anteprojeto, o CONSU e a CEPE, em reunião conjunta, no dia 02/09/93, instituíram o Programa de Avaliação Institucional e criaram a Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional da UFV (CADIV), para coordenar os trabalhos do Programa.

A CADIV ficou constituída de uma Comissão Executiva (CODEX) e de uma Comissão Consultiva (COMCUN), com os seguintes membros:

COEX- Pró-Reitor Acadêmico (Presidente), um Secretário Executivo e dois Secretários Adjuntos;

COMCUN - Pró-Reitor Acadêmico (Presidente), Pró-Reitor de Administração e Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, um representante, eleito pelos seus pares, de cada Conselho Departamental (CCA, CCB, CCE E CCH), Secretário Geral de Planejamento, presidente da Comissão Permanente do Pessoal docente, Presidente da Comissão Permanente do Pessoal Técnico e Administrativo, dois representantes dos docentes e um dos discentes na CEPE e c representante dos pós-graduandos no Conselho de Pós-Graduação, totalizando 18 membros. À CODEX caberá execução das diversas fases organizacionais do Programa e à COMCUN, além de zelar pelo andamento do processo caberá analisar, com profundidade, os relatórios consolidados pela CDX, para deliberação final da CEPE e do CONSU

A avaliação institucional obedecerá a um cronograma de atividades, estabelecido para três anos, devendo refletir os últimos cinco anos da vida da Universidade, e sua execução compreenderá quatro fases:

- 1) Implantação do processo de avaliação, iniciado em janeiro de 1994;
- 2) Auto-avaliação dos departamentos, cursos e disciplinas, obedecendo a uma sistemática de coleta de dados e diagnósticos, por meio de relatórios preparados especialmente para este fim, captando, ainda, as experiências de avaliação levadas a cabo na Universidade;
- 3) Avaliação externa, por consultores;
- 4) Sistematização e análise final dos relatórios e tomada de decisões.

O processo de avaliação institucional da UFV tem como pressupostos básicos:

- a) A legitimação que recebeu das instâncias acadêmicas e administrativas da própria Universidade;
- b) A aceitação pela comunidade universitária;
- c) Não ser um processo destinado a punir indivíduos ou setores da estrutura universitária;
- d) Ser um processo contínuo, que fechará um novo ciclo a cada três anos;
- e) Ter como objetivo captar aspectos quantitativos e qualitativos da realidade universitária;
- f) Ser feito, primordialmente, dos aspectos acadêmicos da Universidade, pelos participantes do processo acadêmico;
- g) Ser multidimensional, integrando esforços, experiências e metodologias;

- h) Ser um instrumento de melhoria da Universidade e
- i) Ser transparente em suas ações, tornando público os resultados finais.

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANTEPROJETO INTEGRADO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Antecedentes - Esforços isolados e setoriais não estabeleceram, até agora, os referenciais necessários à análise total da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). **Justificativa** - Na dúvida de que a Universidade esteja, realmente, co-participando do momento histórico, a ! resolve deflagar a avaliação institucional, para redefinição de sua identidade e atualização de seus rumos. **Objetivos** - Busca-se, portanto, estabelecer o aspecto conceitual da UFRPE, sua "fisionomia própria" e a escolha de linhas político-filosóficas, que estabeleçam sua eficácia ante as demandas do homem e da sociedade.

Fundamentos e características - Pretende-se, para isso, implementar uma avaliação embasada em princípios conceituais claros e definidos, na consciência coletiva de sua necessidade e na vontade política da comunidade. **Comissão** - A formalização, pelo Conselho Universitário, do processo de avaliação e a nomeação da comissão responsável são pressupostos indispensáveis à execução das atividades.

Dimensões a serem avaliadas - São as seguintes: a) identidade do projeto institucional da UFRP; b) ensino; c) pesquisa; d) extensão; e) infra-estrutura para o desenvolvimento das funções acadêmicas; f) gestão universitária;

l) "campi" avançados. Na primeira fase, serão avaliados os cursos de graduação, com as seguintes etapas: subprojeto 1 - **ensino de graduação**; subprojeto 2 - **estrutura administrativa e decisória**; subprojeto 3 - **atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão**; e subprojeto 4 - **"campi"**

avançados e ensino de 2º grau. Instrumentos de implementação - São os seguintes: a) sensibilização; b) coleta de dados; c) levantamento de opinião; d) análise dos dados e avaliação; e) relatórios parciais e relatório final; f) publicação e divulgação dos resultados.

Metodologia - Os dados serão coletados a partir de definições consensuais entre todas as IFES, gerando indicadores também consensuais.

Quatro questionários serão aplicados a todo o universo dos três segmentos - docente, técnico-administrativo e discente - cobrindo os seguintes aspectos com relação aos cursos de graduação:

1. **perfil quantitativo da graduação**; 2. **perfil da clientela básica do curso**; 3. **infra-estrutura por curso**; 4. **corpo docente por curso**; 5. **corpo técnico-administrativo**; 6. **currículo por curso**; 7. **disciplina**; 8. **desempenho docente**; 9 **desempenho estudantil**;10 **desempenho tecnico**,11 **gestão universitária**

Universidade Federal do Maranhão

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este projeto, concebido para os anos de 1994 e 1995, representa a continuidade de um processo já iniciada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) quanto à sua avaliação institucional, a partir de posição assumida n seu Plano de Desenvolvimento Global (1993-1996). Para tanto, a Universidade estruturou, dentro da Pró-Reitoria d Planejamento, o Departamento de Planejamento e Avaliação Institucional (DPAI), instância coordenadora dessa ações. Constitui-se dois subprojetos: **Sistema de indicadores do desempenho acadêmico**, já em execução desde 1993, e **Avaliação dos cursos de graduação**, em fase inicial.

É importante ressaltar aqui o entendimento de que um processo de avaliação institucional deve ser, além d sistemático, permanentemente, não podendo ignorar a pluralidade e dinamismo característicos de uma instituição universitária. Nesse sentido, a avaliação é por natureza, processual, e não pode ser vista apenas como um **momento** mas como o **movimento** da permanente *construção de um padrão de referência - avaliação diagnóstica - reconstrução da prática acadêmica*. Tal concepção leva a reforçar o reconhecimento de que a autocrítica é a **pré-condição** par modificação de rumos e de atuação, que venham a resultar em avanços no desempenho das funções para as quais as instituições acadêmicas existem.

Do ponto de vista dos objetos, o Projeto de Avaliação Institucional da UFMA elegeu como campos prioritário de análise o **desempenho** das atividades acadêmicas e o **ensino de graduação**, na medida em que compreende não só o valor estratégico destas áreas, como também a importância de ser traçado um quadro geral das atividades-firmes desta Instituição, com vista ao estabelecimento de novas políticas referentes à alocação de recursos orçamentário: distribuição de vagas docentes, reorientação de vagas para o vestibular, progressão funcional, melhoria da qualidade de ensino, adequação dos cursos à realidade social, etc.

O subprojeto 1, indicadores do desempenho acadêmico, permitirá a observação integrada das várias dimensões da atuação acadêmica da Universidade, propiciando uma visão de conjunto da mesma; por sua vez, o subprojeto 1 avaliação dos cursos de graduação, concentrará a análise sobre o ensino de graduação, o que possibilitará ur diagnóstico mais acurado desta atividade e de sua articulação com as demais.

É evidente que uma avaliação a partir de "indicadores" apresenta limitações quanto à problematização real d objeto investigado: indicadores estão mais referidos aos aspectos **formais** da atividade acadêmica, pondo a questão da **qualidade** dessa atividade apenas de modo indireto; a intenção não se restringe, portanto, apenas a atingir-s uma mudança quantitativa ou ajuste, visando apresentar-se novos resultados em termos de **indicadores** por parte dos setores da Universidade mas, especialmente, provocar a discussão e induzir a uma tomada de posição com vista à mudança efetiva e otimização do padrão de atuação corrente.

Nesse sentido, existe um aspecto extremamente crucial para o êxito e até a continuidade de todo processo d avaliação, e que diz respeito aos desdobramentos do mesmo. De fato, este só deve ser efetivado se for para **produzi resultados**, o que significa que a Instituição tem que estar preparada e amadurecida, em suas várias instâncias, par responder, de forma conseqüente e através de medidas concretas, às indicações provenientes da avaliação efetuada;

No tocante aos procedimentos metodológicos, os dois subprojetos se desenvolverão como se segue:

Subprojeto 1 - Sistema de indicadores de desempenho acadêmico - Para realização do trabalho, o DPA instância condutora do subprojeto, utilizará os seguintes procedimentos metodológicos:

a) Levantar, semestralmente, junto aos departamentos e cursos, as informações relativas às atividades d ensino, pesquisa, extensão e produção acadêmica desenvolvidas, através de formulário próprio;

- b) Elaborar, no próprio DPAI, os indicadores de desempenho referentes àquelas atividades acadêmicas;
- c) Divulgar os resultados obtidos quanto aos indicadores do período, através de relatório;
- d) Promover seminários, por área de conhecimento, com vista ao debate e encaminhamento de questões, incluindo a participação de consultores externos e de representação da administração superior e intermediária;
- e) Indicar diretrizes e medidas específicas, provenientes desses seminários, que permitam correções e avanços padrão de atuação vigente.

Subprojeto 2 - Avaliação dos cursos de graduação - A implantação e o desenvolvimento do subprojeto, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação, envolve duas dimensões: avaliação interna e avaliação externa.

Avaliação interna - Considerando a concepção de avaliação aqui colocada e a natureza do objeto a ser aliado - cursos de graduação - esta abordagem constará dos seguintes momentos:

- 1) Elaborar os instrumentos de avaliação;
- 2) Descrever a realidade dos cursos de graduação da UFMA, levando informações relacionadas à origem e objetivos, tempo de funcionamento do curso, estrutura e organização curricular, procedimentos didáticos, disciplinas ministradas, corpo docente, discente e técnico-administrativo, com vista ao diagnóstico de cada curso;
- 3) Analisar e criticar a realidade encontrada, com a finalidade de detectar acertos, problemas e carências, identificar as contradições e os pontos críticos, avaliando, ainda, à vista dos dados coletados anteriormente, a relevância social dos cursos, por meio de comissões envolvendo colegiados, centros acadêmicos, DCE, DA's e pessoal técnico-administrativo;
- 4) Sistematizar as informações obtidas, compatibilizando sugestões advindas da fase anterior, por meio da elaboração de relatórios, por comissão discutindo-os num grande seminário com os segmentos da Universidade;
- 5) Redimensionar os cursos no tocante às condições técnicas e administrativo-pedagógicas de planejamento e/ou aperfeiçoamento, principalmente nas interações teoria-prática, referências imprescindíveis no cotidiano curricular, ao mesmo tempo que será observado o alcance dos objetivos dos cursos.

Avaliação externa - A operacionalização deste relevante tipo de avaliação está vinculada ao grau de consciência da importância do processo avaliativo desenvolvido na instituição como um todo. Desse modo, a auto-avaliação Institucional e o estudo a ser realizado por comissões externas serão os dois eixos do presente processo avaliativo. A avaliação externa iniciará-se com os cursos da área tecnológica, simultaneamente com o 3º momento da avaliação interna desses cursos nos seus aspectos curriculares, por meio de comissões externas integradas por profissionais de alta titulação e/ou experiência relevante, e por entidades campo de estágio curricular, egressos, entidades profissionais e associações científicas.

Universidade Federal do Acre

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO

A Universidade Federal do Acre (UFAC) já há algum tempo vem sentindo a necessidade de auto avaliar-se e, ao mesmo tempo, vem sendo detectados alguns fatores que levam a crer que a própria comunidade, na qual a Universidade está inserida e da qual faz parte integrante, tem exigido respostas mais efetivas por parte desta Instituição. Por isso é necessário que seja feita uma avaliação criteriosa.

Hoje, o processo de avaliação da UFAC está dando seus passos iniciais. A princípio, tem-se buscado estratégias a partir das quais possa infundir no seio da comunidade universitária o que se denomina **cultura de avaliação**. É preciso que se tenha consciência a respeito do que se está avaliando, como tal avaliação está sendo feita e para que é necessária a avaliação. Certamente, o que se quer é que todos sejam avaliados por todos, para que se possa detectar os problemas a serem solucionados, o que, com certeza, redundará na melhoria da qualidade dos serviços que a Universidade tem prestado à comunidade acreana. Que não se tome a palavra "avaliar" por "punir". Isto não. A Universidade quer a avaliação para progredir, principalmente pelo fato de nos dias atuais encontrar-se em franco processo de expansão de seus cursos rumo ao interior do Estado, onde já atende, há alguns anos, uma clientela desassistida, a quem nunca foram dadas oportunidades reais de desenvolvimento das aptidões. Por isto, busca-se a relação dialética que apontará os rumos de um programa de avaliação da UFAC, relacionado à realidade amazônica.

O Grupo de Avaliação da UFAC, composto de sete membros, que incitar no meio universitário (departamentos, colegiados, centros acadêmicos...) o debate acerca dos fins a atividade estratégica de avaliação que, de forma democrática, envolva a comunidade acadêmica e a comunidade externa, no aperfeiçoamento das atividades da Instituição. Já se elaborou um instrumento inicial, a ser levado ao conhecimento e à possível aprovação das unidades. Trabalha-se, nos dias atuais, com dados oferecidos pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico, por meio dos quais far-se-á ver aos segmentos que existem muitas distorções que clamam por serem corrigidas; daí a necessidade da avaliação racional, dinâmica e participativa. Desse modo, cumpre observar que o papel do grupo restringe-se ao apoio às iniciativas que, por certo, hão de partir daqueles que queiram avaliar e ser avaliados.

Mas, para que tais propostas sejam levadas a efeito, é necessário dizer que a UFAC possui hoje considerável estrutura: são 13 departamentos acadêmicos e 21 coordenações de cursos de graduação, que dirigem o funcionamento de 19 cursos no Campus de Rio Branco e dois no Campus do Cruzeiro do Sul; além de contar com núcleos universitários instalados em sedes próprias e em convênio com os municípios de Xapuri, Brasília, Feijó e Sena Madureira. O Colégio de Aplicação oferece o primeiro e o segundo graus à comunidade de Rio Branco.

Em Rio Branco, capital do estado do Acre, a UFAC conta com um Campus Universitário situado na BR 364, Km 4, em área urbana, de 289 ha, e uma área construída de 30.528 m, onde se desenvolvem as atividades fim da Instituição. Conta, ainda, com o Palácio da Cultura, no centro da cidade, onde funciona o Colégio de Aplicação. A UFAC possui, também, duas áreas rurais: Catuaba, com 2.094 ha, e Humaitá, com 819 ha, tendo como finalidade a preservação da fauna e flora regionais e a realização de estudos, pesquisas e estágios dos cursos da Instituição. E, por último, ainda pode contar com o Parque Zoológico, de 149 ha.

É por tudo isto que se busca um repensar do papel da Universidade para a mesma e para a sociedade local, avaliando e redimensionando suas ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão. A Universidade quer estabelecer mecanismos de articulação interna entre os segmentos que a compõem, e destes com os demais agentes sociais e institucionais componentes da realidade histórico-cultural amazônica, com vistas à identificação das suas expectativas, necessidades e demandas. Objetiva contribuir para a implementação de políticas estaduais de desenvolvimento sintonizadas com as relações sócio-culturais contraídas entre a UFAC e seu meio social, diagnosticando para superar numa prática dialética os pontos de conflito. Busca identificar mecanismos e desenvolver ações de modo a contribuir para a melhoria da qualidade institucional. Quer institucionalizar, no contexto das ações "rotineiras", para isto, é preciso realizar a avaliação para que tal procedimento faça com que os resultados instituem o avanço que se pretende.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de avaliação institucional a ser deflagrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1) toma por referência básica o caráter público da Instituição e o seu compromisso em contribuir para o avanço científico e tecnológico, a produção e difusão artística e cultural, e para a formação de profissionais tecnicamente capazes e politicamente comprometidos com a solução dos graves problemas que se apresentam no contexto da sociedade.

Um processo de avaliação pressupõe a existência de procedimentos que permitam a análise crítica do desempenho acadêmico no conjunto da Instituição. No caso específico da UFRN, verifica-se a existência de várias ações avaliativas que, no entanto, não configuram uma avaliação, ou ainda, por não ter repercutido suficientemente medidas para o aperfeiçoamento acadêmico.

O processo de avaliação objeto desta proposta será desenvolvido em quatro etapas, abrangendo o biênio 194-1995. São as seguintes etapas e as suas respectivas ações:

1) Será desenvolvida no 2º semestre de 1994 e compreenderá a elaboração do **diagnóstico global** das atividades-meio e das atividades-fim existentes no âmbito da UFRN e, ao mesmo tempo, será desencadeado um processo de **sensibilização da comunidade universitária** para o processo de avaliação institucional. Tomará como base as informações disponíveis nos vários bancos de dados da UFRN, privilegiando as séries estatísticas de cinco anos. Com esta etapa pretende-se determinar o "tamanho" da Universidade em termos de recursos humanos (docentes servidores não docentes), materiais (infra-estrutura) e financeiros (orçamentários e extra-orçamentários), além das informações referentes ao corpo discente. Esta etapa visará também perceber como interagem os vários segmentos

setores da Instituição. 2) Será realizada no 1º semestre de 1995 e consistirá na **avaliação interna** ou auto-avaliação, assim denominada por ser o momento em que a própria comunidade, de posse das informações coletadas e sistematizadas na fase anterior, irá se posicionar. Desse modo, trata-se de uma oportunidade privilegiada para que a comunidade faça uma reflexão sobre a sua realidade mais próxima, o departamento, quanto a sua produção em ensino, pesquisa e extensão, e tenha também a possibilidade de conhecer e analisar criticamente a Universidade em sua globalidade, propondo medidas corretivas, quando necessário, tendo em vista sempre a questão da qualidade. O eixo norteador das discussões, nesta fase, repousa na possibilidade de comparar os objetivos propostos e o que a instituição por meio

e seus diferentes setores vem, de fato, realizando. Trata-se, não somente, de uma análise interna de cada unidade as também comparativa em relação às unidades congêneres da UFRN. 3) Deverá ser realizada no período de julho a outubro de 1995 e consistirá na **avaliação externa**, sob a responsabilidade de Comissões formadas por experts externos de alta qualificação e competência que, pela sua postura acadêmica e ética, deverão emitir um parecer independente e bem informado, o que certamente irá contribuir para uma melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas pela Instituição. Além disso, conselhos profissionais e entidades da sociedade civil deverão ser incluídos no processo de avaliação externa.

4) Será realizada no período de novembro de 1995 a março de 1996 e se caracterizará por ser aquela em que ocorrerá a **reavaliação interna e a elaboração do relatório geral** da avaliação, seguido da sua publicação e da tomada de decisões. Com a avaliação institucional a ser deflagrada a UFRN pretende, portanto: a) Mobilizar a comunidade acadêmica para a busca de níveis mais elevados de desempenho, a partir da identificação e discussão coletiva dos seus principais pontos de sustentação e das fragilidades contatadas;

b) Viabilizar a organização de uma base de dados que possa oferecer subsídios significativos à gestão administrativa, possibilitando o seu aperfeiçoamento, redirecionando o projeto acadêmico da UFRN representado por suas Diretrizes, assegurando medidas de correção e de superação dos entraves diagnosticados;

c) Situar-se no conjunto de suas atividades quanto a sua repercussão social, custos e qualidade.

Universidade Federal da Paraíba

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de avaliação institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPb) está em fase de construção destacando-se a questão da compatibilidade de avaliações setoriais com a montagem de um sistema global de avaliação, coordenado centralmente. Nesse processo, foram eleitas quatro grandes áreas: ensino de graduação, ensino de pós-graduação e pesquisa; atividades de extensão; gestão universitária.

Uma comissão central de avaliação institucional é a responsável pela liderança do processo. Deste, fazem parte comissões de área (uma em cada Pró-Reitoria: - de Graduação; de Pós Graduação e Pesquisa; de Assunto Comunitários, e de Planejamento) e grupos de trabalho por centro (há 15 centros na UFPb, distribuídos pelos sete campi).

O objetivo geral da avaliação institucional da UFPb é o de aperfeiçoar, por meio da reflexão constante: a) processo de definição de objetivos e prioridades científicas e sociais da Instituição; b) as ações desenvolvidas pelo conjunto de seus órgãos; e c) os resultados obtidos pela mediação do trabalho dos que a compõem.

Os princípios norteadores do processo de avaliação desencadeado na UFPb podem ser assim sumariados:

a) Postura crítica quanto à relação entre a instituição e a sociedade a que serve;

b) Atenção aos sistemas de informações que dão suporte à avaliação institucional de modo que se obtenham julgamentos calcados em bases as mais objetivas possíveis;

c) Estabelecimento de mecanismos democráticos de acesso às informações obtidas e retorno das apreciações elaboradas;

d) Identificação tanto de deficiências e equívocos a serem superados quanto de acertos a serem expandidos;

e) Associação entre avaliação e proposição/implantação de medidas corretivas aos problemas identificados;

Como metodologia, prevê-se:

1) A elaboração de diagnóstico de área a ser divulgado/discutido/ampliado pela comunidade interna;

2) Sistematização dos diversos relatórios de área, de modo a se obter um diagnóstico global da Instituição ser divulgado/discutido/ampliado tanto pela comunidade interna quanto pela externa.

3) Organização/discussão/implantação de medidas de melhoria do desempenho institucional.

O projeto solicitou financiamento ao PAIUB para os anos de 1994-1995.

Universidade Federal do Piauí

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Considerando que a avaliação institucional envolve todos os segmentos que compõem a comunidade universitária, foi iniciado um trabalho de mobilização a fim de se discutir a "Universidade que temos e a Universidade que Queremos". O resultado destas discussões culminou com a elaboração do Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que objetiva:

- a) Traçar o perfil da UFPI, a partir do envolvimento do seu corpo docente, discente e técnico-administrativo, e da comunidade em geral;
- b) Avaliar a UFPI nos seus diferentes campos de atuação;
- c) Elaborar o projeto Institucional da UFPI, estabelecendo políticas acadêmicas, administrativas e financeiras.

Como prioridade, foi eleito o ensino de graduação, uma vez que este abrange direta ou indiretamente as outras dimensões (pesquisa, extensão e administração).

Para o desenvolvimento da proposta, foram criadas comissões: centrais e setoriais. A Comissão Central, composta pelos diretores de centros de ensino e representantes das pró-reitorias, e as Comissões Setoriais, por diretores de centros de ensino, representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo.

Tendo em vista as interrelações Universidade-Comunidade, o projeto abrange as dimensões interna e externa, envolvendo, por esta razão, como proposta metodológica, a investigação/constatação de realidade intra e extra campus.

Na dimensão interna, serão avaliados os departamentos e os cursos de graduação. Na avaliação dos departamentos, serão observados os aspectos referentes ao corpo docente, técnico-administrativo e de infraestrutura, o que se refere à política de seleção, qualificação e progressão de pessoal, desempenho acadêmico e profissional, produtividade e qualidade do ensino, bem como a existência de equipamentos, biblioteca e adequação do espaço físico às condições do trabalho didático e administrativo.

Os cursos de graduação serão avaliados mediante o acompanhamento dos currículos e programas.

A avaliação externa se dará mediante estudo de representações sociais, objetivando caracterizar as concepções e Universidade e identificar nesta concepção a evolução histórica do conceito de Universidade. As comissões

setoriais trabalharão articuladas com a comissão central, que coordenará a divulgação de

todas as estratégias no âmbito da Universidade. **Universidade Federal de**

Pernambuco AVALIAÇÃO DA GRADUAÇÃO NUMA PERSPECTIVA

Há vários anos, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vem desenvolvendo um contínuo e sistemático Programa de avaliação de seus cursos de pós-graduação e de seus departamentos acadêmicos. Mais recentemente, um esforço adicional foi direcionado para seus cursos de graduação, a partir de um planejamento constituído de três etapas básicas:

1) Construção de banco de dados, incluindo indicadores de entrada, de processo e de saída, analisados por meio de técnicas estatísticas de agrupamentos hierárquicos e por análise de componentes principais, além de um amplo processo de sensibilização envolvendo diretores, chefes de departamentos, coordenadores de curso; professores e alunos.

2) Na segunda etapa, dados específicos de cada curso (dados de vestibular, nº de formandos, evasão, pesquisas de egressos, perfil do aluno...) e de departamentos (qualificação docente, avaliação docente, trabalhos publicado: esforço docente...) são encaminhados aos colegiados de curso, estruturando, dessa forma, o início da Auto-avaliação (aplicação de questionários, entrevistas, visitas às instalações físicas e acervo bibliográfico), concluindo com elaboração de um relatório de auto-avaliação.

3) Etapa de avaliação externa, a ser realizada por três avaliadores de qualificação acadêmica reconhecida nível nacional. Essa etapa gerará o relatório final de projeto acadêmico do curso.

Espera-se, dessa forma, a possibilidade concreta de oferecer a oportunidade para uma reflexão contínua sistemática das atividades acadêmicas dos cursos de graduação da UFPE, além de permitir uma melhor compreensão da realidade atual de cada curso e das perspectivas de mudança, visando aumentar a sua produtividade interna.

Por fim, espera-se, também, desenvolver um processo de reflexão interna na Instituição, de maneira que comunidade acadêmica possa, como um todo, participar efetivamente da estruturação e diretrizes de um projeto institucional.

Universidade Federal de Sergipe

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional representa uma ação política desafiadora, que norteará a busca de alternativas e prol do processo de mudança da performance da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a fim de que esta possa ocupar seu espaço, resgatando sua real identidade, enquanto Instituição educativa e social.

Nesse contexto, a ação avaliadora global da UFS caracteriza-se como processual, crítico-participativa catalisadora, de modo a favorecer a revitalização da Instituição. Por esta razão, a Coordenação de Avaliação Institucional (COAVI), implantará a avaliação permanente na UFS, como um processo de articulação efetiva entre as atividades "meio e fim" da Instituição, objetivando considerar a diversidade de idéias na unidade de ação, gerando "qualidade de modo que os resultados positivos possam subsidiar o planejamento institucional, as decisões administrativa bem como estender-se às expectativas da sociedade.

Assim sendo, o processo avaliativo em implantação, contemplará a **avaliação interna** (auto avaliação caracterizada como uma ação dinâmica, pedagógica e revitalizadora que enfatizará uma permanente relação reciprocidade entre pesquisador/pesquisado. O eixo norteador desse processo será o **ensino de graduação**, articular à pesquisa, à extensão e aos serviços administrativos. Para tanto, serão constituídos grupos setoriais de avaliação com a participação de representantes dos três segmentos da comunidade universitária (docente, discente, técnico administrativo). Estes terão, entre outras, as funções de planejar, executar e supervisionar as ações avaliativas mantendo, permanentemente, articulação com a COAVI.

Complementando o processo de avaliação interna, realizar-se-á a **avaliação externa**, considerando-se importância da relação universidade/sociedade, bem como a necessidade de conhecer a ótica da sociedade a respeito da eficiência e eficácia da Universidade, tendo em vista ser esta uma Instituição mantida pelos recursos público Para operacionalizar esse processo, serão constituídas comissões externas de avaliação, com representatividade

de órgãos de classe associações profissionais e científicas, empresas locais e instituições educacionais públicas, que deverão manter intercâmbio com a COAVI, encaminhando, inclusive, relatórios.

Em ambas as modalidades serão desenvolvidas as etapas: preparatória (sensibilização); investigatória (coleta de dados e de informações); e analítica (organização e consolidação dos dados). De posse dos dados e das informações resultantes das duas modalidades de avaliação, o COAVI fará a comparabilidade dos mesmos, submetendo-a ao aval

DOS citados grupos/comissões, objetivando a elaboração do documento final: **avaliação global da UFS,**

se processo, dar-se-á ênfase à avaliação quantitativa e crítico-qualitativa, onde variáveis/indicadores, objeto a io, serão os mesmos sugeridos pela SESu/MEC no Documento Básico de Avaliação das Universidades Brasileiras, ou sejam: aluno ingressante/diplomado/concluinte: tempo de conclusão do curso; docente e funcionário. Ainda serão observados aspectos sobre: área construída, acervo bibliográfico, produção acadêmica e volume de ,rsos alocados.

que será apreciado pelos conselhos superiores da Universidade e, posteriormente, encaminhados à SESu/MEC.

a

Nesse contexto, considerar-se-ão os dados secundários já existentes no Cadastro Geral da UFS e os dados primários que serão levantados por meio de instrumentos diversificados como questionários, entrevistas, depoimentos, etc, em fase de elaboração. Para a coleta dos dados primários adotar-se-á o critério de representatividade da população, por meio de uma amostra aleatória. Estes serão analisados e confrontados com os dados e informações procedentes de depoimentos, considerando-se o contexto social, político e econômico, bem como as políticas públicas de educação superior do país, sem se perder de vista a localização regional e a autonomia da Universidade.

No que diz respeito à execução do processo avaliativo foi estabelecido um cronograma de atividades para o período de agosto a dezembro de 1994 e de janeiro a dezembro de 1995, tempo de duração do projeto.

Universidade Federal de Alagoas

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Já a algum tempo a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) vem implementando ações objetivando avaliar o ensino de graduação, de pós-graduação, a pesquisa, a produção científica, a extensão e a gestão universitária. Em momentos pontuais, mobilizou esforços para repensar seus objetivos, processos e resultados, buscando adotar rumos mais consuetâneos com o momento histórico, que resultaram na consolidação e/ou reordenamento de alguns de seus projetos pedagógicos relevantes.

No momento atual, a UFAL, vem dando continuidade à avaliação do ensino, de pesquisa e da extensão articulada:

1. a graduação, por meio do projeto REPENSAR, congregando sua comunidade acadêmica em torno de um processo participativo, que tem como objetivo, a partir da avaliação: do aluno (caracterização sócio-econômica, capacidades gerais e aptidões, desempenho e satisfação), do professor (qualificação, desempenho, satisfação), do regime acadêmico (seriado, crédito), do vestibular, dos cursos (expectativas, projeto pedagógico, infra-estrutura, gestão, evasão, Concluintes): gerar um processo de transformação e melhoria do ensino::

2. pós-graduação, adotando a sistemática de avaliação recomendada pela Fundação CAPES, e priorizando a elevação de qualidade dos cursos;

3. desenvolvendo estudos para estruturar um processo contínuo de avaliação da pesquisa e da produção científica, envolvendo os pesquisadores, a comunidade universitária e parceiros externos;

4. fomentando nas unidades administrativas e acadêmica a cultura da qualidade e da produtividade no desempenho dos indivíduos, dos grupos e da instituição;

5. implementando o Programa de Avaliação das Atividades Docentes, adotando o modelo nacional recomendado pelo MEC/SESu;

6. mobilizando e articulando esforços para implantação de bases de dados de suporte ao processo contínuo de tomada de decisão e de avaliação institucional e para tanto vêm desenvolvendo projetos para implantação de Rede Interna de Teleprocessamento. Está implantando um Sistema de Registro Acadêmico, com banco de dados relaciona compatível com a tecnologia moderna de sistema gerencial de informações; bem como o Sistema de Desenvolvimento de Recursos Humanos apto a subsidiar quaisquer decisões e estudos avaliativos relativos à força de trabalho d; UFAL; o Sistema de Apropriação de Custos, adotando o modelo recomendado pelo MEC/SESu; e ainda, organizando bases de dados de suporte para subsidiar o Modelo de Financiamento do Ensino Superior adotado pelo MEC/SESu

Pode-se constatar que há na UFAL um processo de avaliação deflagrado e uma determinação política de cria infra-estrutura básica para subsidiar e dar suporte científico a esse processo. Urge, pois, reunir essas energia: dispersas em torno de um projeto institucional global, que respeite o ritmo de cada ação já em desenvolvimento.

A elaboração de um Projeto de Avaliação institucional e a deflagração de um processo sistêmico, globalizante e permanente de repensar a UFAL em todas as suas matizes e relações é o alvo que se pretende atingir neste projeto tendo por **princípio**:

1. a democratização pautada nas exigências da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, do acesso à: informações institucionais e na possibilidade de disseminação do saber e transferência de tecnologias requeridas pela sociedade;

2. a participação crítica e construtiva dos diversos segmentos da comunidade universitária, dos parceiros externos, dos usuários - processo integrado de planejamento, gestão e avaliação da Universidade enquanto instituição pública;

3. a descentralização do processo decisório de coordenação, de gestão e de avaliação das atividades fim e meio da instituição;

4. a independência e intercomplementaridade das diversas dimensões da atividade acadêmica: ensino, pesquisa extensão e gestão, por **objetivo**: fomentar um processo crítico-construtivo de auto-avaliação, eficiência e efetividade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, através;

a) da reestruturação do Sistema de Informações Gerenciais de modo a construir uma Base de Dados de suporte integrado do planejamento, gestão e avaliação universitária;

b) da integração de projetos/atividades de avaliação do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa da extensão e da gestão universitária em fase de implementação no Projeto Institucional de Avaliação;

c) do repensar a instituição, seus objetivos, processos e resultados, com vista a melhor atender às aspirações: e necessidade da comunidade universitária e da sociedade, direcionada à melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

Para articular as diversas ações direcionadas à avaliação institucional, em implementação, respeitando o conteúdo programático, a dinâmica operacional e o processo sistemático e contínuo de avaliação que se busca implantar urge adotar as seguintes estratégias:

1) Consensuar as premissas básicas que estão norteando a concepção inicial do Programa de Avaliação institucional em fase de (re) estruturação;

2) Mobilizar os diversos segmentos da comunidade universitária, para repensar a Instituição nas suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração a fim de transformá-la;

3) Reestruturar o Núcleo de Avaliação Institucional (NAI), com vista a legitimar e institucionalizar a cadeia de comando do processo interno de auto-avaliação da Universidade;

4) Produzir e validar o referencial teórico do processo de avaliação institucional a ser implementado na Universidade;

5) Construir uma Base de Dados institucionais e reestruturar a Coordenação de Estatística e Informações (PROPLAN), para garantir a confiabilidade dos dados e a produção de análise quanto- qualitativa consistente;

6) Interrelacionar os projetos de avaliação institucional das áreas de ensino de graduação; propondo e implementando mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas de ensino, da pesquisa, de extensão, de gestão universitária;

7) (Re)elaborar o Programa Global de Avaliação Institucional da UFAL, envolvendo e interrelacionando as dimensões acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) e administrativa. É importante adotar medidas que fomentem no meio universitário, nos segmentos docente, técnico-administrativo e discente, um **processo contínuo** de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, capaz de institucionalizar um **sistema integrado de planejamento e gestão universitária**, resultante de um **constante repensar os objetivos, processos e resultados**, o qual subsidie o contínuo **reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações** da Universidade em suas dimensões de **ensino, pesquisa, extensão e administração**. Tal postura é, hoje, condição indispensável para a UFAL prestar contas à sociedade de suas ações, ao tempo em que **obtem legitimidade** para sua proposta pedagógica e seus projetos de inserção da Instituição no processo de desenvolvimento local e regional.

Universidade Federal do Ceará

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, vem dinamizando a sua missão pedagógica, objetivando o cumprimento da legislação específica e a preservação da qualidade de suas atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão; e das atividades-meio: gestão universitária.

Preocupada com a qualidade de suas ações, a UFC colocou a avaliação como uma de suas prioridades, por acreditar ser este um veículo imprescindível para o conhecimento dos indicadores de sucesso e de obstáculos de seu projeto pedagógico. As avaliações realizadas até então concentram-se em duas vertentes: o da produção de indicadores que permitam a avaliação interna da UFC e o da pesquisa institucional, voltada para a melhoria do conhecimento sobre a realidade do ensino na Instituição.

Durante o processo avaliativo, muitos entraves tiveram que ser superados, devido à concepção de avaliação que subjazia ao momento histórico brasileiro. Recuos e avanços marcam as estratégias de implementação e implantação de uma política de avaliação institucional na UFC.

A concepção de avaliação que norteia a política pedagógica e acadêmica da UFC pressupõe que a avaliação deva ser democrática, processual e transformadora. Esta abordagem pressupõe que se adote procedimentos científicos que permitam a discussão coletiva e que os próprios sujeitos do processo sejam os avaliadores. Enquanto processo, a avaliação institucional deve ser global, contínua e permanente, contemplando as abordagens qualitativas e quantitativas, em diferentes modalidades: auto-avaliação, avaliação externa e a consolidação dos resultados advindos das diferentes modalidades de avaliação.

As variáveis e indicadores objeto da avaliação serão: aluno, docente, funcionário técnico-administrativo, área construída, acervo bibliográfico, produção acadêmica, tempo de conclusão do curso, volume de recursos alocados, teses ou dissertações de pós-graduação, vagas oferecidas e preenchidas no vestibular, número de alunos de extensão, entre outros.

As estratégias para a coleta e análise interpretativa das variáveis e dos indicadores seguirão as diretrizes da avaliação emancipatória (Saul, 1988) e as recomendações da ANDIFES (1993). O processo compreenderá quatro fases: preparatória, descrição da realidade, crítica da realidade, tomada de decisões. A avaliação será operacionalizada de agosto/94 a dezembro/95, com a ajuda financeira da SESu/MEC, por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Existe no âmbito da UFC um consenso de que a avaliação, enquanto ato pedagógico, propiciará a construção de uma consciência institucional nos diversos segmentos e instâncias da Universidade, com vistas à compatibilização da política nacional de educação superior e o projeto pedagógico da Instituição.

Universidade Federal de Goiás

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este projeto apresenta a proposta de implantação de um processo de avaliação institucional na Universidade Federal de Goiás (UFG), priorizando, neste primeiro momento, o ensino de graduação. Apesar de ter como eixo central a graduação, a avaliação contempla, também, variáveis que interferem em seus resultados, que poderão fornecer um diagnóstico abrangente, indicando problemas referentes ao ensino, pesquisa, extensão e administração.

Os objetivos do Projeto de Avaliação institucional da UFG são:

Objetivo geral: implantar um processo de avaliação na UFG, que contribua para a melhoria contínua do seu desempenho.

Objetivos específicos - São os seguintes:

a) Sensibilizar a comunidade da UFG para o papel e a relevância da avaliação institucional que se pretende desenvolver;

b) Impulsionar um processo de autocrítica da instituição, como evidência da vontade política de auto-avaliar-se e de comprometer-se coletivamente com o processo de avaliação;

c) conhecer, a partir da análise dos cursos de graduação, como se realizam e se interrelacionam na UFG as tarefas acadêmicas, em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;

d) Sistematizar e unificar dados que configurem a situação atual da UFG;

e) Propor mudanças que contribuam para a formulação de projetos pedagógicos socialmente legitimados e relevantes;

f) Rever a formação profissional proporcionadas pela UFG, a partir da análise do desempenho dos ingressos no mercado de trabalho;

g) Prestar contas, à sociedade, da consonância das ações da UFG com as demandas científicas e sociais da atualidade, reestabelecendo compromissos, explicitando as diretrizes de um projeto político-pedagógico constantemente reordenado a partir da avaliação sistemática.

Assim, o presente projeto justifica-se não só pelo interesse em fazer parte do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, como também pela necessidade de dar continuidade a processos avaliativos já existentes nas unidades, implementando um processo de avaliação que sistematize e amplie os dados existentes na UFG e produza, ao mesmo tempo, uma interpretação qualitativa consistente destes dados. A análise destes dados norteará o estabelecimento de políticas que conduzam à melhoria global do ensino, pesquisa, extensão e administração.

O processo de avaliação, que incluirá uma avaliação interna e uma avaliação externa, será desenvolvido por uma comissão de nove membros, designada pelo Reitor.

A proposta metodológica a ser utilizada para a avaliação interna compreende duas fases: - análise da resolução curricular em vigor, que ficará a cargo da Comissão de Análise Curricular; - análise das atividades curriculares concretas em execução, feita com envolvimento das partes mais diretamente envolvidas no processo, que são os segmentos docente e discente.

Esta avaliação consistirá de uma parte objetiva (cujas informações serão obtidas em sistemas já consolidados na UFG, como o Sistema de Atividades Docentes (SAD), o Sistema de Controle Acadêmico (SCA), o Sistema de Duração de Custos (SAC), e outros subsistemas que compõem o Sistema de Avaliação da UFG (SIUFG) e outra subjetiva, contemplando os aspectos qualitativos do processo, para que serão utilizados questionários e entrevistas. Todas estas informações compõem o Sistema de Avaliação Interna (SAI).

Já a avaliação externa será realizada por comissões ligadas a cada curso, formadas por egressos da UFG, representantes de associações de classe, empresas e profissionais com experiência relevante na área e pares acadêmicos de outras IES, por meio de questionários, entrevistas e dados já existentes no Sistema de Informação.

O cronograma previsto para a execução deste projeto compreende o período que vai de maio de 1994 a dezembro de 1995.

Universidade Federal de Mato Grosso

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), situada no município de Cuiabá - capital do estado de mesmo nome foi criada pela Lei Federal n 5647, de 10 de dezembro de 1970, iniciando suas atividades com oito cursos superiores e sem contar com espaço físico próprio. Hoje possui um campo central com 326.737, 65 m de área construída, onde 18 institutos e faculdades desenvolvem suas atividades, desdobrando-se em 60 departamentos acadêmicos, 44 cursos de graduação, quatro cursos de mestrado, quatro cursos de doutorado e 27 cursos de especialização. Além disso, UFMT conta com três centros universitários em Rondonópolis, Barra do Garças e Sinop, nos quais se implementam atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para as especificidades daquelas regiões, num esforço de atingir todo o estado. A estrutura funcional da UFMT, objetivando atender à comunidade das formas mais variadas possíveis, compõe-se de 1.143 docentes e 1.802 servidores técnico-administrativos, os quais, em 1993, deram atendimento a 8.149 discentes de graduação, 605 da especialização e 117 do mestrado/doutorado. Esta estrutura, além dos seus órgãos regulares (vice-reitora, pró-reitorias e conselhos) conta, ainda, com: coordenações de cultura, comunicação social e de assistência e benefícios ao servidor, editora, restaurante universitário, museu Rondon do Índio, jardim botânico, zoológico, Hospital Universitário Júlio Müller, biblioteca central, escolinhas de iniciação esportiva, grupo de estudos rurais e urbanos, Centro de Estudos de Pesquisa do Pantanal, Amazônica e Cerrado e núcleos de instrumentação, saúde coletiva, pesquisas econômicas, pesquisa em ciências geofísicas e de tecnologia e armazenagem.

Cumprindo sua função social, além dos cursos superiores, a UFMT desenvolve pesquisas em diversas áreas do conhecimento científico e humano que, sob vários aspectos, reforçam a necessidade local desta instituição pública de ensino superior, pois o Estado de Mato Grosso, com seus 881.000 Km e população de 2.020.581 habitantes possui um visível problema educacional - principalmente em níveis de 1º e 2º graus - sendo que, em nível de 3º grau a UFMT divide com suas congêneres as dificuldades de escassez e precariedade de recursos orçamentários, humano; e de equipamentos, o que não impediu a consecução de objetivos de grande monta relativamente ao desenvolvimento do estado, como um todo, dentro de um processo em nível nacional, no qual evidenciam-se conflitos dos mais; variados matizes.

Um processo avaliativo da UFMT, enquanto Instituição Pública de Ensino Superior, obrigatoriamente deve sustentar-se em quesitos que considerem todo o processo histórico de criação e desenvolvimento da Instituição, a; peculiaridades do contexto histórico-sócio-geográfico de onde a mesma se insere, suas propostas e efetivas realizações: balizadas por parâmetros de **competência e qualidade**, sem que se perca de vista o contexto maior, que é o cenário nacional no qual a educação, apesar das dificuldades, consegue produzir conhecimento de qualidade para a satisfação de grande parte de suas necessidades internas, sendo que esse processo, obrigatoriamente, encontra-se vinculado em uma reflexão ampla e crítica do **fazer pedagógico**, o qual pode e deve centrar-se nos seguintes critérios: **eficiência qualidade e excelência, vocação institucional e compromisso social, processo decisório interno**.

Um aspecto que, sob hipótese alguma, pode ser ignorado, é o de que uma avaliação dessa natureza requer para refletir uma visão ampliada da Instituição, que seja feita em níveis **interno e externo**, para que da combinação d ambas possa surgir um quadro que retrate com seriedade a visão de que a UFMT tem de si mesma e a visão que sociedade onde a mesma se insere possui, tendo em vista o ponto nevrálgico de que a academia somente ter sentido se atender aos anseios da comunidade. O processo avaliativo da UFMT, em nível interno, significa um **auto conhecimento crítico**, a partir de uma reflexão sobre suas dimensões de **ensino, pesquisa e extensão**, de forma se considerar todo um universo de indicadores de qualidade, as quais dêem suporte para uma análise que resultado num **novo projeto para a Instituição**.

O resultado daquela análise, em níveis **interno e externo**, devem evidenciar os pontos de convergência divergência que possam existir entre si, de forma a possibilitar a implementação de medidas efetivas que gerem um melhoria no desempenho da Instituição como um todo organizado que, social e historicamente, possui uma função definida, sendo que, para tudo, os resultados da análise efetuada deverão, forçosamente, após serem repassado para a comunidade que, como consumidora-final de tudo o que é produzido pela Instituição, tem o direito de acesso e tais informações, bem como a obrigação de opinar sobre os pontos que julgar conveniente.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Informações gerais sobre a Instituição - A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) dispõe c três centros de ciências no campus de Campo Grande (humanas e sociais, biológicas e da saúde, exatas e tecnologia além de quatro centros implantados em municípios pólos do estado: Aquidauana, Dourados, Três Lagoas e Corumb; Esses centros oferecem, ao todo, 44 cursos de graduação, onde estão matriculados cerca de 7.000 alunos. Em nível do pós-graduação, existem dois cursos de mestrado e dois de especialização em funcionamento, havendo, também três cursos de mestrado e seis de especialização aprovados para iniciar suas atividades.

Para consecução de seus objetivos, a UFMS conta com cinco Núcleos: Núcleo Experimental de Ciência Agrárias, Núcleo de Ciências Veterinárias, Núcleo de Informática, Núcleo de Odontologia e Núcleo do Hospital Universitário, que é referência no estado.

O corpo docente é constituído de 774 professores, a grande maioria com nível de mestrado e especialização, cerca de 1.600 servidores técnico-administrativos.

O acervo bibliográfico foi ampliado significativamente nos dois últimos anos, contando hoje com um total de 0.000 títulos, entre livros e periódicos.

A UFMS optou por desenvolver e implementar uma metodologia de planejamento estratégico que permitisse a participação de toda a comunidade universitária. Dessa forma, o plano diretor, programas e projetos estratégicos, eram sua origem nos anseios de seus servidores. Entre eles destaca-se o Projeto de Avaliação Institucional

Descrição técnica do projeto - O Projeto de Avaliação Institucional prevê a realização de duas fases para preparação. A fase 1 tem os objetivos de:

- a) Sumariar os pontos fortes e fracos de todos os departamentos e gerências que participaram do planejamento estratégico, por meio de reuniões e encontros de trabalho;
- b) Calcular e inserir indicadores para a UFMS como um todo e para os cursos em separado, e
- c) Elaborar quadro geral comparativo, quantitativo de desempenho da UFMS.

A fase 2 tem por objetivos:

- a) Aperfeiçoar a proposta do projeto, através de reuniões e grupos de estudo, contando com o acompanhamento um consultor para propor correções da proposta;
- b) Treinar todos os integrantes da comissão de avaliação;
- c) Elaborar instrumentos (questionários) de pesquisa de opinião;
- d) Divulgar o projeto de avaliação institucional em todas as unidades da UFMS, sensibilizando docente e técnico-administrativo à participação;

Essas duas fases de preparação serão desenvolvidas em sete etapas a saber:

- 1) Diagnóstico - Descrever a situação atual de cada curso e/ou departamento;
- 2) Avaliação Interna - Propiciar a cada curso condições de auto-avaliar-se;
- 3) Avaliação Externa - Coletar opiniões da Matriz do Ecossistema da UFMS sobre o desempenho qualitativo de cada um de seus cursos;
- 4) Reavaliação Interna - Com os objetivos de: - a) organizar os relatórios para publicação; b) divulgar internamente conjunto de resultados; e - c) discutir e refletir sobre os resultados de cada curso;
- 5) Realimentação e Difusão - Avaliar medidas de correção ou aperfeiçoamento e decidir quanto à implementação nível institucional; e publicar em edição especial do **Jornal da Universidade** e no **Boletim de Serviço**.
- 6) Implementação das medidas corretivas e do aperfeiçoamento - Propiciar condições para a melhoria do desempenho dos cursos.
- 7) Avaliação do projeto - Verificar o cumprimento dos objetivos gerais e específicos do Projeto de Avaliação institucional.

Universidade Federal de Minas Gerais

PROJETO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Justificativa - Considerando a importância da iniciativa do Ministério da Educação e do Desporto de propor e patrocinar a avaliação institucional das universidades brasileiras, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) assumiu essa tarefa, procurando conferir-lhe implementação no prazo mais adequado. Decidiu, para tal, iniciar o processo avaliativo pelos cursos de graduação (conforme diretrizes do Documento Básico de Avaliação das Universidades - Comissão Nacional de Avaliação - R5).

Objetivo geral - Contribuir para revisão e aperfeiçoamento do projeto sócio-acadêmico da Instituição, promover a melhoria da qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Caracterização da avaliação - O processo de avaliação dos cursos de graduação da UFMG pretende se desenvolver de forma vinculada à Avaliação Institucional da Universidade, além de proceder a uma avaliação sistemática e rotineira de seus cursos.

Suas características principais são: adesão voluntária, análise simultânea das dimensões ensino, pesquisa e extensão, articulação graduação pós-graduação, participação efetiva da comunidade no processo avaliativo, aliada à estratégia de avaliação interna e avaliação externa.

Metodologia e desenvolvimento do projeto - O desenvolvimento técnico do projeto deverá se constituir por procedimentos quantitativos e qualitativos que se alimentam simultaneamente.

Serão quatro as etapas de avaliação:

1) **Diagnóstico e sensibilização da comunidade - Diagnóstico:** (produção de relatórios estatísticos sobre corpo docente, demanda do curso, perfil da clientela básica de cada curso, estrutura curricular, oferta curricular, composição do alunado, desempenho acadêmico, dentre outros); - **Sensibilização:** (visitas aos cursos e unidades, seminários, reuniões com estudantes, reuniões com chefes de seções de ensino e secretários de colegiado; reuniões com coordenadores de colegiados de cursos, dentre outras atividades);

2) **Avaliação interna** (avaliação de cursos pelas comissões de avaliação dos cursos, que considerarão: condições, processo, resultados);

3) **Avaliação externa** (avaliação dos cursos por comitês externos que considerarão: elementos e dados da etapa diagnóstico, elementos e dados da avaliação interna);

4) **Organização, análise e divulgação dos resultados finais** (publicação dos relatórios referentes a cada curso avaliado e ao perfil da UFMG).

Infra-estrutura - Equipamento de informática: Pró-Reitora de Graduação, Centro de Computação, colegiados de cursos.

Equipe responsável - Comissão de Avaliação dos Cursos de Graduação da UFMG, Comissões de Avaliação por Curso, Secretaria Executiva de Avaliação, Setor Acadêmico da PROGRAD, Centro de Computação, Departamento de Estatística, Departamento de Sociologia.

Universidade Federal Fluminense

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Apesar da avaliação institucional ser objeto de debate nos meios acadêmicos há algum tempo, verifica-se que recentemente algumas universidades brasileiras têm, efetivamente, desenvolvido experiências de avaliação que resultem numa discussão mais aprofundada, envolvendo não só pressupostos, princípios e finalidades, mas também metodologias que permitam a concretização do processo.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciativas isoladas de avaliação vêm acontecendo nesta última década, em vários segmentos. Acredita-se que a ausência de um projeto institucional de avaliação deve-se não só à diversidade das atividades desenvolvidas pela Universidade em seus diferentes níveis - ensino, pesquisa e extensão, como também à natureza peculiar de sua área física, distribuída geograficamente em quatro campi, além de unidades de ensino localizadas fora dos campi, em inúmeros municípios do estado do Rio de Janeiro e fora deste.

A UFF iniciou o Projeto de Avaliação Institucional pelo ensino de graduação, para, então estendê-lo às demais atividades da Universidade, visando, entre outras questões, uma melhoria significativa de sua gestão e do seu projeto sócio-político-educacional. Sendo assim, a avaliação da UFF visa uma reflexão em torno da realidade de suas atividades com vista a ações que contribuam diretamente na melhoria de sua qualidade. O desenvolvimento deste projeto compreenderá uma avaliação interna e avaliação externa, incluindo metodologias qualitativas e quantitativas. Na avaliação interna, serão incluídas as seguintes etapas: sensibilização da comunidade; levantamento de dados para o Diagnóstico institucional; análise de documentos; elaboração e aplicação de instrumentos envolvendo questionários e entrevistas; organização e análise dos dados obtidos. O processo será amplamente discutido com a comunidade acadêmica com a produção de um relatório final. Além dos procedimentos metodológicos descritos, outras metodologias poderão ser utilizadas, aproveitando experiências em desenvolvimento ou que venham a surgir durante o processo.

Após a discussão do Relatório Final com a comunidade, o processo de avaliação prosseguirá com a discussão respeito da implementação de mudanças institucionais que se fizerem necessárias. Será proposta à comunidade a continuidade do processo, que deverá permeiar todos os setores da UFF, incluindo avaliação de programas, a avaliação de disciplinas, a avaliação docente, a avaliação discente e outros estudos que venham a emergir da discussão com os diversos setores da Universidade. Desta forma, o processo de avaliação continuará no biênio 96/97. Espera-se que simultaneamente (e a partir de todos os subsídios fornecidos pela avaliação) o repensar das diretrizes do Projeto Institucional impulse o aperfeiçoamento da Universidade Federal Fluminense.

Universidade Federal do Espírito Santo

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivos - No quadro histórico atual, o desenvolvimento da Universidade brasileira supõe, entre outras coisas, processo de avaliação capaz de revelar, com clareza, os padrões de resultados que estão sendo atingidos e de subsidiar a definição de metas desejáveis, viabilizando correções necessárias de rota.

Nesse sentido, a avaliação institucional tem que estar associada ao processo de tomada de decisão, para se constituir em uma referência do planejamento e da gestão universitária, pautados pela qualidade do ensino, da Pesquisa e da extensão.

Com este projeto, pretende-se verificar como a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) está situada no conjunto das instituições de ensino superior do país e até que ponto consegue atender às demandas e necessidades da sociedade capixaba.

Visando sistematizar a avaliação institucional na UFES, o projeto articula-se com outros existentes na Instituição, direcionados para o objetivo da qualidade. Atribui-se, inicialmente, prioridade ao ensino de graduação, ainda que considerado a partir de uma visão de conjunto da Universidade.

Dessa forma, ao afirmar a cultura da qualidade e da avaliação institucional, a UFES procura tornar-se uma instituição pública capacitada para prestar contas à sociedade e para promover um processo contínuo de melhoria do desempenho acadêmico do ensino de graduação.

Metodologia - A avaliação institucional terá quatro etapas: sensibilização, avaliação interna, avaliação externa e reavaliação.

Na etapa de sensibilização, será promovido um seminário geral, seminários específicos por áreas/cursos, antecedidos de uma campanha publicitária que prevê a colocação de *out-doors* na Universidade, a distribuição de prospectos, a publicação de matérias no Boletim Informativo da UFES, bem como a utilização da imprensa local.

Na avaliação interna, será feito um diagnóstico da Instituição, paralelamente com a montagem de uma base de dados que possibilitará o cálculo de vários indicadores relativos, principalmente, ao ensino de graduação, tal como, por exemplo, o custo do aluno de cada curso. Neste diagnóstico, utilizar-se-ão instrumentos do tipo questionário, para alunos e docentes. Concomitantemente, os coordenadores de curso e chefes de departamentos preencherão um roteiro de auto-avaliação, que incluirá aspectos quantitativos e qualitativos.

Na etapa seguinte, a avaliação externa, grupos de avaliadores receberão os relatórios das diversas áreas de conhecimento/cursos, contendo a síntese das informações obtidas com os questionários e roteiros, devendo analisá-los e emitir pareceres acerca dos mesmos.

Na etapa final, estes pareceres retornarão à Instituição, sendo divulgados e debatidos em seminário, para propor as alterações que se fizerem necessárias e indicar as medidas a serem tomadas pelo conselho superiores, visando garantir a continuidade e a permanência do processo de avaliação na Instituição.

Execução - O projeto está ligado à Pró-Reitoria de Graduação da UFES, contando com suporte institucional da Reitoria e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Supõe, ainda, a participação dos coordenadores de curso que, reunidos na Câmara de Graduação, já aprovaram as suas diretrizes. A coordenação executiva das atividades está a cargo de uma Comissão Técnica de Avaliação, constituída pela Reitoria com a incumbência de criar facilidades para a execução do projeto e garantir a sua implementação.

Cronograma - As atividades deverão ser desenvolvidas no período do agosto de 1994 a dezembro de 1995.

A etapa de sensibilização terá início com o segundo semestre letivo na UFES e a etapa de auto-avaliação, após o primeiro mês de aulas. A avaliação externa deverá se estender do final do período letivo 94/2 até o final do período letivo 95/1. A reavaliação deverá estar concluída no final de 1995.

Universidade Federal de São Carlos

PROJETO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Nenhuma instituição responsável, que se pretenda competente, pode prescindir da avaliação de seus propósitos, ações e resultados, considerados o contexto global e particular em que está inserida. Razões sócio-político-científicas e acadêmicas justificam essa imprescindibilidade. Será através dela que os resultados e os esforços dos agentes envolvidos na disseminação e produção do conhecimento serão apreciados e valorados; os processos e as condições dos trabalhos serão analisados e aperfeiçoados; as decisões e as ações se revestirão de melhor qualidade e maior objetividade porque fundamentadas em dados e análises; a instituição prestará contas do seu fazer e de sua produção à sociedade e os questionamentos, problemas, necessidades e prioridades deverão se constituir em subsídios ao delineamento de políticas na área da educação.

O Projeto de Avaliação do Ensino de Graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é parte e processo desencadeador da avaliação institucional tanto por se constituírem os cursos de graduação - objeto escolhido para análise - em responsáveis por um ensino vinculado à pesquisa e extensão, tendo a sua avaliação, necessariamente, que contemplar aspectos das várias atividades da Universidade, quanto pelos documentos em que se baseia. São tais documentos a Proposta de Avaliação das Universidades Brasileiras SESU/MEC, o Plano de Ação da Gestão 92-96/UFSCar e o Plano Estratégico da Pró-Reitoria de Graduação 92-96/UFSCar.

Desses documentos, os pressupostos básicos da avaliação: perseguir, continuamente, os valores de integralidade do homem, da inserção na realidade e da possibilidade de sua transformação, do pluralismo e da democracia; caracterizar-se como um projeto de construção coletiva, que garanta sejam os indicadores definidos conforme valores da Instituição, acima mencionados, considere experiências de avaliação já desenvolvidas e incorpore sugestões levantadas pelos vários setores/unidades da Universidade; contemplar as abordagens quantitativa e qualitativa, privilegiando concepção de avaliação que cumpra, efetivamente, sua função formativa de melhoria da qualidade das ações, sem estabelecer julgamentos globais estandarizados e, tampouco, comparações de desempenho; tomar por base o curso, sem destaque especial às disciplinas que compõem tal unidade de organização.

Face à complexidade e amplitude do universo do ensino de graduação, na avaliação dos cursos, serão considerados, não somente as atividades curriculares ligadas a aulas propriamente ditas, mas às demais atividades complementares e de enriquecimento curricular, como as de monitoria, iniciação científica e treinamento, participação em grupos do Programa Especial de Treinamento - PET, estágios curriculares, trabalhos monográficos de conclusão de curso, ao lado daquelas de apoio técnico-científico, administrativo e de extensão, sempre respeitando o princípio da interdisciplinaridade, enquanto superação de visões fragmentadas do conhecimento.

O caráter reflexivo, a profundidade das análises e a consideração maior à avaliação de processo do que à de produtos serão assegurados, em especial, pela ênfase nos procedimentos auto-avaliativos, que sempre incluam tomada de decisões e providências, desenvolvidos pelo conjunto de participantes, tendo como pano de fundo as experiências da própria UFSCar e as de outras instituições, bem como os subsídios da literatura pertinente.

Vinculada à abordagem qualitativa, privilegiando o aperfeiçoamento das ações, a avaliação dos cursos contemplará a quantitativa, que exige o recurso a um banco de dados, com sistema permanente de atualização.

A principal estratégia a ser utilizada será a da realização de seminários com todos os segmentos da comunidade, permeados por atividades, tais como palestras, debates em pequenos e grandes grupos, leitura de textos e assistência a vídeos e discussão dos mesmos.

Os instrumentos básicos de documentação, no decorrer do processo, serão roteiros de auto avaliação, Cadernos de Avaliação, exploratórios de temáticas relevantes, e relatórios parciais e globais.

Os relatórios globais, contendo os resultados das análises quantitativas, serão submetidos às Comissões Externas de Avaliação, cujas análises se constituirão em peças básicas para a reconsideração das auto-avaliações e conseqüente tomada de decisões e providências cabíveis a tal etapa do processo.

Como a avaliação, na forma concebida, supõe a interiorização pela comunidade da busca constante do aperfeiçoamento das ações, característica da ênfase na avaliação de processo, ficam garantidas as condições propícias à implementação de um processo contínuo de avaliação na UFSCar, com que o projeto se compromete.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO

O Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PAIUFGRS) propõe-se como instrumento básico para repensar, sistematizar e aperfeiçoar as diferentes modalidades e práticas de avaliação que, de modo sistemático, e/ou informal a Universidade vem desenvolvendo nos últimos anos e, ao mesmo tempo, identificar e dar novas dimensões ao projeto pedagógico que a sustenta.

Para tanto, visa implantar e desenvolver um processo avaliativo de caráter institucional, capaz de orientar a Universidade no sentido do auto-conhecimento, do reconhecimento de suas potencialidades de desempenhos, buscando perspectivas inovadoras de ação de todos os seus partícipes, nas distintas instâncias organizacionais que a constituem.

O escopo do projeto é, pois, o de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços que a instituição presta à sua clientela, ao estado e ao país, e para fortalecer seu compromisso social.

Em consonância com Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - Uma proposta Nacional (PAIUB), o foco da avaliação da UFRGS deve ser o curso de graduação. Este foco será analisado numa perspectiva globalizante, ou seja, considerando, por um lado, professores, alunos e corpo técnico-administrativo e, por outro lado, a análise envolverá as estreitas interpelações entre as funções de ensino, pesquisa e extensão e dessas com a gestão administrativa da Instituição.

Para a deflagração, implementação e sustentação do projeto, serão acionadas as instâncias de decisão, de execução e de participação.

A decisão política do programa cabe à administração central, respaldada pelo plano de gestão, elaborado na discussão com a comunidade universitária, a qual está representada pela Comissão Central de Avaliação (CCA).

A execução do processo será desempenhada pela Coordenadoria Executiva do Programa de Avaliação (CEPAV), composta de cinco professores da Instituição, cujas credenciais estão afetas aos seus campos de estudo e/ou experiência com o assunto, além de oriundos das áreas de conhecimento que compõem a UFRGS.

Para a organização e desenvolvimento do processo avaliativo, os cursos/unidades estabelecerão os seus Núcleos de Avaliação da Unidade (NAU), envolvendo departamentos e colegiados com participação de professores alunos e funcionários. Os NAU se articularão com a Comissão Central de Avaliação (CCA) e sua Coordenadora Executiva (CEPAV). Aos NAUs incumbirá responsabilizar-se pelas condições de participação da comunidade interna

O primeiro ciclo avaliativo obedecerá a um roteiro de 18 meses, envolvendo as etapas de sensibilização diagnóstico, avaliação interna com auto-avaliação, avaliação externa e reavaliação nas unidades/cursos/departamento: e na Instituição, com vistas a encaminhamentos de melhorias no sentido da reconstrução do Projeto Pedagógico e do Desenvolvimento da UFRGS.

Este conjunto de ações se constitui num ciclo completo de avaliação que deverá se repetir e transformar-se em práticas permanentes da Universidade.

Universidade Federal de Santa Maria

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituir, como prática permanente, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o processo de avaliação institucional como pressuposto de controle de qualidade, no sentido de garantir padrões de desempenho esperados pela sociedade.

A avaliação institucional tem por finalidade fundamentar as reformulações necessárias nas políticas, nas práticas, nas concepções do ensino, da pesquisa e da extensão e no processo de informação e comunicação da universidade com o Estado e com a Sociedade. Os resultados da avaliação servirão também para o aprimoramento dos mecanismos de controle, planejamento e gestão dos cursos, departamentos didáticos e demais setores da instituição.

o.

Há mais de 30 anos a UFSM vem prestando relevantes serviços educacionais à comunidade. Seu "papel" é o colaborar, através de cultura, com o desenvolvimento tanto regional como nacional.

Para lograr seus objetivos e na tentativa de aumentar sua eficácia frente aos problemas regionais, cada dia mais crescentes e diversificados, a Universidade experimentou diferentes "modelos" de estrutura universitária, buscando sempre a forma mais correta de proceder.

Para a readaptação de suas atividades aos objetivos propostos, torna-se imperioso à instituição universitária conhecer a prioridade de suas necessidades, bem como dos resultados auferidos com os recursos e técnicas disponíveis, identificar os fatores condicionantes que restrinjam a plena utilização da sua capacidade de produção, pressuposto básico da avaliação institucional.

A análise da situação existente constitui o diagnóstico, que é a atividade que trata de reunir elementos de julgamento que permitam, de modo objetivo e racional, subsidiar o processo de tomada de decisões administrativas para a determinação das metas para o desenvolvimento do sistema educacional, de vital importância para a administração da Universidade.

Espera-se, com a implantação do processo de avaliação, uma contínua retroalimentação que contribua para o alcance dos resultados com relativa qualidade, determinando o grau de alcance dos objetivos, oportunizando a possibilidade de manter ou introduzir mudanças na totalidade ou em elementos do objeto da avaliação, o que caracteriza a prática do uso do planejamento na gestão universitária.

Concebida como um processo institucional, visto que engloba as múltiplas atividades envolvidas, a avaliação deve se constituir em um instrumento que permita analisar o desempenho da instituição em todos os seus níveis e aspectos.

Para tal análise, faz-se necessário o levantamento das informações pertinentes, constituídas na proposta de variáveis, em quantidade suficientes, o que implica, num primeiro momento, na concepção de um centro de informações que permita a recuperação dos dados existentes, garantida a sua fidedignidade, através da atualização do banco de dados, sob responsabilidade do gerador da informação.

A obtenção das variáveis é necessária para o estabelecimento dos indicadores gerenciais, de suma importância para o processo de avaliação institucional.

A partir da análise dos indicadores, deve-se proceder o diagnóstico da situação.

A realização da avaliação será desenvolvida mediante critérios transparentes, que levem em conta as características peculiares do meio onde se insere a Universidade e deve envolver, democraticamente, todos os segmentos, através da aceitação e conscientização da necessidade da avaliação.

Os critérios de avaliação deverão ser definidos mediante ampla discussão no âmbito dos cursos, departamentos didáticos e de outros setores envolvidos, visando o reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados.

Em nível institucional, a avaliação deverá ser precedida, obedecendo a seguinte ordem: 1ª) Avaliação do ensino de graduação; 2ª) avaliação da pesquisa; 3ª) avaliação da extensão; e 4ª) avaliação da gestão universitária.

Universidade Federal do Paraná

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Paraná dará seqüência, no período 94/95, ao projeto de avaliação que já vem desenvolvendo, intensificando a discussão com a comunidade universitária e sensibilizando-a para uma participação mais efetiva no processo como um todo.

Com a adequação da proposta às novas exigências do PAIUB, a avaliação institucional, não obstante centrada na graduação, passa a ser desenvolvida com status supra pró-reitorias e com a garantia do compromisso da administração superior da Universidade.

As comissões setoriais deverão garantir a ampliação da participação no processo e um controle mais efetivo sobre as ações.

A avaliação interna continuará a ser desenvolvida consoante os indicadores apresentados nas metas e estará continuamente sofrendo aperfeiçoamentos sugeridos pela comunidade.

A avaliação externa deverá ser desencadeada contando com consultores e assessores de instituições cujos modelos permitam um aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.

Por outro lado, é intenção da UFPR manter o estado permanente de discussão e avaliação:

1) Dando seqüência ao processo de avaliação do ensino de graduação, na perspectiva de avaliação dos cursos, considerando os indicadores internos de taxas de evasão, reprovação, causas e conseqüências, a estrutura dos currículos envolvendo programa, conteúdos e metodologias, e os indicadores externos observados por comissão externa aos cursos.

2) Consolidando o banco de dados sobre o ensino de graduação e o sistema de avaliação da produtividade docente existentes na UFPR, adequando as informações aos parâmetros estabelecidos pelo PAIUB, com vistas a possibilitar a comparação intra e inter cursos e instituições.

3) Reorganizando a estrutura institucional para o planejamento, a implementação e o acompanhamento de projeto de avaliação institucional.

4) Adequando a metodologia em desenvolvimento às exigências de um modelo nacional que permita a obtenção de subsídios para uma análise da eficácia e da eficiência da Universidade Brasileira no cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

5) Descentralizando, no interior da Universidade, o controle e o acompanhamento das ações desenvolvidas em termos de avaliação dos docentes, na perspectiva de avaliação das disciplinas, avaliação da força de trabalho docente e do pessoal técnico-administrativo, avaliação da produção acadêmica e avaliação da execução dos programas de gestão.

Universidade Federal de Pelotas

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) está inegavelmente ligada ao compromisso com a qualidade de atuação da Universidade, de autocrítica e de superação de dificuldades, de consciência e de Compromisso social.

Apesar da evolução da Universidade, não se registrou, ao longo de sua história, um projeto de avaliação institucional. É bem verdade que muitas ações e projetos que tinham como objetivo a prática avaliativa foram desenvolvidas durante sua existência, revelando-se hoje, como iniciativas que podem subsidiar um trabalho de avaliação efetiva.

Assim, a Universidade propõe-se a implementar a desenvolver um projeto de avaliação institucional, visando aperfeiçoar sua atuação acadêmica e científica e sua eficácia social.

Considerando que o ensino de graduação constitui-se em atividade fundamental da Universidade, que não se desenvolve de forma isolada, pretende-se iniciar o processo de avaliação dando ênfase aos cursos de graduação, sem descuidar das outras dimensões das atividades acadêmicas, ou seja, ensino de pós-graduação, produção acadêmica, atividades de pesquisa e extensão e de gestão universitária.

Nesta perspectiva, a Universidade dispõe-se a participar do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras - Uma Proposta Nacional.

O processo de avaliação institucional da Universidade contemplará quatro etapas principais interdependentes complementares, sendo coordenado por uma comissão especialmente designada para tal fim.

Essas etapas são:

- 1) Instrumentalização, que prevê a continuidade do Seminário de Avaliação iniciado em 1993 e um levantamento de dados institucionais, visando a subsidiar a elaboração de um diagnóstico institucional, bem como a promoção de 3vos estudos e pesquisas sobre a realidade da UFPEL.
- 2) Avaliação interna, que prevê a avaliação dos cursos de graduação, das atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e infra-estrutura, bem como a dos cursos de pós-graduação.
- 3) Avaliação externa, com a participação dos diversos segmentos representativos da sociedade onde se insere a Universidade e de alunos egressos dos cursos da UFPEL.
- 4) Elaboração do relatório e tomada de decisões, visando permitir a análise e o estabelecimento de relações entre as avaliações interna e externa e a proposição de medidas, na perspectiva da melhoria da atuação da Universidade.

Este projeto está planejado para ser desenvolvido em três semestres. É importante registrar, ainda, que, ao na! de cada etapa, serão analisados os resultados, de acordo com os objetivos previstos, de forma que sejam possíveis medidas de redimensionamento durante seu curso, caso se faça necessário.

Universidade do Rio de Janeiro

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A construção de uma identidade institucional que caracterize a Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO) em sua globalidade não tem sido tarefa fácil, dadas as condições particulares de sua criação. Contudo, essa Universidade tem desenvolvido importantes ações voltadas para o atendimento de determinadas necessidades sociais e vem construindo novos caminhos por meio de articulação com diversos segmentos da sociedade, visando ao enfrentamento de problemas ligados àquelas necessidades.

Tais ações demonstram o trabalho dessa Universidade, voltado para a qualidade e a eficácia dos processos de formação de um profissional apto a atuar significativamente na sociedade de hoje. Isto tem sido possível porque, apesar de vir mantendo uma política de pessoal em fase de crescimento, a UNI-RIO conta com um número ainda pequeno, porém significativo, de docentes e técnicos administrativos altamente qualificados que não só atuam na área de ensino como nas de pesquisa e extensão.

Em 1989, a UNI-RIO iniciou discussão interna, a partir de uma indicação de que os centros de ensino/escolas empreendessem estudos avaliativos de ação existente. Algumas experiências isoladas foram desenvolvidas, o que oportunizou, à comunidade acadêmica, a vivência de diferenciadas metodologias de avaliação.

No ano de 1992, a atual administração da Universidade propôs introduzir, em suas ações, um trabalho ligado a planejamento, acompanhamento curricular e avaliação educacional. Essa proposta buscou o desenvolvimento não mais de experiências isoladas em tais campos, mas sim um trabalho pautado em uma unidade de propósitos.

A UNI-RIO entende que existe, hoje, a necessidade de as instituições de ensino universitário não só observarem em que termos vêm produzindo e disseminando o saber (por elas construído) mas também de analisarem a contribuição que as mesmas vêm prestando na configuração da situação sócio-econômica-cultural do país e no atendimento do estágio científico e tecnológico em que o mesmo se encontra. O resultado dessa análise deve fundamentar a tomada de decisão quanto à definição de prioridades, objetivos e ações que venham a conduzir tais estabelecimentos no atendimento às aspirações da sociedade atual e na busca de soluções para os problemas existentes, transformando a realidade brasileira.

Objetivos - Os objetivos a serem atingidos são:

a) Implementar o Processo de Avaliação Global da UNI-RIO, a fim de conduzir à melhoria de suas funções, recolocando a Universidade numa posição de vanguarda como fomentadora de modelos e processos de ensino, pesquisa e extensão;

b) Realizar um diagnóstico que permita verificar como a UNI-RIO vem exercendo suas ações de produção e transmissão de conhecimentos bem como sua relação com a sociedade;

c) Comparar o diagnóstico da situação vigente na UNI-RIO com os ideais expressos no processo de planejamento da Instituição;

d) Propor um conjunto de medidas que propicie a plena consecução das funções de ensino, pesquisa e extensão, considerando o diagnóstico e os ideais definidos pela Instituição;

Tais objetivos visam ao aprimoramento das ações que a UNI-RIO vem desenvolvendo, tendo sempre presentes:

a) A conquista de uma qualidade de vida mais justa e humana;

b) A construção de novos caminhos, em processo de cogestão com os diversos segmentos da sociedade, que contribuam para o enfrentamento dos reais problemas nacionais;

c) A formação de um alunado apto a atuar significativamente na sociedade, integrando aspectos humanos, técnicos e político-sociais.

Metas - As metas a serem alcançadas incluem:

a) Programa de sensibilização da comunidade acadêmica para o processo de avaliação institucional, desenvolvido até outubro de 1994;

b) Sistemática de avaliação institucional implantada na UNI-RIO, no ano de 1995;

c) Projeto pedagógico de ensino de graduação construído coletivamente pela comunidade acadêmica, até setembro de 1994;

d) Projeto piloto de avaliação implementado em unidade(s) da UNI-RIO, até o 1º semestre de 1995;

e) Experiências avaliativas desenvolvidas nos diferentes centros de ensino/ escolas e demais unidades, acompanhadas continuamente;

f) Diretrizes norteadoras da reestruturação institucional da UNI-RIO, definidas pela comunidade universitária, até dezembro de 1996.

A avaliação institucional será desenvolvida através de diferentes etapas de trabalho, a saber:

1. **Etapa inicial**, constando do desenvolvimento de um programa de sensibilização da comunidade interna, da construção coletiva de um projeto pedagógico, da organização de bancos de dados de informações acadêmicas, análise de indicadores apontados pelo MEC e dos estabelecidos pela própria comunidade, visando a criação de critérios de avaliação e o acompanhamento de experiências avaliativas já existentes em diferentes centros de ensino/ escolas da Universidade;

2. **Etapa experimental** - que compreenderá a introdução de sistemática de avaliação estabelecida em unidade(s) que se auto-indicarem para participar de uma aplicação piloto;

3. **Etapa de acompanhamento** - que compreenderá a realização de reuniões periódicas com a(s) unidade(s) envolvida(s) na aplicação piloto;

4. **Alimentação do banco de dados**;

5. **Etapa de expansão**, com a introdução da sistemática de avaliação nas unidades da Universidade não incluídas na etapa experimental;

6. **Etapa de decisão coletiva** - englobando uma série de atividades: encaminhamento de relatório das unidades internas à Comissão Permanente de Planejamento Acadêmico da Universidade, e paralelamente ocorrerá consulta à comunidade externa, análise e avaliação dos resultados, distribuição à comunidade interna de documento com análise dos relatórios, encaminhamento de documento com relatório final aos conselhos superiores;

7. **Encaminhamento de relatório final ao MEC.**

Paralelamente a todo processo de avaliação institucional, ocorrerá uma **meta-avaliação**, objetivando a avaliação da sistemática de avaliação empregada, visando ao seu aperfeiçoamento e à continuidade do processo.

Escola Paulista de Medicina

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA GRADUAÇÃO

Introdução - O processo de avaliação da graduação na Escola Paulista de Medicina (EPM) foi desencadeado por um projeto intitulado "Avaliação da Graduação Médica da Escola Paulista de Medicina na perspectiva dos alunos, docentes e egressos", iniciado em 1987. A sua execução deu credibilidade ao grupo encarregado frente a seus proponentes - Comissão de Curso, Câmara Curricular e Conselho Departamental, desmistificando a avaliação enquanto processo punitivo.

Foi criado o Setor de Avaliação junto ao Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais (DAERG) implantando-se, a partir de 1992, o Programa de Avaliação da Graduação, desenhado como um programa contínuo e sistemático, voltado para *promover o auto conhecimento e subsidiar as reordenações curriculares e político-administrativas necessárias para aperfeiçoamento constante dos cinco cursos de graduação da Instituição.*

Para atingir este objetivo, a evolução do programa mostrou que, além dos instrumentos específicos para avaliar currículos, havia necessidade de implantação de um sistema confiável de coleta de dados institucionais. Estes dados passaram a ser consolidados e analisados pelo Setor de Avaliação/DAERG.

Ao final de 1993, a Congregação da EPM decidiu implantar a avaliação institucional de seus departamentos acadêmicos. A metodologia desta avaliação, no que concerne às atividades de pesquisa e extensão, está em processo de discussão, todavia dados primários - como produção científica dos últimos cinco anos, projetos de pesquisa, etc. - já estão sendo analisados no Setor de Avaliação/DAERG.

Além do objetivo geral, acima mencionado, o Programa de Avaliação da Graduação tem como objetivos específicos:

- 1) Conhecer o perfil dos alunos que ingressam nos diversos cursos da EPM, suas opções, o tempo médio de formação, a taxa de evasão e as condições de profissionalização ao final do curso.
- 2) Conhecer o perfil dos docentes e as atividades que desempenham na EPM, suas expectativas em relação ao ensino nos respectivos cursos e sua avaliação a respeito das condições de profissionalização dos alunos.
- 3) Conhecer o tipo de profissional formado na EPM e as vias de ingresso no mercado de trabalho após a graduação.
- 4) Construir parâmetros para que se venha a calcular os custos da formação dos alunos em meio às demais atividades afins.
- 5) Desenvolver parâmetros de avaliação de desempenho institucional tanto para fins internos como para subsidiar possíveis avaliações externas.
- 6) Situar a EPM em relação às instituições congêneres nacionais e estrangeiras.

Constituem o programa um conjunto de projetos continuados, estando cada um em momento particular de execução, além do estudo transversal sobre a graduação médica na EPM na perspectiva dos alunos, docentes e egressos:

- 1) Perfil do aluno de graduação - Dados sócio-econômicos, escolaridade progressiva, aspiração profissional, desempenho no exame vestibular.
- 2) Trajetória dos alunos de graduação - Levantamento de dados secundários visando a construção, a partir do *índice de transição*, das taxas de reprovação, evasão e tempo médio de permanência do aluno na graduação.

3) Desempenho dos recém-formados do curso de medicina nos exames de ingresso na Residência Médica e satisfação com a formação na graduação.

4) Levantamento da situação profissional dos recém-formados e satisfação com a formação na graduação.

5) Avaliação das disciplinas curriculares dos cursos de graduação.

6) Avaliação dos programas de residência médica na opinião dos médicos residentes.

7) A graduação médica na perspectiva dos alunos, docentes e egressos.

Este programa tem permitido avaliar as seguintes dimensões do ensino:

1) Condições de desenvolvimento das atividades curriculares - infra-estrutura física, recursos humanos, condições administrativo-pedagógicas.

2) Processos pedagógicos - organização, relevância do conteúdo frente à formação do profissional, desempenho professor, desempenho do aluno, interação universidade/sociedade.

3) Resultados alcançados com os processos formativos - competência para o desempenho profissional, preparo para a educação continuada, absorção pelo mercado.

Metodologia - A metodologia do programa proposto consiste, basicamente, na coleta de informações qualitativa quantitativa, por eventuais pesquisas e sistemáticas, colhidas ou consolidadas pelo Setor de Avaliação/DAERG, além de fontes externas.

A maior parte dos sub-projetos utiliza questionários como instrumental básico, envolvendo, na sua construção, ; atores - docentes, discentes, profissionais já formados. Estabelecidos os objetivos específicos, a equipe técnico-científica do Setor de Avaliação/DAERG propõe o plano de trabalho (formas de aplicação, fluxo, cronograma, entrevistas, supervisão) à Coordenadoria competente (coordenações de curso e de programa, Câmara Curricular), bem como o encaminhamento da avaliação.

No processo de consolidação das bases de dados institucionais são feitas críticas, consistências, cruzamento entre essas informações e os dados coletados nos projetos específicos pelo Setor de Avaliação/DAERG, gerando indicadores para a avaliação.

Após a consolidação das informações o Setor de Avaliação/DAERG se encarrega da análise e organização dos resultados, que são então enviados para os **destinatários-fim** - disciplinas curriculares, comissões de curso, departamentos acadêmicos, Câmara Curricular e Conselho Departamental.

Desenvolvimento do processo de avaliação - As etapas de desenvolvimento do processo, são comuns tanto para os subprojetos quanto para a Avaliação Global da Graduação, ainda que não linearmente executadas, compreendem: - sensibilização da comunidade; - coleta de dados; - diagnóstico; - avaliação interna; - ações de reorganização curricular e político-administrativas; - retroalimentação.

Instituições Estaduais e Municipais

Universidade Estadual de Londrina



PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Uma Universidade pública deve continuamente estar pronta para ouvir os atores sociais com ela envolvidos e nela atuantes. Isto a Universidade Estadual de Londrina está disposta a fazer: docentes, funcionários, administradores, egressos, alunos e comunidade externa serão auscultados e suas manifestações deverão servir de ponto de apoio para a redefinição das metas institucionais.

Para tanto, o Conselho de Ensino, pesquisa e Extensão criou recentemente a **Comissão de Avaliação Institucional** (CAI) que, reunindo representantes das cinco grandes áreas do conhecimento: ciências humanas, exatas, biológicas, da saúde e da terra e também amparada pela Assessoria de Planejamento e Controle, recebeu a incumbência de propor e coordenar um amplo processo de avaliação dentro da Instituição.

Uma vez estruturada, a CAI estabeleceu os objetivos do programa:

Objetivo geral - Avaliar o desempenho da Universidade Estadual de Londrina em conjunto com a comunidade universitária e a sociedade, visando ao aprimoramento das atividades que se desenvolvem na Instituição.

Objetivos específicos - São os seguintes:

- a) Diagnosticar as condições de oferta e desenvolvimento dos cursos de graduação quanto à qualidade do ensino e quanto ao alcance dos objetivos de cada curso;
- b) Avaliar os departamentos por meio do desempenho docente na produção acadêmica e na capacitação;
- c) Avaliar, num enfoque administrativo, a estrutura disponível para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- d) Identificar, sob o ponto de vista administrativo, o planejamento e a execução do processo ensino-aprendizagem;
- e) Subsidiar o planejamento das atividades da Instituição;
- f) Elaborar uma metodologia de avaliação das atividades universitárias da Instituição;
- g) Avaliar quanti-qualitativamente os cursos de graduação e pós-graduação;
- h) Estabelecer pontos de referência para uma redefinição ou fortalecimento das políticas de graduação e pós-graduação;

i) Fornecer parâmetros para uma reflexão crítica por parte dos responsáveis pelos cursos de graduação e pós-graduação;

j) Oferecer a cada docente possibilidades de reflexão sobre a sua própria prática profissional. Os instrumentos deverão ser aplicados pelos respectivos colegiados de cursos que, em retorno, receberão relatório analítico elaborado pela CAI. Aí, então, o colegiado poderá proceder a uma avaliação das disciplinas, dos docentes, do curso como um todo e dos recursos materiais disponíveis, efetuando as alterações curriculares pertinentes e também apresentando a cada departamento envolvido com o curso as propostas de modificações corretivas.

Um dos instrumentos, o Programa de Aprimoramento Curricular (PAC), irá apurar as informações para a avaliação do desempenho docente na função de ensino; a produção científica, a capacitação e outras atividades acadêmicas serão analisadas por meio do Instrumento de Avaliação de Atividades Docentes (IAAD). Trata-se de um formulário abrangente e minucioso cuja atualização será feita por meio do Relatório Individual de Atividades Docentes (RIAD), documento que será encaminhado anualmente pelos departamentos à Coordenadoria de Recursos Humanos.

Fica evidente, pelo exposto, que a Universidade Estadual de Londrina encontra-se amadurecida para desencadear um processo de avaliação que tenha como principal objetivo estabelecer uma busca contínua de qualidade, visando a excelência das atividades universitárias; excelência essa, cujos parâmetros deverão ser definidos em conjunto pelo organismo universitário e pela comunidade externa na qual ele está inserido.

Universidade do Estado do Pará

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade do Estado do Pará (UEPA), instituída a partir de faculdades e escolas superiores isoladas, foi criada por Lei estadual e autorizada a funcionar por decreto federal. Tem como princípio fundamental ser agente de revitalização para o desenvolvimento do Estado, o que exige dar resposta às necessidades e desafios locais. Tem como um dos princípios a incorporação de processo de avaliação, constante e sempre renovado, não só do preparo acadêmico que oferece, mas também do exercício criativo e participativo, da cidadania que promove, aperfeiçoando o princípio de gestão democrática.

O projeto de avaliação institucional pretende avaliar o desempenho da UEPA, de forma a rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, com vistas à melhoria da qualidade, para que seus produtos sejam valorizados e legitimados pela comunidade.

A partir desse objetivo geral, destacam-se os seguintes objetivos específicos;

1) Divulgar os propósitos e metas da Comissão Permanente de Avaliação, no sentido de mobilizar a comunidade para a importância da avaliação no desempenho e produção institucional.

2) Desenvolver uma cultura de avaliação em todos os espaços acadêmicos e administrativos da UEPA, com vistas a sua permanente atualização.

3) Desenvolver a necessária articulação da Comissão de Avaliação com os órgãos de ensino, pesquisa, extensão e administração da UEPA, para o desenvolvimento do projeto de Avaliação Institucional.

4) Diagnosticar o funcionamento e a interelação das tarefas nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração.

5) Implementar, na UEPA, o Banco de Dados Acadêmicos e Gerências, para subsidiar as ações avaliativas.

6) Propor e implementar as mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas e de gestão, contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos relevantes e legitimados.

Em termos metodológicos, o projeto concebe a avaliação institucional como uma atividade contínua e **aberta**, mediante a qual diversos segmentos, direta ou indiretamente envolvidos no processo educativo da Instituição, amadurecem a discussão sobre seus objetivos, desempenho e qualidade, gerando suas próprias alternativas de ação para uma transformação. Assim, o processo de avaliação a ser desenvolvido considerará as dimensões interna e externa, dados quantitativos combinados com a análise qualitativa das informações e resultados obtidos. A ênfase será dada ao ensino de graduação.

São as seguintes as etapas do projeto:

1) **Fase preparatória** - delineamento de ações, propiciando clima favorável ao envolvimento da comunidade e possibilitando condições teóricas, políticas e infra estruturais para o desenvolvimento do projeto;

2) **Fase de exercício:**

2.1. Diagnóstico: organização de um dossiê, por curso, buscando recuperar sua memória para um diagnóstico preliminar;

2.2 - Avaliação interna: reflexão e análise qualitativa sobre a realidade dos cursos a partir dos dossiês, com vistas à consolidação em um dossiê global;

2.3 - Avaliação externa: organização das informações e resultados, com vistas a integrá-los num processo global e divulgá-los internamente, para permitir novas discussões e reflexões;

2.4. Realimentação e difusão: estabelecimento de alternativas exequíveis e propostas de ação para a superação dos obstáculos encontrados; acompanhamento e avaliação das medidas implementadas e seus resultados; publicação e divulgação.

Universidade Estadual de Santa Cruz

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este projeto de avaliação institucional dá seqüência e legitimidade ao processo, que vem se desenvolvendo desde 1992, de configuração do Projeto Institucional da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Na condição de Instituição que se deseja séria e comprometida, a UESC definiu uma política institucional de caráter emancipatório em suas ações e atividades externas e internas. Assim, a ação de avaliar tem de se constituído tarefa obrigatória e permanente, na medida em que as ações, os programas, os objetivos estiverem sendo pensados e postos em prática. Daí que a proposta de avaliação da UESC não se institui por um modismo de avaliar porque é um "tempo" de avaliação, e, sim, avaliar para que se possa, sempre que necessário, redefinir a política institucional, na busca de uma educação propiciadora de uma emancipação regional.

Por causa disso, a UESC desenvolverá um estudo avaliativo, objetivando:

a) Conhecer plenamente sua trajetória, nas suas dimensões externa e interna, tendo como parâmetro a busca da eficiência, eficácia, efetividade e legitimidade institucional, traduzidas na oferta de uma educação propiciadora de uma emancipação regional.

b) Detectar os fatores positivos e negativos em relação à efetividade e legitimidade técnico-política dos cursos de graduação da UESC, nas suas interfaces com as demais atividades meio e fim, no sentido da plenificação da cidadania.

c) Proceder uma diagnóstico da eficácia institucional quanto às restrições e facilidades existentes na gestão das atividades meio e fim a nível organizacional, grupai e individual, para a re-estruturação da UESC, no sentido de sua crescente democratização.

d) Sistematizar as críticas acerca da eficiência institucional, para um aperfeiçoamento na qualidade da articulação regional da UESC com a sua área de responsabilidade geo-educacional, em prol de sua autonomia.

A avaliação institucional da UESC fundamenta-se na argumentação de superação de crises nas instituições educacionais na pós-modernidade. Basicamente, constata-se e propõe-se a superação de três graves crises de racionalidade, de motivação e de legitimação. Nessas crises, o uso das instituições educacionais, em virtude da cultura organizacional usual, historicamente privilegiou a dominação em detrimento da emancipação. Observa-se que a cultura organizacional pró-domação alicerça-se na alienação pedagógica, no autoritarismo educacional e na dependência econômica e cultural. Daí que o projeto de avaliação institucional da UESC busca a reversão dessa tendência em direção à cidadania, democratização e autonomia.

Quanto ao nível pretende-se vincular à razão técnica a razão comunicativa. A primeira baseia-se em indicadores quantitativos, fundamentados nos conceitos de eficácia (programado/realizado) e eficiência (custo operacional). No que diz respeito à razão comunicativa, trabalham-se indicadores qualitativos, que visam detectar a efetividade (responsabilidade social) e a legitimidade (satisfação da clientela).

Metodologicamente, há de se enfatizar a complementariedade entre razão técnica e razão comunicativa, através de seus temas, itens e indicadores específicos. Do ponto de vista cronológico, será executado um cronograma flexível, com quatro momentos: preparação da investigação, descrição (diagnóstico) da realidade, crítica da realidade e criação coletiva de alternativas.

O projeto será desenvolvido através de formação de grupos de trabalho, cujos componentes e afins exercerão crítica e auto-crítica de dados gerenciais e acadêmicos da UESC.

Serão elaborados relatórios, dossiês e documento síntese da trajetória institucional da UESC, bem como um plano quinquenal.

Universidade Estadual de Ponta Grossa

PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM CAMINHO PARA A QUALIDADE

Apresentação - Desde a sua criação, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) tem procurado priorizar a qualidade de ensino, bem como desenvolvido atuação significativa nas áreas de pesquisa e de extensão. O crescimento quantitativo e qualitativo da Instituição, especialmente na última década, bem como as discordâncias, dúvidas e contradições características do cotidiano acadêmico, levaram a optar pelo processo de avaliação institucional como um dos objetivos prioritários para o apontamento de qualidade.

A avaliação institucional, iniciada efetivamente no ano de 1992, representa um compromisso para com a qualidade, não apenas acadêmica, mas igualmente social e cultural e responde às expectativas da comunidade universitária de aprimorar o seu desempenho nos níveis interno e externo.

Iniciativas isoladas de avaliação dos cursos já vinham se desenvolvendo desde há muito tempo. Todavia, a UEPG carecia de um projeto/processo, global e articulado, capaz de oportunizar - um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; - diretrizes para o planejamento e gestão universitária; - sistemática prestação de contas à sociedade.

A continuidade do processo avaliativo da Instituição fundamenta-se, principalmente, nos seguintes pressupostos:

a) A sociedade e, especialmente, a comunidade universitária encontram-se sensibilizadas para a importância e necessidade desse processo. As eventuais resistências iniciais para com a avaliação já foram praticamente superadas.

b) a experiência de avaliação institucional, ocorrida em 1992/93, revestiu-se da maior importância para o desenvolvimento a continuidade do processo. Permitiu um primeiro diagnóstico das possibilidades e limites do processo avaliativo, bem como indicou aspectos fundamentais a serem contemplados nos anos vindouros.

c) o processo avaliativo vem sendo encarado como um real instrumento auxiliar de implementação de uma maior qualidade institucional, cujos benefícios se estendem, necessariamente, aos diferentes setores de economia da sociedade, de vez que tiveram participação direta na avaliação. Entende-se que o desenvolvimento interno da Instituição reverte reflexos diretos na sociedade.

Se o processo avaliativo nos anos 92/93 oportunizou excelente experiência quanto à metodologia de implementação de uma avaliação institucional, por certo os demais processos que se sucederão oferecerão dados de qualidade gradativamente ainda superiores.

A educação é um bem público, que deve ser oferecido à sociedade de forma aberta e sincera. E a avaliação institucional por certo representa ocasião ímpar para a identificação do nível de qualidade de atuação da Universidade como formadora de recursos humanos e promotora da ciência e tecnologia.

Uma avaliação institucional numa Universidade que persegue, no dia-a-dia, uma qualidade sempre maior, certamente pode ser encarada como:

- a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- b) uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária;
- c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade; e
- d) um agente dignificador da função docente, técnica e administrativa.

Componentes e objetivos de avaliação - A avaliação vem tomando como universo quatro componentes de ordem quantitativa e qualitativa, envolvendo aspectos do ensino, da pesquisa, da extensão, da administração, da infra-estrutura e do relacionamento da Universidade com a sociedade:

- 1) Avaliação do ensino, por professores e alunos;
- 2) Avaliação por representantes dos segmentos da Universidade e dos setores da economia da sociedade.
- 3) Avaliação por ex-alunos.
- 4) A identificação da realidade sócio-educacional dos alunos.

Na avaliação do ensino encontra-se englobada praticamente toda a realidade que envolve a atuação da Instituição, como ensino, pesquisa, extensão, condições de infra-estrutura, no sentido de:

a) Encarar a avaliação como uma questão otimista e necessária, tendo em vista a dignificação das funções docente, técnica e administrativa.

b) Despertar, nos professores e alunos, uma conscientização dos fatores determinantes para a qualidade e o sucesso do ensino.

c) Levar o pessoal técnico e administrativo a perceber a real responsabilidade que lhe cabe como agente propiciador de condições e de apoio para a implementação de um ensino de qualidade.

d) Promover uma atitude mais participativa e responsabilizada dos alunos no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

e) Oportunizar aos professores elementos que lhes facilitem o reajuste de conteúdos e de métodos de ensino;

f) Incentivar a comunidade universitária para uma permanente reflexão e autocrítica em sua participação a nível da Instituição e na sociedade.

Encaminhamento e visíveis efeitos - Alguns dos efeitos provenientes da avaliação vão se tornando, paulatinamente, bem visíveis, como:

1) A comunidade universitária procura encarar, aos poucos, o processo avaliativo como instrumento auxiliar necessário de promoção de qualidade;

2) O impacto da avaliação vem sendo, de modo geral, positivo, visto que servirá, acima de tudo, como apoio à melhoria da qualidade docente, discente e administrativa; e

3) A sociedade vem se apercebendo, em parte, de que a Universidade encontra-se seriamente interessada em sua progressão qualitativa, procurando fazer-se necessária.

Universidade Estadual de Maringá

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Estadual de Maringá (UEM), criada em 1969, até 1993 não tinha realizado nenhum processo de avaliação institucional global. Vários planos de desenvolvimento foram elaborados, executaram-se inúmeros projetos de pesquisa, ensino e extensão; criaram-se vários cursos de graduação e extinguiram-se outros, implementaram-se dezenas de programas e projetos institucionais sem que houvesse uma avaliação institucional que fizesse a correção de rota ou mudasse seu rumo quando necessário.

Portanto, a avaliação da UEM, por um lado, tornava-se mais que necessária, significava a garantia de planejamento estratégico visando o aperfeiçoamento das atividades acadêmico-científicas e administrativas, e, por outro lado, era anseio da comunidade universitária que iniciasse o processo de avaliação institucional conforme eventos comunitários realizados em 1991.

Com relação ao ensino de graduação, a busca da melhoria de sua qualidade foi objeto de discussões em vários setores da Universidade, resultando, em 1989, na definição de uma proposta metodológica para a discussão o regime acadêmico na UEM, sob coordenação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior -PADES/UEM.

A proposta metodológica aprovada pelos conselhos de ensino, pesquisa e extensão da UEM, envolveu a execução dos seguintes projetos:

- a) Avaliação do regime de créditos.
- b) Elaboração de uma política curricular.
- c) Uma nova proposta de regime acadêmico para a UEM.
- d) Elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.
- e) Estudo de viabilidade econômica, administrativa e de recursos humanos.
- f) Pesquisa de caracterização dos alunos da UEM.
- g) Pesquisa de caracterização dos egressos da UEM.
- h) Ordenamento jurídico e regulamentar do novo regime acadêmico.

Em 1991, com base nos estudos promovidos pelo PADES e por gestões administrativas anteriores, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) decidiu implantar a proposta do regime acadêmico seriado, após discussão e análise da mesma junto aos diferentes órgãos que representam a comunidade universitária. Desta forma, através de um trabalho coordenado pelos professores conselheiros do CEP e da Pró-Reitoria de Ensino, neste mesmo ano foram aprovados pelos conselhos superiores da Universidade, as diretrizes do novo regime acadêmico, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e as diretrizes para extinção do regime de créditos e implantação final de todas as séries de todos os cursos no novo regime.

Ainda em 1991, o Conselho de Administração da UEM aprovou resolução prevendo que, a partir de 1992, a cada 02 anos, os professores em regime de tempo integral e em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, deveriam se submeter a um processo de avaliação de sua produção acadêmica e científica.

Tendo como substrato a aceitação da comunidade universitária com relação à necessidade de se realizar uma avaliação institucional em 1992, a administração central da Universidade elaborou uma proposta de avaliação institucional da produção acadêmica e científica dos docentes da UEM. Essa proposta foi discutida na comunidade universitária e foi sugerido que a avaliação não fosse feita apenas sobre a produção acadêmico-científica dos professores, mas que fosse realizada uma avaliação institucional de caráter global, e que a avaliação tivesse por finalidade desenvolver e orientar:

a) O aprimoramento permanente dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

b) O planejamento e gestão universitária (política de incentivo à produção acadêmico-técnico-científica na universidade, reestruturação organizacional da Universidade; tomada de decisões, administração e a política de desenvolvimento das atividades-fins; política de distribuição orçamentária e financeira; política de contratação de pessoal; política de capacitação de pessoal; política de expansão física e material da Universidade).

c) Orientar a integração e as ações da Universidade enquanto valores de desenvolvimento regional como contrapartida da mesma para com a sociedade.

Com essas definições internas de avaliação e, em concomitância e sintonia com o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras - MEC/SESu, a UEM iniciou, efetivamente, em 1993, o seu processo de avaliação institucional, quando obteve aprovação da proposta de avaliação apresentada ao MEC em 1993.

Com o apoio do MEC foi realizado em 1993.

a) Construção de indicadores para o diagnóstico dos departamentos.

b) Diagnóstico dos departamentos das áreas de ciências exatas e tecnológicas.

c) Avaliação, por consultores externos, dos departamentos das áreas de ciências exatas e tecnológicas.

d) Diagnóstico dos órgãos da administração direta.

Para o ano de 1994, o Projeto de Avaliação da UEM compreende.

a) Diagnóstico e avaliação por consultores externos, dos departamentos das áreas biológica e agrária, de saúde, ciências humanas e estudos sócio-econômicos.

b) Avaliação do ensino de graduação, a ser realizada por curso, internamente e por consultores externos de outras instituições de ensino com reconhecida competência acadêmica.

Dessa forma, o processo de avaliação institucional da UEM propiciará a revisão e o aperfeiçoamento de seu projeto acadêmico e sócio-político junto a nossa comunidade regional.

Universidade do Vale do Itajaí

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Apresentação - O projeto de Avaliação Institucional da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) foi constituído a partir das diretrizes gerais do PAIUB/SESu/MEC, dos princípios e linhas gerais de ação do projeto da UNIVALI e do compromisso da Universidade de se autoconhecer para garantir a qualidade da ação universitária.

O projeto se implanta sob a coordenação de uma Comissão de Avaliação Institucional ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, com o compromisso de ser um sistema de avaliação permanente, viável, transparente e global. Será compreendido na medida que for partilhado e construído por todos os setores da Universidade.

Os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam o projeto passam pela abordagem quantitativa, aproveitando os elementos científicos da mensuração, mas também avançam para tipos de informações e análises qualitativas, o que permitirá ouvir e sentir a realidade da Universidade.

Para os anos 1994/95, o projeto contempla, prioritariamente, a avaliação do ensino de graduação: 20 cursos, 00 alunos, 540 professores e 20 departamentos, sem, no entanto, eliminar a inclusão dos aspectos relativos ao conjunto da Instituição, tanto nos instrumentos de coleta de dados como nos relatórios dos cursos e final.

Os instrumentos de coleta de dados, em número de seis, estão organizados para subsidiar:

- 1) Diagnóstico geral da Universidade.
- 2) Qualidade dos cursos pelos egressos.
- 3) Redimensionamento curricular dos cursos pelos alunos ingressantes.
- 4) Qualidade curricular pela avaliação das disciplinas e auto-avaliação discente pelos alunos matriculados no curso a partir do 3º período.
- 5) Melhoria do desempenho docente pela auto-avaliação.
- 6) Julgamento qualitativo interno do curso, através do relatório organizado por pares, quando de posse dos dados levantados anteriormente.

Numa 2 etapa, uma Comissão de Avaliação Externa analisará os dados fornecidos pela Comissão de Avaliação JNIVALI.

Universidade Estadual de Feira de Santana

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) é resultado de um esforço crescente de mobilização e envolvimento da comunidade universitária em torno da idéia de **auto-avaliar-se** e **deixar-se avaliar**. Várias ações sistematizadas, rompendo o clima de apatia reinante no dia-a-dia da Universidade, antecederam a sua elaboração: realização do seminário **A Universidade em Questão**, de 18 e 22 de novembro de 1991; a publicação e ampla difusão dos resultados do seminário, sob forma de **Anais**, em 1992; a difusão interna da **Proposta preliminar da avaliação institucional**, elaborada em 1993, com o objetivo de suscitar/provocar reflexão.

As manifestações-resposta à **proposta preliminar** apontaram para a contextualização do processo de avaliação institucional à realidade - Feira de Santana, 18 anos de história, 1994 - com a seguinte perspectiva: a avaliação institucional, hoje, na UEFS, é um esforço conjunto de democratização. Propõe-se que os segmentos docente, discente e técnico-administrativo possam ter espaço e oportunidade para dizer sistematicamente a sua história e a história de sua Instituição, dizê-la e dizer-se dentro dela. Essa é uma história - do que já se fez e está fazendo, do que se pode fazer, alterando e criando o novo, dentro de possibilidades concretas - e não uma formalidade de repetir dados registrados ou não, mera quantificação mecânica.

Esse esforço de historização - "condido sine qua non" para um processo humano, racional, coerente com o crescimento pessoal-profissional e com significado social - busca a prática da co-responsabilidade, numa avaliação permanente e transformadora naquilo que a Universidade pretende deva ser: um centro de reprodução e produção do conhecimento socialmente relevante, fazendo pesquisa como mentalidade de estudo universitário e, conseqüentemente, um ensino e extensão - dimensões a serem repensadas - pertinentes com a realidade.

Todo esse processo - exercício de cidadania e autonomia - se faz com um assumir novo dos destinos da Instituição pelos seus integrantes, para a melhoria radical do que se faz na UEFS, inclusive nas suas relações concretas com a sociedade que a gerou e a sustenta. Também a estrutura e legislação, próprias à Universidade, passam por essa historização-avaliação, com uma proposta decorrente da realidade/conjuntura e elaborada pelos que, **de dentro**, fazem a Universidade, enquanto **regional** e tendo uma contribuição a dar no âmbito da política de ensino superior para o estado da Bahia, e, enquanto **nacional**, junto à Universidade Brasileira, na busca de definir o seu papel social.

Operacionalmente, o Projeto de Avaliação Institucional da UEFS compreende três momentos: a avaliação interna, a avaliação externa e o processo estatuinte.

A **avaliação interna**, com realização prevista para nove meses, tem o seguinte desenvolvimento: a) distribuição individual do Projeto da Avaliação Institucional com **roteiro sugestivo de questões**, de caráter abrangente, para ser trabalhado pelas unidades/setores universitários, de **forma crítico-reflexiva**, esperando-se, ao final, obter-se um inventário, um diagnóstico, uma síntese policlônica da prática universitária na UEFS, em suas múltiplas relações: b) criação de oportunidades (seminários, reuniões, encontros) para as diversas unidades/setores se lerem, se ouvirem, perceberem as diferentes visões da sua história: c) aplicação de instrumentais complementares (se necessário), que viabilizem a cobertura de "vazios" **quantitativos** e ou **qualitativos** dos relatórios - resposta ao roteiro sugestivo de questões: d) depoimentos históricos de ex-integrantes da UEFS para ajudar na reflexão (entrevistas orais escritas e publicação de documento intitulado "o que pensam da UEFS os que por aqui passaram"); e) síntese-relatório do processo de avaliação interna pelo Grupo de Trabalho.

A **avaliação externa**, com realização prevista para seis meses, compreende os seguintes passos: a) formação das comissões avaliadoras; b) análise, pelos avaliadores, do relatório conclusivo da avaliação interna; c) entrevistas com os segmentos universitários (se necessário); d) emissão dos pareceres avaliativos; e) síntese-relatório do processo de avaliação externa pelo Grupo de Trabalho.

O processo avaliativo será concluído com a avaliação do **processo estatuinte**, que dará exeqüibilidade normativo-legal aos resultados da avaliação, com a elaboração de um **relatório final** e de um **documento-proposta** de uma política de ensino superior para o Estado.

Universidade Estadual do Ceará

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Estadual do Ceará, instituição pública, multicampi, mantida pelo Governo do Estado do Ceará, sob o regime fundacional, vem refletindo constantemente a sua missão, com a finalidade de construir um projeto pedagógico voltado para a realidade do Nordeste Semi-Árido. Vários planos institucionais foram elaborados, considerando estudos teóricos e observações empíricas, o que, de certa forma, gerou a busca de um conhecimento sobre a Universidade. Sentiu-se, então, a necessidade de redimensionar o plano da Instituição, a partir da avaliação, num enfoque científico e plural, legitimada por seus pares.

Surge, então, o Projeto **Nova UECE**, que preconiza, em suas diretrizes e políticas, que a avaliação institucional da Universidade por meio da avaliação interna e externa, propiciará traçar as linhas de ação da IES, voltada para transformação da Instituição, tornando-a uma Universidade Tecnológica comprometida com o desenvolvimento sustentável do Nordeste e a promoção do processo civilizatório do Semi-Árido.

Dentro dessa perspectiva, o Programa de Avaliação institucional vem sendo implementado pelo Núcleo de Estudo, Pesquisa e Avaliação do Ensino Superior (NEPA), vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento. Seus objetivos estão voltados para o conhecimento dos serviços prestados pela Instituição à sociedade, caracterizando-se por ser um processo de incentivo ao debate e à crítica (ação-reflexão-ação) sobre o desempenho da Universidade nos diversos segmentos a instâncias da UECE.

O tema avaliação institucional é controverso e polêmico, pelas diferentes concepções de avaliação existentes na literatura específica e em razão do momento histórico porque passa a realidade educacional brasileira. Desencadear o processo de construção de uma cultura avaliativa, nas dimensões: ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão universitária será o objeto de estudo desse programa.

A concepção de avaliação enfocará uma abordagem democrática, global e participativa, onde os que fazem a comunidade universitária (professores, alunos, funcionários e administração superior) serão os avaliadores e os avaliados do processo. Antes mesmo que se conclua a operacionalização dos mecanismos de avaliação interna, se dará a deflagração dos procedimentos da avaliação externa.

A avaliação interna compreende a avaliação dos cursos de graduação e interface com o ensino de pós-graduação, produção acadêmica, atividade de extensão e gestão universitária.

A avaliação externa desenvolver-se-á com base no material fornecido pela avaliação interna. Será deflagrada por comissões externas, por meio da análise de dados, avaliação de pares, visitas às unidades acadêmicas e consultas a documentos.

A avaliação interna e externa se integram e se intercomplementam em estratégias básicas de um mesmo processo contínuo e permanente, por meio de emprego de critérios e julgamentos de mesmo peso.

O Programa de Avaliação institucional da UECE deverá contribuir para a ampliação do conhecimento, visando atender às necessidades da comunidade e a implementação de mudanças continuadas, numa perspectiva de médio e longo prazo. Essas transformações visam a qualidade da Instituição, a dignificação de seus recursos humanos e a formação de uma consciência crítica por parte dos alunos, professores e funcionários.

A efetivação do processo de avaliação está prevista para o período de 1994/95, com incentivo financeiro da SESu/MEC.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SISTEMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) se orientará pela noção de processo voltado para o auto-conhecimento da Universidade. Este deverá se realizar por meio da pesquisa e da análise de informações quantitativas e qualitativas, organizadas em séries históricas, de modo a sinalizar as tendências do padrão de desenvolvimento alcançado por cada uma das unidades definidas como objeto de avaliação, isto é, cursos de graduação e pós-graduação e/ou unidades organizacionais acadêmicas e técnico-administrativas.

A noção de qualidade aqui utilizada é a de um conceito a ser construído no processo de avaliação, a partir de parâmetros que vinculem os objetivos a serem alcançados às exigências mutantes das comunidades interna e externa à Universidade e às metas institucionais traçadas para um determinado período, considerando a conjuntura.

Objetivos gerais - São os seguintes:

- a) Fornecer subsídios ao planejamento da Instituição, de forma a garantir o compromisso da UERJ com o progresso científico e tecnológico da sociedade, em particular a do Estado do Rio de Janeiro.
- b) prover, sistematicamente, a Instituição de instrumentos para o aperfeiçoamento e a expansão do processo educacional, buscando atingir a plena integração das ações administrativas e acadêmicas, alocando recursos necessários e suficientes para o pleno alcance de suas finalidades.

Objetivos específicos - O Sistema de Institucional de Avaliação da UERJ tem os seguintes objetivos específicos:

- a) Dotar a Universidade de assessoramento técnico, assistido por indicadores de desempenho, visando o aprimoramento da gestão das atividades desenvolvidas e do processo decisório.
- b) Aprimorar os mecanismos de descentralização das atividades administrativas.
- c) Prover a Universidade com banco de dados relacionai, que permita o planejamento efetivo das atividades individuais e coletivas.
- d) Potencializar as atividades de integração da comunidade interna.
- e) Potencializar as atividades de integração com a comunidade externa.

Áreas de atuação - Esse Sistema atuará em oito áreas, a saber:

- 1) Objetivos e metas da Instituição.
- 2) Formação, aprendizagem e destino dos estudantes.
- 3) Desempenho dos professores.
- 4) Atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 5) Desempenho do corpo técnico-administrativo.
- 6) Desempenho da administração e da gestão financeira.
- 7) Desempenho dos conselhos deliberativos.
- 8) Influência da instituição na comunidade e na sociedade em geral.

Estratégia - O Sistema Institucional de Avaliação será coordenado pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional, instância dotada de independência em relação à administração central da Universidade.

Os projetos de avaliação serão desencadeados por oito comitês de avaliação, cada qual responsável por uma das áreas de avaliação citadas anteriormente.

A estratégia de avaliação propõe um recorte horizontal, enfocando, concomitantemente, todas as áreas de avaliação, numa tentativa de superação das dicotomias, tradicionalmente discutidas: ensino, pesquisa, extensão, graduação, pós-graduação, curso, disciplina, departamento.

Ao mesmo tempo, oferece oportunidade de avaliação de um curso, de um departamento, da graduação, etc, em função dos níveis de agregação/desagregação das informações e análises levantadas.

O Sistema define indicadores **básicos** de desempenho, que deverão desencadear a perspectiva qualitativa da abordagem. Previu-se, também, o trabalho com indicadores de **evolução**, que se constituirão em parâmetros de Qualidade, enquanto reflexos da evolução histórica da UERJ. Considera-se a avaliação como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade em movimento, visando transformá-la coletivamente. **Situação atual** - Iniciou-se o processo com um trabalho de auto-diagnóstico por parte das unidades acadêmicas da discussão da proposta de avaliação institucional formulada pela comissão e aprovada pelo MEC. A dinâmica desse processo permitirá que alunos, professores e servidores técnico-administrativos, enquanto essa primeira fase, moldem o próprio sistema de avaliação institucional.

Tomando como parâmetro a qualidade dos padrões atuais, será possível a cada uma das unidades delinear os caminhos do seu aperfeiçoamento, da sua suficiência e das suas vantagens e dificuldades relativas para atingirem um outro patamar estabelecido por elas mesmas.

Essa etapa está sendo desenvolvida no segundo semestre de 1994 e compreende as seguintes atividades: 1) Recebimento, pela Unidade, das instruções e dos documentos relativos à fase de auto-diagnóstico; 2) Realização do processo de auto-diagnóstico pelas unidades; 3) Elaboração do Relatório Diagnóstico pelas unidades; 4) Análise da proposta de Sistema Institucional de Avaliação; 5) Realização do Seminário de Avaliação Institucional, para apresentação, dos resultados do diagnóstico pelas unidades, e para discussão da proposta de avaliação institucional elaborada pela Comissão de Avaliação, com o propósito de seu aperfeiçoamento e definição dos rumos da avaliação na UERJ.

Universidade do Estado de Santa Catarina

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

É patente a importância e a imprescindibilidade da avaliação como meio de reflexão e aperfeiçoamento de toda atividade humana que se realize, seja a nível pessoal ou profissional.

As instituições de ensino superior, em seu atual momento histórico, têm buscado uma auto-análise sobre sua qualidade, haja vista os reclames da própria sociedade quanto à realidade social da Universidade.

Na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), o processo de avaliação institucional vem ocorrendo no Projeto Pedagógico desde 1992, pautando-se em duas naturezas de pressupostos: os de cunho político-filosóficos e os de cunho técnico-científicos.

O presente projeto tem por objetivos:

- a) o aperfeiçoamento do processo de avaliação, buscando explicitar qual o papel social da Universidade;
- b) A ampliação da qualidade do ensino mediante a análise, revisão e reconstrução dos currículos dos cursos de graduação; e
- c) a definição de uma política globalizadora que possibilite, na práxis pedagógica, a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Como princípios destacam-se: o compromisso social da Universidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a integração entre as unidades de ensino e a sociedade.

Assim, a negociação (mediação entre os diversos elementos participativos da avaliação); a flexibilidade (autonomia dos diversos cursos e respectivos colegiados, como foro mais adequado para conduzir e liderar o processo avaliativo a nível de unidade); e a construção coletiva (busca de formas participativas com um processo contínuo e permanente), representam as balizas metodológicas da avaliação.

Mediante proposta da Pró-Reitoria de Ensino, cada unidade/centro de ensino constitui comissões internas que coordenam e orientam o desenvolvimento dos trabalhos em articulação direta com o Núcleo Institucional de Avaliação.

O ponto de partida da avaliação são os currículos dos cursos de graduação. Assim, as dimensões/indicadores são propostos em interrelação com o ensino.

O processo de avaliação como um todo abrange aspectos de natureza quantitativa e qualitativa, compreendendo cinco etapas: a preparação; a auto-avaliação (sondagem no ambiente externo e sondagem no ambiente interno); a hetero-avaliação (pelos pares); a reavaliação e a fase de realimentação/reformulação do processo.

A preparação ocorreu quando da deflagração do processo avaliativo, por meio de sensibilização e conscientização junto à comunidade acadêmica.

A etapa de auto-avaliação se desdobra na sondagem do ambiente externo, que corresponde à investigação das necessidades e expectativas da comunidade, por meio de observação, entrevista, questionários e exame de fontes documentais.

A sondagem no ambiente interno diz respeito à análise do currículo, do corpo docente, do corpo discente, do corpo técnico-administrativo, da infra-estrutura, do modelo e de gestão, abordando aspectos da pesquisa e extensão.

No que se refere à hetero-avaliação, após realizada a auto-avaliação, será designada uma comissão externa, indicada por parte de cada curso/centro, sendo composta por pares externos à UDESC. A tarefa dessa comissão é a de proceder um exame dos relatórios de auto-avaliação de cada curso/centro, acrescentando os contatos realizados com dirigentes, corpo docente, discente e técnico-administrativo das Unidades, fomentando assim subsídios para a reavaliação e reformulação do processo com vistas à superação de dificuldades e transformação da realidade educacional.

Universidade de São Paulo

A AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Universidade de São Paulo (USP) introduziu um processo de avaliação no qual o Departamento constitui-se no alvo da avaliação. Considerou-se que o Departamento é a célula acadêmica de uma Universidade, onde se lidam com conceitos e linguagens comuns nas atividades de pesquisa e ensino. O que se pretende com esta avaliação é um cotejo do projeto acadêmico de Departamento e suas realizações.

O processo é coordenado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), constituída por 13 membros da Comissão Especial de Regime de Trabalho (CERT), cujos componentes são escolhidos pelo Reitor, e seis membros da Comissão de Assuntos Acadêmicos do Conselho Universitário (CAA). A coordenação da CPA cabe ao presidente da CERT.

Combinou-se um processo de auto-avaliação com o de avaliação externa. Inicialmente o Departamento prepara um relatório de auto-avaliação, reportando seu desempenho, sua política e filosofia, cobrindo os últimos cinco anos. Para esta finalidade existe um roteiro organizado pela CPA.

Numa etapa seguinte, o departamento é visitado pela Comissão de Avaliação Departamental (CAD), constituída por membros externos à USP geralmente três designados pela CPA. A CAD gera um relatório, para o qual também existe um roteiro, analisando as atividades de pesquisa, ensino e prestação de serviços, e fornecendo uma lista de recomendações para aprimoramento do Departamento.

Finalmente, o relatório da CAD é examinado pela CPA para fins de aprovação. Nesta etapa, relatórios de pouco conteúdo crítico podem não ser aprovados, como foi o caso de quatro relatórios na primeira fase de avaliação. A CPA irá, também nesta ocasião, atribuir conceitos às atividades de pesquisa, ensino e prestação de serviços. Este relatório, com os respectivos conceitos, é considerado como final e enviado ao Departamento.

A USP busca um padrão de Universidade de primeiro mundo. Por isso mesmo, a avaliação foi concebida com o espírito de se detectar a distância que a separa das melhores universidades do mundo, levando-se em conta a complexa multi-disciplinaridade e a evidente necessidade de adaptação de muitas concepções à peculiaridades nacionais.

O evidente corporativismo existente nos vários rincões da universidade exige que a avaliação seja externa para ser objetiva e crítica. Ademais, a incipiência da grande maioria das áreas de conhecimento aconselha fortemente que, como regra geral, tenha-se participado das CADs acadêmicas estrangeiras de renomada competência, regra esta que foi seguida na grande maioria das avaliações já realizadas, fazendo com que as CADs não cedessem às pressões de ordem corporativa e utilizassem critérios rigorosos de aferição de desempenho.

Muito embora na condição de célula acadêmica, o Departamento nunca teve uma responsabilidade explícita de prestar contas de seu desempenho à Universidade. A nova situação introduzida pela avaliação departamental cria condições objetivas no sentido de estimular o Departamento a buscar reformulações e aprimoramento.

Conseqüências da avaliação - os relatórios de avaliação se constituem em documentos extremamente ricos de diagnóstico da Universidade. A sua utilização pela administração pode gerar critérios de gestão que jamais foram utilizados pela Universidade. O estímulo dado pela administração central para que os departamentos, em conjunto com as respectivas unidades, estabeleçam projetos acadêmicos, calcados nos relatórios de avaliação, pode se tornar num marco desta Universidade. A continuidade do processo de avaliação é um compromisso da administração central permitiriam o acompanhamento destes projetos e o alcance das metas propostas.

A avaliação da avaliação - o processo de avaliação da USP foi bastante elogiado pelos membros das CADs, por vários setores da Universidade e pela imprensa. Porém, é claro que do ponto de vista técnico, o processo de avaliação deve continuamente se aprimorar. Neste sentido, muitas foram também as falhas apontadas e críticas e sugestões oferecidas pelas CADs e pelos Departamentos. Estas estão sendo levadas em consideração pela CPA, e seguramente deverão tornar o processo mais eficiente no futuro.

Universidade do Estado de Minas Gerais

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) foi, recentemente, criada com a missão de desenvolver, indissociavelmente, ensino, pesquisa e extensão nas unidades de ensino superior do estado, que optassem por integrar sua estrutura.

Caberá à UEMG criar um processo de crescimento qualitativo em todas as unidades. O presente Projeto de Avaliação Institucional tem por objetivo principal participar desse projeto de qualidade na Universidade.

Uma característica fundamental da UEMG é a de ser formada por outras instituições já historicamente consolidadas, com características, dificuldades e potenciais distintos. Nesse contexto, um programa de avaliação institucional permitirá que a Reitoria conheça melhor as unidades optantes; que as unidades possam conhecer melhor a si mesmas; e que as unidades possam ter meios de se conhecerem entre si.'

O projeto dará continuidade aos **ciclos de estudos** que são fóruns de discussão interna dos currículos. Serão organizadas, em todas as unidades, equipes de trabalho formadas por professores e estagiários que serão conhecidas como **Núcleos de Aperfeiçoamento do Ensino** (NAPE). Em seguida, serão realizadas sucessivas rodadas de pesquisa para a formulação de diagnóstico mais aprofundado. Serão trabalhados os seguintes pontos:

- 1) Informações básicas relativas aos cursos e infra-estrutura (biblioteca, laboratórios, base física, etc).
- 2) Formação acadêmica e projetos de formação do corpo docente. ' 3)

Cursos, cargas horárias, currículos, programas e bibliografia.

4) Avaliação do grau de satisfação dos atuais alunos e do impacto efetivo dos diversos cursos sobre o futuro profissional de ex-alunos.

- 5) Identificação de variáveis determinantes, que poderão orientar projetos acadêmicos futuros.

A filosofia adotada na concepção das informações a serem produzidas será a do "mínimo necessário e útil". Os dados e informações serão limitados ao necessário - e não multiplicados em função da capacidade imaginativa da equipe de trabalho. Serão priorizadas as informações que puderem ser imediatamente usadas em projetos de aperfeiçoamento.

Instituições **Comunitárias**

Universidades de Santa Cruz do Sul

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto de Avaliação Institucional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e PAIUNISC - busca, fundamentalmente, organizar, aperfeiçoar e sistematizar o processo de avaliação que vem se desenvolvendo na Instituição desde a sua criação.

Dada a importância da utilização do processo de avaliação como meio de atingir a desejada e necessária excelência de suas atividades, a UNISC integra-se às demais Universidades do Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (COMING) para, num trabalho conjunto, participarem do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, promovido pela SESu/MEC.

O Projeto de Avaliação Institucional da UNISC é coordenado por uma Comissão de Avaliação designada pelo Conselho Universitário e composta por representantes de todos os segmentos da Instituição. Esta comissão será responsável por todo o processo avaliativo, devendo constituir um Comitê Assessor com a suficiente qualificação técnica para garantir o bom andamento e a qualidade do processo e apresentar ao Conselho Universitário relatórios periódicos sobre o andamento dos trabalhos.

A primeira e principal preocupação para a implantação do projeto de avaliação é o trabalho de preparação e sensibilização junto à comunidade que será avaliada, para explicar o que se pretende, conscientizar da importância e ganhar a adesão para o sucesso avaliativo.

O Projeto de Avaliação Institucional será desenvolvido em cinco etapas:

- 1) Diagnóstico global da Instituição, eminentemente quantitativo e baseado em dados cadastrais.
- 2) Avaliação interna, que é composta de aspectos tanto quantitativos como qualitativos e consiste na auto-avaliação acadêmica do ensino de graduação, de forma articulada com as dimensões da pesquisa, pós-graduação, extensão e gestão universitária.
- 3) Avaliação externa, levada a cabo por avaliadores externos à Instituição tendo como ponto de partida o diagnóstico global da Instituição e o relatório da avaliação interna elaborado pela Comissão de Avaliação.
- 4) Reavaliação interna, quando serão organizados, divulgados internamente e discutidos os dados obtidos no diagnóstico global e nas avaliações interna e externa dos cursos e departamentos.
- 5) Realimentação e difusão da avaliação, quando a Comissão de Avaliação deve avaliar medidas de correção ou aperfeiçoamento do processo, organizar sugestões e encaminhar relatório geral para instâncias superiores da Universidades. Este é o momento também em que será dada publicidade do processo avaliativo para todos os

setores internos da Instituição, para os diversos segmentos da comunidade externa, para as demais universidades participantes do COMUNG e para a SESu/MEC.

São discriminadas a seguir as principais variáveis que serão utilizadas nas diversas etapas do processo de avaliação global dos departamentos e dos cursos de graduação na UNISC:

Os Departamentos são avaliados globalmente em termos de número de disciplinas ofertadas, qualidade das disciplinas, pesquisas desenvolvidas, atividades de extensão, qualidade dos equipamentos e instalações, publicações do corpo docente (número e espécie); política de qualificação docente, corpo docente.

A auto-avaliação do Departamento tem seu ponto de partida na ressignificação e valorização do relatório semestral de atividades que o professor apresenta ao Departamento, onde analisa, avalia e registra o seu trabalho no semestre letivo;

Num momento seguinte os relatórios de auto-avaliação docente são analisados pelo Colegiado do Departamento. Após esta avaliação, é produzido o Relatório Departamental Anual, que também é objeto de análise pelo Colegiado do Departamento e constitui-se em peça fundamental do processo de avaliação institucional.

São três os conjuntos de elementos sobre os quais recai a avaliação interna dos cursos: condições para o desenvolvimento do currículo, processos desenvolvidos e resultados alcançados.

As condições para o desenvolvimento do currículo envolvem corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo; perspectivas utilizadas na definição e organização do currículo; existência e atuação da coordenação didática; turnos e horários de funcionamento; perfil profissional e perspectiva do mercado de trabalho; estágios; atratividade do curso e interação com a área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral.

Os processos desenvolvidos incluem interdisciplinaridade, qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de graduação; características das disciplinas; avaliação de aprendizagem; estágios; interação universidade-sociedade.

Os resultados alcançados incluem capacitação global dos Concluintes; preparo para exercer funções profissionais; qualidade do curso; análise comparativa.

Os cursos são avaliados ainda em termos de número de vagas oferecidas e tamanho das turmas, procura nos vestibulares dos últimos anos, evolução das matrículas, relação matriculados/desistentes, grau de retenção de estudantes, proporção de formados.

Em 1994, a avaliação dos cursos deter-se-á na avaliação interna, a qual produzirá informações e dados cadastrais que subsidiarão a avaliação externa a ser realizada em 1995. Na avaliação interna, processo de auto-avaliação em que a participação de alunos e professores é fundamental, serão analisados os diversos fatores que intervêm no processo de ensino e gerados relatórios refletindo a autopercepção do curso.

A UNISC procederá, também, a avaliação da gestão e organização da Universidade, onde serão avaliados os seguintes aspectos: as atividades administrativas, os estatutos e regimentos, os objetivos da universidade, a cultura e o clima organizacional, a gestão econômico-financeira, os recursos humanos, as atividades meio em geral, as instalações físicas, a informatização, a estrutura organizacional, o processo decisório e a agilidade gerencial.

Nestas análises buscar-se-á verificar a congruência entre o que está discriminado nos documentos da instituição e a sua prática diária. Será verificada também a adequação entre os objetivos institucionais e a realidade das demandas e necessidades da região e da sociedade como um todo.

Universidades de Passo Fundo

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto apresentado pela Universidade de Passo Fundo (UPF) insere-se na proposta global das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul. Tais universidades, considerando suas características e peculiaridades acordaram e propuseram-se a desenvolver processos avaliativos de forma conjunta e articulada, segundo as recomendações do PAIUB, mas contemplado, ainda, aspectos institucionais que lhes são comuns. Por outro lado, o projeto dá continuidade a experiências anteriores de avaliação institucional que estavam sendo desenvolvidas desde 1984.

Dessa forma, o projeto da UPF, realimentado pelo lançamento da proposta nacional, sem interromper o processo institucional implantado e as experiências setoriais em desenvolvimento, de certo modo se transforma, inaugurando uma nova fase para a avaliação na Instituição, sem que ocorra quebra de continuidade na busca dos objetivos iniciais. Tais objetivos são reformulados, tendo em conta as novas possibilidades abertas pelos significativos aportes da proposta nacional e uma das conclusões dos estudos de avaliação que vinha sendo desenvolvida, a qual alertava "que uma rotina universitária satisfeita com a própria operosidade tende a reduzir o papel da avaliação à função gregária de enriquecer com dados aparentes esta ou aquela divulgação periódica de resultados" (CAI-UPF. **Avaliação na UPF: Ambivalência e Dependências.** Nov. 1993).

No contexto da proposta nacional, o projeto de avaliação que a UPF desenvolverá, coerente com a concepção de avaliação adotada pelas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul, tem como objetivo geral "fazer com que se produza no interior da Universidade um autoconhecimento de caráter mais institucional pela apreensão mais global e integrada da realidade acadêmica através de análises que considerem o conjunto de atividades aí desenvolvidas, a favor da melhor adequação de todas elas aos objetivos do projeto político- pedagógico da Instituição".

Para o atendimento do objetivo acima, adotar-se-á a metodologia proposta pelo PAIUB, complementada por alguns elementos caracterizados da identidade da Universidade. Para tanto, serão utilizados dados de medida direta (variáveis) e os indicadores propostos pelo PAIUB, acrescidos de outros obtidos através de inquérito junto aos diversos atores da Universidade sobre os aspectos a serem avaliados. O conjunto de dados numéricos e de percepção serão objeto de avaliação interna e externa, seguidas e intercaladas de retomada global das duas avaliações, com o objetivo de se definirem medidas de ajuste e se adotarem decisões no plano da gestão universitária.

A avaliação na UPF terá como eixos básicos o **ensino de graduação** nos diferentes cursos e as **relações com a comunidade**. A avaliação de ensino na graduação será feita segundo as diretrizes e recomendações do PAIUB, buscando-se estabelecer relações mensuráveis do ensino com a pesquisa, extensão e serviços e com a gestão universitária. Já a avaliação das relações com a comunidade será feita segundo moldes estabelecidos em comum entre as IES integrantes do COMUNG, ainda segundo as diretrizes previstas na proposta do PAIUB.

Independente das estratégias metodológicas e dos diferentes tipos de instrumentos a serem utilizados, o projeto prevê diferentes dimensões a serem avaliadas:

- a) Para o ensino de graduação, enfatizam-se aspectos referentes aos recursos técnicos disponíveis, aos processos, aos resultados, bem como a fatores relativos aos contextos em que a Universidade está inserida.
- b) Para as relações com a comunidade, enfatizam-se fatores relativos às condições técnicas existentes, aos processos, formas e procedimento de interação e aos resultados alcançados.

O desenvolvimento do projeto obedece ao cronograma-sugestão do PAIUB e as ações a serem desencadeadas prevêem diferentes etapas, contemplando a organização institucional e a motivação, a realização de um diagnóstico (tomando por base os anos de 1991 a 1993); a avaliação interna (como auto-avaliação) e a externa, concomitante ou posterior à consolidação e reconsolidação dos dados pelos diferentes segmentos envolvidos. Os resultados parciais

serão divulgados na forma de documentos preliminares e internos, enquanto que os resultados finais constarão de relatório a ser submetido à consideração dos Conselhos Superiores da Instituição e, posteriormente, enviados ao MEC/SESu/PAIUB. Os dados e informações a serem utilizados para comparações e análises envolverão o conjunto total de alunos, professores e funcionários da Instituição e, no caso da comunidade externa e egressos, seleção de uma amostragem representativa e significativa para os propósitos do projeto.

Universidades da Região da Campanha

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional constitui-se em instrumento fundamental à subsistência das instituições de ensino superior, enquanto mecanismo que propicia a realização dos ajustes necessários à efetivação e continuidade das ações, no contexto interno e externo.

Com base nessa compreensão e estimulada pelo apoio do poder público (Edital SESu/MEC N 01/93), a Universidade da Região da Campanha (ERCAMP), instituição comunitária, regional e com estrutura multicampi, em continuidade à própria experiência de avaliação institucional, propõe-se a desencadear um processo sistemático de avaliação, referenciado nas concepções, indicadores e variáveis apresentadas no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Integradas por características e concepções comuns, as universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, componentes do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), decidiram-se pela elaboração de um projeto coletivo nas estratégias gerais - Projeto de Avaliação Institucional do COMUNG (PAIUNG) - viabilizando, pela parceria, a compatibilização de experiências, o reforço mútuo e a plena utilização de subsídios teóricos e técnicos necessários à execução do Programa.

Os objetivos e metodologias de avaliação institucional estabelecidos no PAIUNG e no Projeto de Avaliação Institucional da URCAMP foram definidos integradamente.

Portanto, a partir dos princípios comuns expressos no PAIUNG, o Projeto de Avaliação Institucional da URCAMP deverá delinear, obter, organizar e fornecer informações sobre o desempenho institucional, tendo como focos articuladores o **ensino de graduação** e as **relações com a comunidade**, com vistas à revisão e aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sócio-político da Universidade.

Espera-se, assim:

- a) Instalar um processo sistemático de avaliação institucional, estimulando a auto-avaliação permanente, enquanto estratégia fundamental para a obtenção da maturidade e consolidação universitária.
- b) Adotar mecanismos articuladores das atividades fim da Universidade (ensino, pesquisa, extensão) e destes com as atividades meio (gestão universitária), com vista à eficiência e eficácia do processo educacional.
- c) Reafirmar o compromisso de prestação de contas à comunidade interna e externa sobre o projeto pedagógico da Instituição, adotando como referências as realizações efetivas e as expectativas sociais.
- d) Prover a base de informações necessárias ao replanejamento global e setorial da Instituição.

Na dimensão metodológica, serão desencadeadas as etapas básicas previstas no processo, para o período maio/94 a dezembro/95:

- 1) Sensibilização institucional.

2) Diagnóstico global da Instituição; do ensino de graduação; e das relações com a comunidade.

3) Avaliação interna: auto-avaliação; e consolidação dos dados.

4) Avaliação externa; preparação; e realização.

5) Reavaliação interna: organização de dados; divulgação interna; e discussão/reflexão interna.

6) Realimentação e difusão: reconsolidação; tomada de decisão; e publicação.

Estas premissas foram delineadas no momento de projeções gerais. Entende-se, pela natureza do programa, que a avaliação institucional deverá se constituir em um processo de construção coletiva, em que as especificações metodológicas deverão acontecer no desencadear das etapas, de forma consensual e participativa.

O Projeto de Avaliação Institucional da URCAMR concebido nestes termos, permitirá correlacionar racionalmente diversos mecanismos pré-existentes de análise organizacional, evitando o paralelismo e/ou justaposição de ações, em favor da consolidação da identidade da Universidade.

I Universidade de Cruz Alta

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL O Projeto de

Avaliação Institucional da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) tem por meta oportunizar a própria compreensão do processo de avaliação institucional, agilizando procedimentos que assegurem o nível de qualidade na formação do educando e no entendimento das expectativas da comunidade de sua abrangência.

Nesse sentido, a avaliação é concebida como a indispensável tomada de consciência da realidade educacional e seu resultado visa orientar as decisões a serem tomadas futuramente, tendo-se presente a importância desse ato de repensar e avaliar, para se ter uma visão da relevância social e da eficiência do próprio funcionamento da Instituição.

Com uma caminhada que iniciou em 1947, passando pela fase de Associação de Professores de Cruz Alta e consolidando-se como Universidade reconhecida pelo Conselho Federal de Educação, em 1993, a Universidade de Cruz Alta, dentro do referido Projeto, propõe-se a trabalhar participativa e articuladamente com as demais instituições do Consórcio das Comunidades Universitárias do Rio Grande do Sul (COMUNG), de maneira a atender qualitativamente às necessidades de sua comunidade.

Ao viabilizar seu processo de avaliação global, a UNICRUZ atende às áreas de ensino, produção acadêmica, extensão e gestão universitária, observando uma metodologia com elementos comuns ao processo, em sua abrangência total, complementados com os seguintes indicadores e informações:

a) na área do ensino de graduação, serão avaliados: corpo discente, corpo técnico-administrativo, currículos, disciplinas, procedimentos didáticos, integração das atividades de pesquisa e extensão às práticas curriculares, egressos dos diversos cursos, e infra-estrutura (biblioteca, laboratórios, clínica-escola, e outros espaços necessários ao desenvolvimento das atividades curriculares).

b) na área de produção científica, serão avaliados a relevância dos projetos, das pesquisas concluídas, relatórios e monografias e o número de horas de professores envolvidos nessas atividades.

c) na área da extensão, serão avaliados os programas e cursos realizados, número e relevância de palestras, seminários e simpósios, núcleo de apoio ao ensino de ciências, assessoria pedagógica ao ensino fundamental e outros eventos que venham a ser solicitados pela comunidade local e regional.

d) na gestão universitária, serão avaliadas as atividades de apoio, as instalações físicas, a estrutura organizacional

e a capacidade decisória e gerencial.

A estratégia desenvolvida abrangerá o diagnóstico, a avaliação interna e externa, a reavaliação interna e realimentação e difusão, orientadas pela intenção sistemática da busca do aprimoramento da qualidade da ação universitária.

A avaliação interna deverá proporcionar uma reflexão crítica do trabalho realizado pela Instituição, por meio de informações e indicadores em situação participativa de professores, alunos e funcionários, que possibilitem uma ação-reflexão-ação sobre a realidade concreta.

A avaliação externa é proposta como oportunidade crítica da comunidade, por meio dos representantes de seus diferentes segmentos, no questionamento de problemáticas relativas ao mercado de trabalho, contribuição de profissionais e participação da Instituição no desenvolvimento social.

A execução do projeto obedecerá o fluxograma sugerido no documento básico - Programa Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, observando as etapas a seguir:

1) Preparação e sensibilização da comunidade acadêmica para a implantação do projeto de avaliação.

2) Diagnóstico global da UNICRUZ, com base na coleta e organização de informações.

3) Avaliação interna, que possibilita a auto-avaliação dos cursos nos aspectos qualitativo e quantitativo, analisando pontos positivos e negativos de forma articulada com as demais dimensões produção acadêmica, extensão e gestão universitária.

4) Avaliação externa, realizada por avaliadores externos à Instituição, os quais, após análise do diagnóstico global e da auto-avaliação dos cursos, complementam informações e emitem julgamento, por meio de relatórios.

5) Reavaliação interna, etapa em que a Comissão de Avaliação Institucional organiza e divulga os dados obtidos no diagnóstico global, na avaliação interna, destacando os pontos para análise e discussão pelos cursos.

Vencida cada etapa prevista no projeto, a Comissão de Avaliação emitirá comentário analítico, apontando a convergência e divergência e os pontos que mereçam a atenção dos responsáveis pelos diversos cursos, setores e pela Universidade como um todo, os quais devem tomar decisões e implementar as medidas consideradas necessárias para corrigir distorções e melhorar a qualidade do **ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária**.

Finalmente, dar-se-á a publicação do relatório geral e seu encaminhamento à SESu/MEC, às universidades do COMUNG, à comunidade externa e aos diversos setores da Universidade.

O presente projeto será coordenado por uma Comissão de Avaliação designada pela Reitoria e aprovada pelo Conselho Universitário, e será viabilizado com recursos financeiros da SESu/MEC, desenvolvendo-se no período de 1994/1995.

Universidades de Caxias do Sul

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto de Avaliação Institucional da Universidade de Caxias do Sul (UCS) tem presente que a avaliação deverá constituir-se em elemento catalizador de um processo de reflexos intra e extra-universidade, que define sua essência e a da dimensão regional, que constitui sua opção.

A UCS é uma instituição comunitária de caráter regional, constituída por três campi e quatro núcleos universitários. Sua atuação atinge 53 municípios da Serra Gaúcha, que perfazem 9.18% do Rio Grande do Sul e onde

habitam 826.000 pessoas, com densidade demográfica de 32 hab/Km e 70% da população urbana. A região apresenta o maior incremento de renda per capita dos últimos 50 anos, em relação às demais regiões do Estado, crescimento esse apoiado principalmente na atividade industrial.

A UCS tinha, em 1993, 8.742 alunos de graduação e 506 de pós-graduação, em 28 cursos de graduação e 25 de pós-graduação, estando estes três cursos de mestrado e um de doutorado. Sua sede legal é a cidade de Caxias do Sul, que tem 320.000 habitantes.

A experiência de avaliação da UCS vem desde o início da década de 70, num processo que levou à implantação da reforma universitária e a sua transformação em Fundação. Ao final de 1976, um novo processo de avaliação global das atividades acadêmicas levou à elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento e a uma redefinição de sua política curricular. O crescimento acelerado da Universidade, no final dos anos 70, levou à elaboração, também de forma participativa, do Plano Global de Ação 82/86, que norteava as ações da instituição em relação à comunidade. No início de 1990, a UCS defrontou-se, mais uma vez, com a necessidade de uma reavaliação, processo que gerou seis programas específicos de avaliação institucional e desempenho acadêmico dos cursos de graduação; política curricular de graduação; qualificação do corpo docente; regionalização; e desempenho docente no ensino de engenharia e de ciências exatas.

Ao se integrar ao PAIUB, a UCS propõe-se centrar a avaliação no ensino de graduação, buscando ainda estabelecer algumas relações deste com a pós-graduação, a pesquisa a extensão, a prestação de serviços e a gestão universitária.

Integrada também ao Programa de Avaliação do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), a UCS fará ainda uma avaliação das relações entre universidades e comunidade, adotando-se, para tanto, indicadores específicos, além dos já estabelecidos pelo PAIUB.

Como resultado desse processo de avaliação institucional, a UCS deverá articular com os departamentos e os colegiados de curso a definição de ações que serão priorizadas pela Universidade no sentido de corrigir distorções e melhorar a qualidade. Uma das decisões a serem tomadas diz respeito à sua continuidade, ampliação e aperfeiçoamento.

Ao assumir o compromisso de realizar a sua avaliação institucional nos termos previstos pelo PAIUB, a Universidade de Caxias do Sul compromete-se a tornar públicos os seus resultados, dentro do objetivo de aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sócio-político da Instituição.

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

94

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Introdução - A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio de Grande do Sul (UNIJUI), de dimensão pública não estatal e comunitária, (e, hoje, o conjunto das Universidades Comunitárias do RS), sensibiliza-se, plenamente, com o desafio de fazer da avaliação "um contraponto à sua prática educativa" (MEC/SESu, 1993): 1) e assume a provocação do Departamento de Políticas do Ensino Superior da SESu, procurando apresentar sua Proposta de Avaliação Institucional, na expectativa de que esta possa integrar-se ao Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB). Referenda a intencionalidade do Programa acreditando que a avaliação deva ser: a) um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; b) uma ferramenta para planejamento e gestão universitária; c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade".

Para que isso se tome possível, vai trabalhar com um conceito de avaliação que, realmente, permita acompanhar a lógica e o dinamismo das práticas sociais que a Universidade sintetiza. Portanto, entende a avaliação como sistematização e reflexão permanente e continuadas.

Objetivo geral - Buscar elementos para revitalizar o processo de qualificação da atuação universitária, elevando o nível de sua produção e de seus serviços.

Metodologia - A abordagem de avaliação deverá possibilitar a apreensão do objeto por meio de procedimento que forneçam elementos qualitativos para análise. Deverá possibilitar, ainda, a apreensão da prática universitária no seu movimento (processo) e relações (internas e externas, partes e todo), destacando unidades e diversidades na conformação das partes e do todo. Portanto, ensino, pesquisa, extensão e gestão universitárias passarão por sistemáticas decomposições e recomposições em momentos diferentes do processo avaliativo: diagnóstico; auto-avaliação e avaliação externa.

A idéia de processo, presente nesta proposta metodológica, implica não só na relação das partes e auto-dinamismo destas e do todo, mas também, na continuidade.

Dimensões a serem avaliadas - A Universidade coloca-se como um todo, isto é, nas dimensões de sua gestão, suas atividades fim e seus programas, no desafio da avaliação como processo de redimensionamento de seu projeto.

Nesse sentido, os referenciais teórico-conceituais de avaliação, assumidos pela UNIJUÍ, emanam de sua proposta político-pedagógica, cujas intencionalidades estão objetivadas nas diretrizes, intencionalidades e metas do conjunto de seus programas e ações sintetizadas no Plano Estratégico da Instituição. Tem como eixo articulador do processo avaliativo, sua prática acadêmica.

No entanto, num primeiro momento da avaliação institucional, opta, em conjunto com as demais universidades do COMUNG, seguindo as orientações da PAIUB, por dar ênfase à área de ensino de graduação.

No ensino de graduação, a avaliação compreende avaliar o curso e sua proposta, enquanto globalidade, as disciplinas enquanto unidades desta globalidade, os eixos básicos de articulação curricular e a relação dos cursos com as demais atividades da Universidade, especialmente a pesquisa e a extensão.

Na pesquisa a avaliação consiste em verificar as políticas institucionais de apoio à pesquisa, os intercâmbios, convênios, experiências de cooperação com instituições de ensino e pesquisa, entidades científicas e profissionais, publicações, teses e eventos científicos, análise qualitativa, considerando, também, o impacto e atualidade dessa produção na sociedade e a interrelação com o ensino de extensão.

Nas relações com a comunidade - extensão, são avaliados os aspectos relativos às condições técnicas, de recursos humanos e de infra-estrutura para interagir com a comunidade, formas de articulação, leque de agentes que abrange, resultados alcançados em volume de atividades, em melhorias para a comunidade, em obtenção de recursos, novas demandas e institucionalização de espaços de atuação.

Nas atividades administrativas são avaliados aspectos relacionados à estrutura organizacional, planos de qualificação e de desenvolvimento institucional, a relação entre o instituído e a prática de gestão, a cultura organizacional de apoio (atividades-meio em geral), a estrutura física, sua ocupação e gestão, o processo decisório, o modelo gerencial, participação/democracia.

A Proposta de Avaliação Institucional da UNIJUI tem a coordenação geral das Vice-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e prevê diversas etapas. A primeira é o momento preparatório de discussão, desencadeamento e aprimoramento da proposta nas diversas instâncias da comunidade acadêmica: organização das comissões: Comissão de Coordenação e Sub-Comissão de Execução.

Em seguida, procede-se à organização e realização do diagnóstico, o preparo e realização de auto-avaliação, processamento, análise, discussão, reorganização e sistematização das informações da auto-avaliação.

Na avaliação externa, estão previstos dois fluxos de avaliação. O primeiro a ser desenvolvido pelos beneficiários das práticas universitárias e o segundo pelos especialistas convidados para questionar e aprofundar a avaliação institucional.

Após, ocorrerá a análise do conjunto das informações da avaliação, comparando os resultados da auto-avaliação e avaliação externa; construção de relatórios para difusão dos resultados da avaliação; realização de seminários, que deverão gerar informações complementares, que realimentarão o processo, especialmente os encaminhamentos que possibilitarão a reorganização da prática.

A avaliação institucional configura-se, pois, na estratégia central do auto-conhecimento da Universidade e da projeção de mais adequadas possibilidades de atuação.

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), instituição multicampi, regional e comunitária, participante do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), apresenta sua proposta de avaliação institucional dentro das diretrizes do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e complementadas pelas do Programa de Avaliação Institucional do Consórcio (PAIUNG).

A proposta institucional concebe a avaliação como um sistema de delinear, obter, organizar e difundir informações sobre o seu desempenho organizacional, tendo como focos articulares o ensino de graduação e os vínculos com a comunidade e como propósito o aprimoramento qualitativo de seu projeto institucional de produzir e tornar acessível o conhecimento, bem como de melhor preparar os educandos para o competente exercício profissional.

As unidades selecionadas para a implantação do sistema de avaliação são os 20 cursos e nove departamentos. Justifica-se a seleção dessas unidades por englobarem as diversas atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão universitária.

Prevê-se atividades preparatórias para a implantação do sistema de avaliação, tais como palestras de sensibilização e reuniões de informação e de negociação com as unidades, com o intuito de tornar participativo o processo de legitimar os resultados.

O processo de obtenção e organização de informações compreende diferentes fases: articula dados cadastrais e de opiniões dos membros organizacionais, possibilitando a análise auto-avaliativa; articula relatório do diagnóstico e da auto-avaliação, propiciando elementos para a avaliação externa, articula os dados, servindo aos propósitos da reavaliação interna e externa, servindo aos propósitos da reavaliação interna, por meio das congregações de cursos e colegiados dos Departamentos. O relatório geral da Universidade, no qual a Comissão de Avaliação aponta possíveis convergências e divergências entre auto-avaliação e avaliação externa, propicia comentário analítico sobre cada curso e culmina na publicação do Relatório Final.

A Comissão Interna de Avaliação, designada pelo Conselho Universitário, coordena o Projeto Institucional de Avaliação da URI, responsabilizando-se por todo o processo avaliativo.

Universidade Católica Dom Bosco

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação na Universidade não é mais um conceito abstrato, mas uma tendência mundial que já vem sendo também incorporada pelas universidades brasileiras.

Compreendida como um processo, ela deve ser uma atividade permanente e sistemática da Instituição, incorporando-se às suas políticas e corporificando-se como sistema global que contribui para o aumento da autonomia universitária.

Nesta perspectiva, a avaliação não deve ser compreendida como um processo em si mesmo, e nem como instrumento de punição e controle. Ao contrário, deve ser capaz de gerar mudanças, veicular idéias, estimular a participação da comunidade universitária na construção de uma cultura avaliativa.

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), assim reconhecida em outubro de 1993, assumiu compromisso perante a sociedade de consolidar este reconhecimento. Entre esses, destaca-se o de avaliar-se permanentemente, ampliando um processo que foi iniciado ainda como Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT).

A avaliação não é uma atividade nova na Instituição. A sistematização deste processo na UCDB iniciou-se em 1986 e seus primeiros resultados constam do documento **Avaliação Institucional**. A análise desses resultados contribuiu para o amadurecimento institucional e para o reconhecimento da necessidade da elaboração de Planos Globais de Ação, que expressam a filosofia e os princípios norteadores das ações institucionais no período de 1989 a 1993.

A principal função da avaliação tem sido trazer a questão da qualidade acadêmica para o primeiro nível de preocupação de todos os que participam, de uma forma ou de outra, na vida da Universidade.

A sua aceitação, participação e envolvimento trazem, como consequência, seu compromisso para que ocorram as mudanças necessárias.

Assim, a UCDB desenvolverá seu processo avaliativo baseando-se nos seguintes princípios:

- a) Conscientização da importância da avaliação.
- b) Confiança na autenticidade do processo como um todo.
- c) Envolvimento e compromissos de todos na sua execução e no desenvolvimento de medidas necessárias à melhoria do desempenho da Instituição.

O objetivo geral deste processo será promover, na UCDB, um auto-conhecimento, que permita examinar o exercício das funções do ensino, pesquisa e extensão, de seu impacto na comunidade, observando-se, para isto, indicadores que permitam mensurar a qualidade dos trabalhos acadêmicos.

A viabilização do atual programa de avaliação institucional exigirá da UCDB o cumprimento de etapas, o envolvimento progressivo de todos os setores e disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros. A Instituição organizar-se-á de forma a desenvolver as seguintes etapas:

- 1) Conscientização e envolvimento de comunidade universitária, utilizando-se de palestras, seminários e reuniões.
- 2) Validação e aplicação de instrumentos de coleta de dados.
- 3) Organização e análise dos dados e informações.
- 4) Divulgação dos resultados.

5) Tomada de decisão, visando à manutenção e/ou reformulação dos padrões de qualidade.

O processo de avaliação institucional enfatizará a avaliação do ensino de graduação e terá como referência dados, informações e análises constantes dos relatórios apresentados pelos grupos de trabalho e comissões, ensejando entre outros:

a) O redimensionamento das políticas institucionais.

b) A ênfase no compromisso com a realidade sócio-econômica.

c) A possibilidade de maior articulação com as forças sociais existentes na sociedade, sensíveis ao resgate da qualidade universitária.

d) A reafirmação da importância da extensão como fator de interrelação-comunidade e como referencial básico para a pesquisa e ensino de fatos relevantes a nível social.

e) A melhoria da qualidade institucional, entendida como qualidade de professores, alunos, servidores e da própria Universidade como um todo.

f) A aplicação de critérios objetivos para a tomada de decisão sobre a distribuição dos seus recursos.

g) A otimização do próprio sistema de informações.

Enfim, esta avaliação possibilitará a UCDB a configuração detalhada do seu complexo, para garantir um domínio mais sólido daquilo que fundamenta a própria possibilidade da sua existência.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

PROJETO INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO

A questão da avaliação, encarada como um processo contínuo e sistemático que leva ao aperfeiçoamento, à reflexão e redefinição dos objetivos e das práticas da instituição acadêmica, constitui um desafio não só para a administração superior; como para toda a comunidade universitária.

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) vem enfrentando este desafio desde 1980, quando desencadeou o processo de construção do seu Projeto Pedagógico, que buscou, naquele momento, por meio de uma ampla avaliação de seus cursos, reestruturar a Universidade em direção a um novo patamar de qualidade.

Em que pese os avanços conseguidos até o momento, um amplo diagnóstico, realizado em 1993, indicou a necessidade de retomar o processo de avaliação institucional de maneira mais abrangente e sistematizada. Neste sentido, como estratégia do Planejamento Pedagógico de 1995, foram utilizados os resultados de vários projetos de avaliação em desenvolvimento na Universidade: Avaliação da aprendizagem; Avaliação das licenciaturas; do projeto pedagógico à identidade social: o processo de avaliação da PUCCAMP - 71/91; caracterização do perfil do ingressante; avaliação da carreira docente - que, tratados de maneira articulada, possibilitou uma melhor caracterização da Universidade, do alunado e de professores, permitindo uma abordagem crítica de questões importantes referentes à qualidade de ensino e estrutura organizacional, que foram apreciadas/discutidas junto à comunidade, a fim de subsidiar o processo de planejamento na Universidade.

Foi fundamental a utilização desses trabalhos, tendo em vista sua importância, não só pela repercussão (interna e externa) que esses projetos tiveram, mas, também, pela intervenção que foram capazes de realizar no âmbito da Universidade. Neste particular, destacam-se dois projetos: **Avaliação das licenciaturas e Do Projeto Pedagógico à Identidade Social: o processo de avaliação da PUCCAMP**, não só pela reflexão que a análise dos

dados provocou em grande parte das unidades acadêmicas por ocasião de sua divulgação, mas, principalmente, pelas propostas que foram surgindo a partir desse movimento.

Verifica-se, porém, que a Universidade precisa, ainda, avançar significativamente na direção da avaliação exigida pelo projeto institucional.

Para tanto, há necessidade de estimular os cursos que ainda não iniciaram seu projeto de avaliação, intensificar a avaliação naqueles que já a iniciaram, articular todas essas ações e promover estratégias de socialização das avaliações já concluídas e de concretização de propostas inovadoras.

O projeto de avaliação da PUCAMP prevê a constituição de uma Comissão Central de Avaliação, a quem caberá a coordenação global dos trabalhos, garantir a coerência, em consonância com o projeto institucional, de todos os projetos na área da avaliação e estimular a efetiva participação da comunidade universitária nas diferentes etapas previstas.

O projeto propõe, também, como responsabilidade da comissão:

a) Construir uma base de dados, a partir de indicadores que permitam uma avaliação da Universidade nos seus diferentes níveis de atuação-organização acadêmico-administrativa e pedagógica e inserção da Instituição na sociedade.

b) Desencadear processo de auto-avaliação nos cursos que ainda não iniciaram ou estão em fase inicial.

c) Planejar o processo de avaliação externa.

Tendo em vista a complexidade da avaliação institucional, coloca-se como exigência uma constante avaliação, por etapas de trabalho, de forma a garantir coerência nas ações, sugerir eventuais mudanças na caminhada e, sobretudo, garantir articulação entre o processo de avaliação interna e externa. Além disso, esta complexidade deverá ser enfrentada pelo trabalho coletivo, buscando a adesão democrática de todos os segmentos da Universidade, bem como o compromisso capaz de modificar concretamente a **realidade**.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Introdução - A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em consonância com seu marco referencial, tem incluído, como prioridade, em seus planos trienais a avaliação em diferentes dimensões. Neste sentido, já tem uma tradição que incorpora à rotina da vida acadêmica um processo avaliativo que, por ser dinâmico e participativo, tem avançado em atendimento aos diagnósticos configurados.

Sensível à importância do projeto da SESu/MEC, a PUCRS integra-se ao Programa Nacional de Avaliação Institucional, que vem ao encontro do trabalho já realizado. Nessa perspectiva, a proposta ora formulada é enriquecida pelas indicações teórico-metodológicas contidas no documento básico (SESU/MEC), cujos princípios e objetivos apresentam identidade normativa com aqueles já formulados por esta Instituição.

A trajetória da avaliação na Universidade - A melhoria da qualidade do ensino é uma meta permanente nos planos trienais da Universidade. Para atingi-la, a Pró-Reitoria de Graduação iniciou, em 1987/2, uma série de estudos, discussões, seminários sobre avaliação. Buscava-se a melhoria do ensino e, como caminho, impunha-se uma avaliação.

Como resultado dessas ações, professores e alunos posicionaram-se favoravelmente à realização de um processo amplo de avaliação do ensino configurando-se, assim, o projeto **Avaliação da qualidade de ensino: compromisso da comunidade acadêmica**.

O apoio teórico maior foi encontrado em Thioillent (1985), porquanto a atividade desenvolvida configurava-se como pesquisa-ação, metodologia que melhor ajustava-se aos objetivos e características da pesquisa. Diretores, professores e alunos participaram do sucessivos seminários sobre os indicadores de qualidade de ensino, até chegarem a definição de dimensões gerais, com significados aceitos pelas unidades e que, pelo seu grau de abrangência, expressaram o pensamento da comunidade acadêmica da PUCRS sobre qualidade de ensino naquela oportunidade.

Esses indicadores são apresentados, com seus desdobramentos, no quadro a seguir:

QUADRO DE DIMENSÕES E DE INDICADORES DE QUALIDADE DE ENSINO DA PUCRS

A. Dimensão Pedagógica	B. Dimensão Qualificação Profissional	C. Dimensão Político-Administrativa	D. Dimensão Político-Social
PROFESSOR . competência técnica . competência política . conhecimento na área específica e tratamento do conhecimento . características atitudinais . produção científica ALUNO . comprometimento com o estudo . pré-requisitos QUESTÃO CURRICULAR . filosofia . objetivos . conteúdos . metodologias . recursos . avaliação . grade curricular . perfil do egresso . relação mercado de trabalho	TITULAÇÃO ATUALIZAÇÃO EXPERIÊNCIA . profissional . docente •	INFRA-ESTRUTURA . físico-técnica local de trabalho instalações equipamentos recursos materiais . política de recursos humanos PESQUISA . condições . possibilidades	POLÍTICA EDUCACIONAL . definição de prioridades . relação ensino, pesquisa, extensão . promoção de pesquisa e da ciência . valorização da competência profissional . valorização do processo participativo . tipo de gestão exercida

A avaliação, realizada a partir desses indicadores, possibilitou a configuração de diagnósticos específicos de cada unidade, expressos em relatórios individualizados. A análise dos mesmos identificou prioridades e ações que deram origem a dois subprojetos: **Avaliação do desempenho docente e Qualidade de ensino e prática docente uma convergência necessária**, enraizados no processo avaliativo mais amplo.

Proposta de avaliação institucional na Universidade - A PUCRS, ao inserir-se na Proposta Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, leva em consideração as diretrizes daí emanadas, articulando-se com sua história de avaliação, iniciada em 1987, assumindo as linhas amplas do objetivo geral do PAIUB e desdobrando-o em outros, de acordo com suas especificidades:

Objetivo geral- Aperfeiçoamento constante do projeto pedagógico da PUCRS, por meio da permanente melhoria da qualidade do ensino e das atividades desenvolvidas.

Objetivos específicos - Dar continuidade ao processo de avaliação interna da Instituição, ampliando o diagnóstico do ensino de graduação, identificando o interrelacionamento das dimensões do ensino, pesquisa, extensão e administração e conjugando aspectos quantitativos e qualitativos; - Analisar as repercussões do processo avaliativo da qualidade do ensino de graduação, mobilizando a comunidade acadêmica na identificação e definição de políticas e ações globais, com implicações diretas no ensino de graduação.

Metodologia - A experiência de avaliação da PUCRS corresponde à etapa **preparação**, prevista nas diretrizes do PAIUB. Diferencia-se, em alguns aspectos, pelas indiossincrasias decorrentes de sua história de avaliação e de suas características de instituição particular. As atividades desenvolvidas serão coordenadas por uma Comissão de Avaliação, constituída pelos integrantes do Setor Didático Pedagógico, por professores e alunos, representantes da comunidade acadêmica e por comissões de avaliações externas.

Etapa diagnóstico - Como a PUCRS dispõe de diagnóstico decorrentes dos projetos já descritos, pretende-se, nesta etapa - ampliar e atualizar informações,-analisando relatórios e documentos e entrevistando docentes e alunos; e - organizar um cadastro constituído de dados quantitativos que envolvam categorias globais da vida acadêmica. Os dados quantitativos obtidos, conjugados aos qualitativos, devem gerar indicadores e inferências para a avaliação interna e externa.

Etapa avaliação interna:

a) auto-avaliação - Avaliar-se-ão os custos de graduação a partir da configuração diagnóstico global da Instituição, acrescido de novos dados referentes às dimensões integrantes do quadro de indicadores, com a participação de alunos e professores;

b) consolidação dos dados - Organização dos resultados obtidos na auto-avaliação e na ampliação dos diagnóstico em cada unidade, visando à avaliação externa.

Etapa avaliação externa

a) Preparação - Esta etapa desenvolver-se-á por meio dos seguintes procedimentos - organização de seminários para indicar integrantes das Comissões Externas e definir indicadores e critérios para a avaliação externa; - implementação do processo, através de encaminhamento à Comissão de Avaliação Externa de um relatório incluindo o diagnóstico e a auto-avaliação.

b) Realização - Os procedimentos subsequentes são atribuições da Comissão Externa, a quem compete a realização do processo de avaliação externa, valendo-se dos indicadores construídos pela comunidade, consultando as informações já obtidas e ampliando-as, se necessário, e a elaboração de um relatório que expresse seu julgamento sobre as informações analisadas.

Etapa reavaliação interna - A unidade interessada recebe o relatório de avaliação externa, identifica constatações e medidas necessárias e o encaminha para a Comissão de Avaliação.

Etapa realimentação e difusão - Esta etapa exige uma articulação entre a Comissão de Avaliação, comunidade universitária e administração central, identificando medidas a serem assumidas pela administração central, implementando as ações consideradas prioritárias e/ou incluindo os resultados dos procedimentos da etapa anterior no relatório geral.

Universidade Católica de Goiás

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O projeto de Avaliação Institucional da Universidade Católica de Goiás (UCG) apresenta, em primeiro lugar, uma **justificativa**. Trata-se de uma breve exposição da trajetória da Universidade, desde a sua fundação, em 1959, até a situação atual. Tendo por Mantenedora a Sociedade Goiânia de Cultura, confiada, inicialmente, aos jesuítas e, após 1979, à Arquidiocese de Goiânia, a UCG caracteriza-se por sua natureza não-lucrativa (ou "comunitária"). Característica que a coloca, historicamente, estreitamente vinculada à sociedade local, com propostas pedagógicas marcadas pelo humanismo cristão e o engajamento social. Talvez devido à sua característica de "comunitária", tenha tido condições para iniciar, bastante cedo, um processo de avaliação interna. No começo, de forma difusa e, desde 1987, vem procedendo à avaliação sistemática, quer da atividade docente, quer do contexto acadêmico mais amplo, fato que provocou reorientações importantes na própria política de graduação.

Esse processo avaliativo permite à UCG ter uma visão ampla de sua atual situação.

Em segundo lugar, os "objetivos". Em linhas gerais, o Projeto de Avaliação visa a "implantar um processo contínuo de avaliação", do que, certamente, decorrerão mudanças significativas na qualidade acadêmico-administrativa da Instituição.

Com o título "metodologia" pode-se perceber a maneira pela qual a UCG desenvolve o processo de avaliação. O ponto de referência é a Comissão Permanente de Avaliação, ligada à Vice-Reitoria para Assuntos acadêmicos. Mais do que realizar a avaliação, essa Comissão tem a tarefa de coordenar um conjunto de atividades, cuja responsabilidade se estende por toda a estrutura universitária, envolvendo departamentos, secretarias, vice-reitorias, organizações estudantis, docentes e administrativas. Uma tarefa, pode-se dizer, "comunitária". Há um tempo a ser percorrido. Já está sendo, pois, a primeira etapa teve início em 1991. Segue-se 1992 e 1993. Hoje já se encontra na quarta etapa de um único processo. Estão previstas mais duas: 1995 e 1996, em que a avaliação atingirá o tecido todo da Universidade, com os mais variados ângulos de observação e análise. Percebe-se, pois, que o projeto, no momento encaminhado ao MEC, deve ser compreendido a partir de sua inserção numa processualidade já existente.

O presente projeto prevê um aspecto amplo da avaliação institucional, tanto interna quanto externa, em que se incluem, mesmo, os alunos egressos da Universidade.

Implementação do **PAIUB**

Em maio de 1994 a Comissão Nacional de Avaliação reuniu-se, juntamente com o Comitê Assessor, para o julgamento dos 70 (setenta) projetos apresentados pelas instituições de ensino. Deste total apenas 12 (doze) foram plenamente aprovados. Outros 38 (trinta e oito) foram aprovados parcialmente, com ligeiras restrições de ordem metodológica e técnica. Tais projetos foram reformulados e julgados novamente pela Comissão e Comitê Assessor no mês de setembro seguinte.

Para facilitar a compreensão e possibilitar uma discussão mais aprofundada do Documento Básico da Avaliação, a Comissão Nacional decidiu realizar um seminário nacional destinado àquelas instituições que tiveram de reformular seus projetos. Tal evento, coordenado pela SESu/MEC e, intitulado "**I Seminário do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras**", foi realizado no período de 24 a 26 de agosto de 1994, na UnB, com a seguinte programação:

1º Seminário do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

Data: 24 a 26/08/94

Local: UnB Auditório da Reitoria

24/08/94 - Quarta-feira

MANHÃ:

Abertura	SESu/MEC
9:30/10:30	Princípios, diretrizes e objetivos do PAIUB Participantes: José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff e Heloísa Helena SanfAnna Coordenadora: Maria José Feres
10:30/11:00	Intervalo
11:00/12:00	Debate

TARDE:

14:00/15:00	Relato de experiências de avaliação institucional Coordenadora Heloísa SanfAnna
15:00/15:30	Intervalo

- 15:30/18:00 Intercâmbio sobre objetivos e desenvolvimento metodológicos dos projetos
(Trabalho em grupo)
Coordenadora Lina Cardoso Nunes (ANUP)
- 18:00 Reunião do Comitê Assessor - CA.

25/08/94 - Quinta-feira

MANHÃ: Painei

- 9:00/10:00 Questões metodológicas, instrumentos de coleta e análise de dados
Coordenador: Mozart Neves Ramos (CNA)
Participantes: Isaura Belloni, Fernando Campello de Souza
- 10:00/10:30 Intervalo
- 10:30/12:00 Debate em plenário

TARDE:

- 14:00/15:00 Relato de experiências de Avaliação Institucional
Coordenador: José Sobrinho (ABRUEM/CNA)
- 15:00/15:30 Intervalo
- 15:30/18:00 Operacionalização de diretrizes metodológicas (Trabalho em Grupo)
- 18:00 Reunião do CA

26/08/94

MANHÃ:

- 9:00/10:00 Relato em plenário das proposições dos grupos e sistematização das propostas
Coordenador: Ricardo Veralves (Fórum PROEXT)
- 10:00/10:30 Intervalo
- 10:30/11:00 Perspectivas do PAIUB - Eda Coutinho B.Machado de Sousa
- 11:30/12:00 Encerramento SESu/MEC

O Seminário contou com a participação do pró-reitores, coordenadores de avaliação das universidades e especialistas da área de avaliação convidados pela Secretaria de Educação Superior. As questões de ordem metodológica, diretrizes, princípios e, sobretudo, os instrumentos de coleta e análise de dados foram exaustivamente discutidos durante as mesas redondas e trabalhos de grupo. Ao final do evento foi elaborada uma "Matriz de Indicadores" para distribuição as IES a fim de que as mesmas apresentassem sugestões à Comissão Nacional de Avaliação.

Várias Universidades apresentaram sugestões que foram incorporadas pela Comissão Nacional, em sua reunião de 9 de novembro de 1994, originando a Matriz de Componentes, Variáveis e Indicadores, apresentada a seguir:

MATRIZ PE COMPONENTES. VARIÁVEIS E INDICADORES

Roteiro aberto a ser detalhado em cada IES

Elaborado pelos participantes do I Seminário do Programa de Avaliação

Institucional, (24/08/94) e complementada por contribuições

recebidas pelo Comitê Assessor, até 9/11/94

CATEGORIA	VARIÁVEIS	INDICADORES
CONDIÇÕES (CONTEXTO + INSUMOS)	<p>PERFIL PROFISSIONAL VISADO ASPECTOS CURRICULARES</p> <p>ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E GESTÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - formação de professores - formação de pesquisadores - profissionais (bacharéis para exercício imediato da profissão - profissional/generalista/especialista - percepção do aluno quanto ao curso - habilitações/ênfases - obrigatórias/optativas/eletivas - estágio/pesquisas/extensão/monitoria - enfoque/aspectos/grade/disciplinas - duração - trabalho de conclusão de curso - funcionamento integral/parcial - atualização - planejamento de atividades - integração com profissionais da área - orientação de estudantes - articulação teoria e prática - fluxo de informações - regime informatização (seriados/créditos/mistos) - ciclo básico/profissional - tempo para atividades curriculares e acadêmicas - oportunidade de atividades de extensão - fluxo curricular - perfil profissional - composição dos colegiados - servidores técnico-administrativos

CATEGORIA	VARIÁVEIS	INDICADORES
<p>CONDIÇÕES (CONTEXTO + INSUMOS)</p>	<p>RECURSOS HUMANOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - perfil sócio-educacional do aluno - desempenho do aluno no vestibular - regime de trabalho e titulação de docentes - desempenho docente: auto-avaliação, avaliação pelo aluno - adequação do pessoal técnico-administrativo
	<p>INFRA ESTRUTURA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - espaço físico/instalações - recursos materiais e tecnológicos - funcionalidade de laboratórios e bibliotecas - adequação, manutenção e conservação
	<p>RECURSOS FINANCEIROS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - receita de transferência pública - receita própria - convênios/contratos - investimentos x custeio - (manutenção) - subsídios - doações

CATEGORIA	VARIÁVEIS	INDICADORES
<p>PROCESSOS</p>	<p>CORPO DOCENTE ENFOQUE CURRICULAR/ COMPROMISSO SOCIAL DO CURSO/INSTITUIÇÃO DISCIPLINAS/ATIVIDADES/ OPTATIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - planejamento de disciplinas - domínio dos conteúdos - capacidade de comunicação - envolvimento em pesquisas e extensão - orientação/supervisão - relacionamento inter-pessoal - compromisso profissional - habilidades didático-pedagógicas - formação pedagógica - atualização - relevância para o curso das pesquisas que o professor desenvolve - produção acadêmico-artísticas - envolvimento com a pós-graduação, extensão e pesquisa - objetivos - adequação à proposta pedagógica - relação teoria e prática com a realidade social - enfoque e pressupostos filosóficos e ideológicos ' - organização curricular (linhas curriculares, grade) - ênfase no perfil profissional - humanista/tecnicista - interdisciplinaridade - interação ensino/pesquisa/ extensão/monitoria - interação horizontal/vertical na abordagem dos conteúdos - interação no contexto regional/ nacional - atualização, adequação ao mercado e às tendências futuras - adequado à necessidade de formação profissional - avaliação da aprendizagem - estágio - currículo mínimo e complementar - oferta - real possibilidade de cursar regime acadêmico

CATEGORIA	VARIÁVEIS	INDICADORES
PROCESSOS	CORPO DISCENTE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DO CURSO INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE	<ul style="list-style-type: none"> - perfil de alunos (entrada e saída) - desempenho acadêmico - envolvimento em atividades extra curriculares (pesquisa, extensão, bolsas, participação em seminários, atividades complementares, etc.) - atividades culturais, comunitárias e de política universitária - projetos pessoais e profissionais - motivação - aprovação - evasão - repetência - transferência - reprovação - nível de satisfação do aluno - tempo de integralização curricular - programas de extensão - integração com o campo profissional
	QUALIDADE DE CURSO AVALIAÇÃO CONTINUADA	<ul style="list-style-type: none"> - atendimento às demandas da sociedade - incorporação de novos conhecimentos e, novas tecnologias - atendimento à expectativa do estudante - desempenho em pós-graduação - desempenho profissional - ajustes: curriculares, político-pedagógicos e políticos administrativos

RECOMENDAÇÕES:

- para garantir a adequação técnica há necessidade de adoção de uma linha metodológica e critérios comuns;
- manutenção de mecanismos para que a Comissão Nacional de Avaliação possa interagir com as instituições dando-lhes suporte metodológico;
- realização de seminários que possibilitem trocas de experiências, com ênfase em procedimentos e questões metodológicas;
- gestões políticas para a garantia de manutenção do PAIUB e de sua Filosofia.

RECURSOS FINANCEIROS

Quanto a alocação de recursos, obedeceu-se o critério estabelecido no Edital 01/93, cujos montantes atualizadas para a nova moeda nacional, o real (R\$), foram os seguintes:

GRUPO A: universidades com mais de 10.000 alunos

Valor mínimo R\$10.000,00

Valor máximo 62.000,00 GRUPO

B: universidades com 5.000 a 10.000 alunos

Valor mínimo R\$10.000,00

Valor máximo 42.000,00 GRUPO

C: universidades com menos de 5.000 alunos

Valor mínimo R\$10.000,00

Valor máximo 22.000,00

O total de recursos aprovados para 50 (cinquenta) instituições de ensino superior foi de R\$ 1.543.835,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e cinco reais) para 1994 e previsão de R\$ 2.120.000,00 (dois milhões, cento e vinte mil reais) para 1995, conforme quadro a seguir:

PAIUB - Recursos Alocados pela SESu/MEC

(R\$1.00)

Instituições / Ano	1994	1995 (previsão)
Federais (27)	975.100,00	1.254.000,00
Estaduais e Municipais (12)	352.812,00	484.000,00
Comunitárias (11) (*)	215.923,00	382.000,00
Total (50) (*)	1.543.835,00	2.120.000,00

* As demais instituições de ensino privado, não foram contempladas com recursos financeiros.

Além das 55 (cinquenta e cinco) instituições de ensino que tiveram seus projetos aprovados, cerca de 20 (vinte) outras universidades também apresentaram projetos de avaliação institucional. Porém, esses não foram recomendados pelo Comitê Assessor e pela Comissão Nacional de Avaliação face a inadequação às normas do Edital 01/93 e, em especial, às diretrizes, conceitos e metodologia do PAIUB. Para essas instituições e também para as demais universidades privadas os Centros Federais de Educação Tecnológica e as instituições Federais isoladas do

Ensino Superior, que não foram convidadas a participar do Edital 01/93 - PAIUB, a Comissão Nacional de Avaliação decidiu realizar o II Seminário do PAIUB, com o objetivo de colocá-las à par do Programa, visando a participação dessas IES no edital de 1994. Este evento, também coordenado pela CODAI/SESu/MEC, foi realizado na UnB, no período de 10 a 11 de novembro de 1994, com a seguinte programação:

II SEMINÁRIO DO PROGRAMA DA AVALIAÇÃO **INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

Data: 10 e 11/11/94

Local: UnB - Auditório Dois Candangos

PROGRAMA

Dia 10/11 -Quinta-feira

8:00 - 9:00 hs Incrições - UnB - Auditório Dois Candangos

9:00 - 9:30 hs ABERTURA -MEC/UnB/Comissão Nacional e Comitê Assessor

9:30 -10:45 hs PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DO RA.I.U.B Coordenador - Paulo

Roberto da Silva - CODAI/SESu Expositores - Dilvo Ilvo Ristoff - Comitê

Assessor de Avaliação/SESu (UESC) Hégio C. Trindade - Comissão Nacional

de Avaliação (ANDIFES) José Dias Sobrinho - Comitê Assessor/SESu

(UNICAMP)

10:45-11:00 hs Intervalo

11:00-12:00 hs Debates

14:30 -16:30 hs Relato do Experiências

Coordenador - Ricardo Vieiralves de Castro - Comissão Nacional de Avaliação (Fórum Pró-Reitores de Extensão)

UnB - Michelângelo Giotto Santoro Trigueiro

UNICAMP - José Dias Sobrinho

UFPR - Maria Lúcia Accioly Pinto

16:30-16:45 hs Intervalo 17:00-18:00 hs Debates

Dia 11/11 -Sexta-feira

8:30 -10:30 hs Questões Metodológicas e Elaboração de Projetos

Coordenador - José Eduardo de Almeida Moura (Fórum Pró-

Reitores de Planejamento e Administração)

Expositores - Fernando Menezes Campello de Souza - Comitê Assessor de Avaliação/SESu

Isaura Belloni - Comitê Assessor de Avaliação/SESu

10:30-10:45 Intervalo
10:45-12:00 Debates
Almoço
14:30-15:30 EDITAL PAIUB - 95

Coordenador: Maria José Feres - Diretora do Departamento de Políticas do Ensino Superior/
SESu-MEC

Expositores: Comissão Nacional e Comitê Assessor de Avaliação

Este 2º Seminário do PAIUB foi bastante concorrido, contando com a presença das seguintes instituições de ensino:

INSTITUIÇÕES FEDERAIS

- 1 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 2 - Universidade de Brasília
- 3 - Universidade Federal Santa Catarina
- 4 - Universidade Federal de Rondônia
- 5 - Universidade Federal de Pernambuco
- 6 - Universidade Federal de Ouro Preto
- 7 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 8 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- 9 - Universidade Federal do Pará
- 10 - Universidade Federal do Paraná
- 11 - Universidade Federal de Juiz de Fora
- 12 - Fundação Universidade do Amapá
- 13 - Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM
- 14 - Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
- 15 - Escola Superior de Agricultura de Lavras
- 16 - Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
- 17 - Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
- 18 - Instituto Militar de Engenharia
- 19 - Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET - MG
- 20 - Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET - BA
- 21 - Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET - RJ
- 22 - Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET - MA

INSTITUIÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

- 1 - Universidade Estadual de Anápolis
- 2 - Universidade Estadual de Londrina
- 3 - Universidade Regional de Cariri
- 4 - Universidade Estadual de Campinas
- 5 - Universidade Estadual da Paraíba
- 6 - Universidade Estadual do Piauí
- 7 - Fundação Universidade de Pernambuco
- 8 - Universidade do Estado da Bahia
- 9 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- 10 - Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte
- 11 - Universidade Regional de Blumenau

INSTITUIÇÕES PRIVADAS

- 1 - Universidade de Mogi das Cruzes - U.M.C
- 2 - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- 3 - Universidade São Francisco
- 4 - Universidade Católica Pernambuco - UNICAMP
- 5 - Universidade de Uberaba - UNIUBE
- 6 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- 7 - Universidade Estácio de Sá
- 8 - Universidade Católica de Santos
- 9 - Pontifícia Universidade Católica de Pelotas
- 10 - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- 11 - Universidade Mackenzie
- 12 - Universidade Brás Cuba - UBC
- 13 - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- 14 - Universidade Sul de Santa Catarina

O grau de interesse dos participantes foi bastante elevado. Além das amplas discussões sobre os princípios, diretrizes, objetivos e metodologia do PAIUB, houve intensa troca de experiências através dos projetos já em andamento na UnB, na UNICAMR UFPr e outras Universidades. Ao final do seminário foi distribuída cópia do novo edital do PAIUB para 1995 e 96.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)